



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 15

I Sessão Legislativa

Horta, Terça-Feira, 27 de Maio de 1997

Presidente: *Deputado Dionísio de Sousa*

Secretários: *Deputados Guilherme Pinto e José Aguiar (Substituído no decorrer da Sessão pelo Sr. Deputado João Cunha).*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se pelas 10,15 horas

Entrou-se, de imediato, no **Período da Ordem do Dia**, de acordo com o estipulado no n.º 5 do artigo 184.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional, com a apreciação e votação das Propostas do Plano a Médio Prazo 1997/2000, Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 1997.

Intervieram nos debates os seguintes Srs. Deputados: Hélio Valadão (*PS*), Jorge Valadão (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Eugénio Leal (*PSD*), Madruga da Costa (*PSD*), Manuel Brasil (*PSD*), António Almeida (*PSD*), Joaquim Ponte (*PSD*), António Gomes (*PS*), Mark Marques (*PSD*), José Monjardino (*PP*), António Loura (*PS*), José Aguiar (*PSD*), José Nascimento Ávila (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Habitação e Equipamentos, *José Contente* e da Agricultura, Pescas e Ambiente, *Fernando Lopes*.

Proferiram as intervenções finais os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), José Monjardino (*PP*), Victor Cruz (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional, *Carlos César*.

O Plano a Médio Prazo 1997/2000 foi rejeitado, na generalidade, por maioria.

O Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 1997, com as alterações propostas por todos os Partidos com assento no Parlamento, foram aprovados, na generalidade e na especialidade, por maioria, com excepção do Projecto 5.2 do Programa 5, e Projectos 14.1 e 14.3 do Programa 14 e do Programa 24 que foram aprovados por unanimidade.

Relativamente a estas votações produziram declarações de voto os Srs. Deputados Fernando Menezes (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Victor Cruz (*PSD*), José Monjardino (*PP*), António Almeida (*PSD*), Francisco Sousa (*PS*), Ana Carolina (*PSD*), Madruga da Costa (*PSD*), Francisco Xavier (*PSD*), Eugénio Leal (*PSD*), Manuel Azevedo (*PSD*), Humberto Melo (*PSD*), Jaime Medeiros (*PSD*), Augusto Elavai (*PS*), João Greves (*PP*), José Manuel Nunes (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Jorge Valadão (*PSD*), Sidónio Bettencourt (*PSD*) e Berta Cabral (*PSD*).

Os trabalhos terminaram às 22, 55 horas.

Presidente: Srs. Deputados, muito bom dia.

Vamos dar início aos nossos trabalhos, procedendo à chamada. Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa.

(Eram 10, 15 horas)

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PS** - António Gomes, António José Loura, António Silva Melo, Augusto Elavai, Carlos Fraga, Dionísio Sousa, Élio Valadão, Fátima Sousa, Fernanda Mendes, Fernando Menezes, Francisco Oliveira, Guilherme Pinto, Herberto Rosa, João Carlos*

Macedo, João Forjaz Sampaio, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, Manuel Serpa, Natividade Luz, Norberto Messias; PSD - Aires Reis, Alberto Madruga da Costa, Ana Gomes Silva, António Almeida, António Meneses, Aurélio da Fonseca, Berta Cabral, Duarte Freitas, Eugénio Leal, Francisco Xavier Rodrigues, Humberto Melo, Jaime de Carvalho Medeiros, João Cunha, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Francisco Fernandes, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel da Silva Azevedo, Mark Marques, Sidónio Bettencourt, Victor Cruz; PP - Alvarino Pinheiro, João Greves, José Monjardino; PCP - Paulo Valadão).

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados.

Declaro aberta Sessão. Pode entrar o público.

Srs. Deputados, vamos continuar com o debate sobre o Plano a Médio Prazo 1997/2000, Plano e Orçamento para 1997 e lembro, mais uma vez, os tempos disponíveis para debate que não incluem, portanto, as intervenções finais.

Os tempos são os seguintes:

PS - 1 hora, 17 minutos e 30 segundos

PSD - 1 hora, 27 minutos e 5 segundos

PP - 1 hora, 11 minutos e 30 segundos

PCP - 36 minutos e 30 segundos

Governo - 1 hora, 52 minutos e 10 segundos.

Com esta informação, vamos reiniciar os debates. Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Hélio Valadão, que tem a tribuna à sua disposição.

Deputado Hélio Valadão (PS): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Passadas que estão as eleições livres e democráticas que permitiram, a já muito desejada e esperada alternância governativa na Região Autónoma dos Açores.

Passados que estão as aprovações da Orgânica e Programa do VII Governo Regional, que reuniram o parecer favorável da maioria dos colegas parlamentares.

A Assembleia Legislativa desta Região Autónoma encontra-se agora a apreciar e debater as propostas de Plano e Orçamento para 1997 e do Plano a Médio Prazo 97 -

2000. Cabe a uma grande maioria de nós dar voz a uma parcela alargada dos Açorianos, demonstrando que é possível governar este Arquipélago sem maiorias absolutas, quiçá sem maiorias, sendo possível ser-se "fiel de balança" sem desvirtuar conceitos, ideologias ou princípios e dando resposta a promessas, convicções ou compromissos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Passando às questões, que de facto, me trazem a esta tribuna, gostaria de realçar e reforçar a importância e a dimensão que o sector primário e em especial a Agro-pecuária, tem na economia regional, como forma de manter e fixar as populações rurais, quer em termos geográficos quer ocupacionais, com as necessárias implicações sociais.

A título meramente exemplificativo refira-se que a população empregada no sector primário em relação ao total da população, é no Corvo de 38,4 %, o que é bem demonstrativo do peso do sector nas ilhas mais ruralizadas.

Contudo, é também fundamental, ter-se presente a vertente económica da actividade Agro-pecuária, dando aos nossos Empresários Agrícolas as condições necessárias à sobrevivência num mercado de livre concorrência onde, quer as condições de produção, quer os preços dos factores de produção e especialmente a qualidade dos produtos obtidos, são determinantes do sucesso da actividade que parece continuar a ser o sustentáculo da Economia Regional contribuindo com mais de 1/5 para o PIB.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Relativamente aos documentos em análise e discussão, começaria pelo PMP 97/2000, que contempla um investimento nos sectores agrícola e pecuário, directa ou indirectamente, da ordem dos 27 milhões de contos, excluindo os investimentos contidos no projecto 33.1, os quais obviamente representam uma situação de excepção, apesar de contribuírem para a resolução, espera-se definitiva, de alguns problemas que se arrastavam há já largos anos.

Realce-se que este PMP praticamente duplica o investimento no sector, quando comparado com o Plano a Médio Prazo 93/96.

Naturalmente que é preciso fazer as respectivas correcções para preços correntes, mas mesmo assim o diferencial situa-se em mais de 10 milhões de contos correspondendo a um acréscimo de aproximadamente 60%.

Apenas para citar alguns exemplos, porque comparação mais exaustiva será feita para o plano de 97, refira-se que a verba para a sanidade animal e vegetal aumentou 64%, o apoio à transformação e comercialização 159%, e as dotações para reduzir os custos de produção 99%.

De notar que as dotações inscritas neste Plano, quando analisadas à luz do quadro das participações comunitárias, poderão potenciar uma despesa pública no sector superior a 40 milhões de contos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Mudam-se tempos, mudam-se mentalidades, mudam-se políticas, rejuvenesce-se a esperança de que finalmente seja possível aos agricultores recuperar tempos perdidos, renovar esforços e reorientar rumos.

Com efeito, com este PMP vai ser finalmente possível construir uma rede regional de abate, com especial destaque para os matadouros industriais das ilhas Terceira e São Miguel, tão esperados quanto desejados.

Estas infraestruturas permitirão a médio prazo o acabamento final de engorda de grande parte dos animais nados na região, com todas as vantagens económicas e sociais daí resultantes.

O processo de certificação a desencadear, a curto prazo, por este governo, poderá então ter um suporte estrutural que ajude à sua credibilização de modo a que a carne Açoriana seja de todo insuspeita.

Continuar a apostar no ordenamento agrário, de forma consensual, em colaboração com todos os agricultores, repito com todos os agricultores de Santa Maria ao Corvo, sem criar elites nem privilegiar grupos e caminhando rapidamente para a criação de novos perímetros, é ir de encontro à vontade de todos aqueles, que já perceberam a importância destas acções, nomeadamente os caminhos de penetração e o abastecimento de água e energia eléctrica, não só na redução dos custos de produção, como muito especialmente na melhoria da qualidade do produto final.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Passemos para o Plano de 97. Se o compararmos com o anterior, concluí-se que o peso da agricultura, passa de 12,9% para 17,3%, investindo-se mais 2,2 milhões de contos, que representam um crescimento superior a 50%.

Estes valores são bem elucidativos das preocupações, para com o sector reveladas por este governo.

Se repararmos nas dotações das várias rubricas, constatamos que o investimento em infraestruturas agrícolas, cresce 33,7%, as verbas para a sanidade animal e vegetal 183%, o apoio à divulgação, formação e experimentação 21,9%, os fundos destinados a reduzir os custos de exploração 81,2%, a transformação e comercialização dos produtos agro-pecuários 18,6% e apenas o fomento florestal em que se inclui a florestação de terras agrícolas tem um crescimento negativo de 15,6%, ao contrário do que se pretende fazer crer.

Dos números apresentados, saliente-se o acentuado crescimento da verba destinada à sanidade animal e vegetal, da qual mais de 60% se destina à ilha de São Miguel (cerca de 540 000 contos) para a erradicação da leucose e da brucelose bovinas, através do abate compulsivo dos animais.

Se este plano for bem sucedido, os Açores tornar-se-ão assim um espaço sem restrições à produção de leite e carne, salvaguardando-se a defesa da saúde pública e assegurando-se a higiene e a qualidade dos produtos finais, reduzindo-se ao mínimo o impacto desta situação nas explorações agrícolas e no rendimento dos agricultores. Por fim gostaria de registar que a diversificação da produção agrícola será também conseguida através dos apoios ao investimento no sector, desde que aplicados com base em critérios técnicos e económicos, tendo sempre em conta as possíveis flutuações do mercado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Para quem ainda trabalha ao sol e à chuva, para quem não tem férias ou fins de semana, para quem trabalha 365 dias no ano, para quem sabe a que preços compra hoje mas não sabe como venderá amanhã, para quem por hábito tem um futuro incerto e inconstante, dependente de mercados, políticas e de intempéries, estes documentos no que á agricultura respeitam, não resolvem tudo, mas serão um importante passo em frente para ultrapassar dificuldades acumuladas há muitos anos.

Esperamos que tal facto seja reconhecido e compreendido pelos agricultores açorianos e que a execução destes documentos, promova a melhoria da qualidade de vida, de todos aqueles, que na terra vivem as amarguras e os sonhos dos seus dias.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão dos Santos.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Face às críticas feitas neste Parlamento pelo Partido Socialista na oposição, aquando da análise e discussão dos diversos Planos e Orçamentos;

Face às mediáticas iniciativas da denominada Nova Autonomia e às suas tão propaladas conclusões em período pré-eleitoral;

Face ao manifesto eleitoral do Partido Socialista, no qual se faziam promessas de mudança de política e da concretização de projectos que mais não visavam senão ir ao encontro do sentir e do querer dos cidadãos, a fim de lhes captar o seu necessário apoio;

Face às medidas de política anunciadas no Programa do Governo, algumas das quais tão genéricas quanto abrangentes;

Face à reconhecida eficácia deste Governo no capítulo das nomeações políticas, tendo conseguido o invejável score de, em apenas 6 meses, proceder a 137 nomeações, algumas das quais sem curar de saber se os escolhidos tinham ou não habilitação para os cargos ou se, ao menos, conheciam ou não minimamente a nossa realidade regional;

Face a todo esse circunstancialismo era com alguma expectativa que esperávamos a entrega destes dois documentos, fundamentais na política a prosseguir e nas acções a realizar no curto e médio prazo.

No entanto, e se o Programa do Governo já nos deixou, de algum modo, desiludidos, estas Propostas de Plano de 1997 e de Médio Prazo são frustrantes.

Quando se prometia rigor, transparência, eficácia, opções adequadas e objectivos...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Não apoiado!

O Orador: ... realizáveis, confrontamo-nos com instrumentos que de modo algum representam um virar de página nem uma estratégia com um rumo definido, mas apenas documentos sem projecto, onde abundam os “sacos azuis”, a ausência de opções e uma indefinição quanto aos seus objectivos.

De facto, estes Planos não fazem opções, limitando-se a uma elencagem de acções tanto quanto possível exaustiva de forma a aparentar satisfazer tudo e todos, muitas delas irrealizáveis, traduzindo-se numa mera compilação de ideias, sem quantificar os impactos e as consequências.

Por outro lado, são Planos onde o rigor e a transparência cederam perante a existência de verdadeiros sacos azuis que o PS tão contestou no passado, mas que se apressou a adoptar e a fortalecer no presente.

É verdadeiramente espantosa a elevada percentagem em alguns programas - politicamente estratégicos, diga-se - das verbas não desagregadas, que contrariam o princípio da transparência e do controle político desta Assembleia relativamente aos investimentos previstos nos Planos.

Há, com efeito, programas em que a percentagem das verbas não desagregadas ultrapassa os 50% e mesmo os 60% e há, pelo menos outros 5 em que não há qualquer desagregação por Ilha, situação contra a qual o Partido Socialista se insurgia no passado, mesmo quando eram em menor percentagem e em menor número.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: O PS, ao fazê-lo demonstra bem a sua incoerência, entrando em contradição entre o que apregoou no passado e o que faz no presente.

De igual modo contem esse Plano alguns programas e acções completamente desajustadas e inaceitáveis.

De entre eles merece especial destaque o denominado Instituto Regional de Investigação Científica e Tecnológica dos Açores (IRICTA), cujo Programa se dota com a verba de quase 2 milhões de contos.

O Governo do Partido Socialista esqueceu-se rapidamente do seu discurso quando era oposição: condenava veementemente a criação de Institutos, mas logo que tomou as rédeas do poder defende a criação dum Mega-Instituto, tal é o montante das verbas que lhe pretende destinar.

Opções há nestes documentos que atingem até foros de alguma irracionalidade.

Apetece-me perguntar: Terá esta Região falta de recursos?

Afinal a herança do passado não deve ser tão pesada, pois até dá para comprar lanchas rápidas.

Esta opção a que o povo já chama glosando de Marinha de Guerra Regional resultou duma reflexão consciente do Governo ou este foi embalado por algum comandante reformado?

(Risos da bancada do PSD)

A fiscalização da ZEE é da competência do Estado Português, pelo que o Governo Regional - que apregoa tanta solidariedade do Governo da República - apenas terá de exigir deste cabal cumprimento das obrigações que lhe estão cometidas.

Independentemente disso seria útil saber qual o custo da aquisição dessas lanchas? Qual o custo da sua conservação? E manutenção? E quais os custos do seu manuseamento?

Por outro lado, que meios persuasores as equipará e respectivo custo para tornar essa fiscalização eficaz e quem as tripulará?

Haja bom senso, pois o momento não é oportuno para batalhas navais, e propostas como esta elucidam bem a irresponsabilidade política deste Governo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estamos, com efeito, perante maus documentos.

Aliás, o próprio Senhor Presidente do Governo ao admitir que o PS apresentará propostas de alteração aos documentos está a reconhecer - o que é saudável - que os mesmos que ele subscreveu não são tão bons quanto parece transparecer de algumas intervenções mais apaixonadas.

O Governo e o Partido Socialista, ao longo deste debate, agarraram-se e evocaram sistematicamente o passado na tentativa de branquearem a previsível desilusão no futuro.

Deste debate veio à tona da água a fragilidade deste Governo, - que teve inclusive de recorrer a ataques pessoais quando lhe faltaram os argumentos políticos - apesar do seu inegável esforço de até agora o disfarçar através dum discurso conscientemente gerido e dum diálogo preocupadamente anunciado.

Só que o verdadeiro diálogo não se anuncia, pratica-se por princípio e não apenas por necessidade com quem se julga estar ao seu lado quando a isso se está obrigado.

O Partido Socialista sempre condenou o exercício do poder num quadro parlamentar de maioria absoluta. Tem, por isso, na sua perspectiva, todas as condições para provar as vantagens do seu exercício no quadro actual.

No entanto, tanto quanto é possível prever o desfecho final da votação dos documentos em apreço com a aprovação do Plano para 1997 e o chumbo do Plano de Médio Prazo, os Açores ficam a partir de agora com um Governo em exercício de funções num regime precário de Comissão de Serviço, e precário por ter a duração de um ano, sujeito a uma eventual recondução por parte do Partido Popular.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A paixão normalmente não se dá com a razão e nunca coabita com a moderação.

Só que à paixão, como sentimento efémero que é, sucedem-se muitas vezes períodos de frustração que quantas vezes dão lugar à separação...

É compreensível - embora não seja muito salutar - que haja quem viva apaixonadamente a actual situação política regional.

Só assim se compreende que haja quem veementemente tenha criticado a dotação percentual para a sua Ilha no Plano a Médio Prazo 93/96 e, agora, mesmo quando essa dotação é inferior, venha freneticamente elogiar o presente.

Só assim se compreende quem, no passado, se baseava nos pareceres dos parceiros sociais como mola impulsadora das implacáveis críticas e agora relega-os para o puro esquecimento para não condicionarem os rasgados elogios aos actuais documentos.

Só assim se compreende quem, no passado, energicamente criticava os atrasos no equipamento do Porto da Praia e agora quase fundamentalisticamente elogia um documento que não os contém.

Só que, quem apaixonadamente puser a fasquia muito alta arrisca-se a, racionalmente, ter de passar por baixo dela...

Racionalmente, não podemos deixar de registar e lamentar que o peso estrutural da Ilha Terceira no Plano a Médio Prazo, seja muito inferior aos anteriores.

De facto, e feita uma análise aos últimos Planos a Médio Prazo, verificamos que o de 85/88 dotou a Ilha Terceira com 18,1%, o de 89/92 com 16,54% e o de 93/96 com quase 15% e o ora em discussão fica-se com apenas 14,0%.

Analiseemos, no entanto, duma forma necessariamente sucinta, as razões e os motivos que fundamentam a nossa apreensão e até perplexidade, tendo em conta as verbas que são atribuídas à Ilha Terceira.

Comecemos pelo Turismo. O Senhor Secretário, aquando da discussão do Programa do Governo afirmou que uma das suas preocupações era a dinamização do Turismo, sector que iria merecer especial atenção deste Governo, como factor fundamental do desenvolvimento desta Região.

Se de facto o é para este Governo - que já duvido - ele não passa pela Terceira como um dos pólos do seu desenvolvimento.

No Plano a Médio Prazo, no Programa Desenvolvimento do Turismo só dota a Ilha Terceira com 749 mil contos, o que representa apenas 9% da dotação global, com a agravante de no Projecto Investimentos Estratégicos dotados com 2.757 mil contos a Ilha Terceira ter sido puramente esquecida.

Não há dúvida que é muito mais importante a construção de uma sinagoga...

É manifesta a falta de vontade política deste Governo de contribuir para o desenvolvimento turístico da Ilha Terceira.

No capítulo das construções de novos Troços de estradas o Governo esqueceu-se completamente da Ilha Terceira porque apenas se limita a dotá-la com as verbas indispensáveis para concluir as estradas iniciadas pelos Governos do Partido Social Democrata.

Significa dizer que até ao ano 2000 - se este Governo até lá durar - não teremos programado, nem iniciado qualquer novo troço de estrada na Ilha Terceira, nem tão pouco iniciado a conclusão da ligação ao Porto da Praia da Vitória - o denominado 5º. Troço.

Não há dúvida que os terceirenses, mais cedo do que se julgava, vão começar a ter saudades dos governos SOCIAIS-DEMOCRATAS, nem que seja para dizer, afinal estávamos menos mal servidos...

Relativamente às dotações no Programa Construções Escolares ter-se-á de concluir que nem no ano 2000 teremos as tão propaladas e prometidas escolas construídas.

O que dizer da dotação para a construção da nova Escola EB 2,3 Ensino Artístico de Angra do Heroísmo com apenas 50.000 contos, e para a construção da Escola de Ensino Especial com a verba de 15.000 contos?

E da dotação prevista para a grande reparação e Ampliação da EB 2,3 Francisco Ornelas da Câmara, cuja importância justificou uma Conferência de Imprensa dos Senhores Deputados do Partido Socialista na anterior legislatura?

Os 20.000 contos dotados são naturalmente motivo de regozijo para este Governo e em especial para a Senhora Directora Regional da Educação...

No Programa deste Governo refere-se que será aplicado um conjunto coerente de incentivos económicos que estimulam o investimento e, com ele, a criação de emprego e a modernização do aparelho produtivo.

Bonitas palavras, sem dúvida.

Vejamos, em que se traduzem nestes documentos: a Câmara do Comércio da Ilha Terceira refere no seu parecer que os incentivos a processar neste ano, exclusivamente no âmbito do SIRALA, nas ilhas abrangidas pela sua área de intervenção (Terceira, Graciosa e S. Jorge), situam-se nos 530.000 contos, quando o Governo no Plano para 1997 dota aquelas três ilhas no seu conjunto com apenas 400.000 contos.

O que dizer do Projecto Geotérmico da Ilha Terceira?

O PS defendeu expressamente a criação de condições favoráveis ao investimento privado no sector energético, dando prioridade ao desenvolvimento do projecto Geotérmico da Terceira.

No entanto, mal apareceu um consórcio interessado na produção de energia eléctrica a partir da Geotermia, que poderia congrega a iniciativa privada e gerar riqueza, o Governo embatucou, e, vem, agora, em dissonância com o que defendeu e prometeu há alguns meses atrás, dizer que afinal não é aconselhável.

É a prova evidente da contradição entre o discurso das intenções e a concretização das mesmas.

Não há dúvida que se perspectivam dias cor-de-rosa para os investidores privados!!!

De igual modo, apesar da proposta do Governo referir, garantir apoios necessários à renovação da frota artesanal, dota no Plano a Médio Prazo a Ilha Terceira com a provocante verba de 5.303 contos.

Não restam dúvidas que este Governo aposta na modernização das pescas...

Mas não ficamos por aqui. Poderíamos, se o tempo o permitisse, referir outros exemplos, como o da verba de 8.000 contos destinados à Ilha Terceira para a promoção externa dos produtos regionais, que são, sem dúvida, prova de que o apoio à iniciativa privada por este Governo não é palavra vã...

Quanto às verbas destinadas à Ilha Terceira se estamos desiludidos quanto às programadas, esperamos sinceramente que as mesmas sejam substancialmente melhoradas com as alterações a introduzir.

Apesar de ser usual entre nós referir que temos aquilo que merecemos, não tenho dúvidas em afirmar que o Povo dos Açores em geral e os terceirenses em particular, mereciam mais e melhor.

Os documentos em apreciação são bem elucidativos que este Governo do Partido Socialista que anunciava a Nova Autonomia é bem pior do que se imaginava, pois não só não apresenta opções claras nem objectivos definidos, como também não corporiza as tão propaladas inovações quanto às acções a prosseguir e as políticas a implementar.

No entanto, casuisticamente teremos a oportunidade de nesta Câmara denunciar, a breve prazo, a irrazoabilidade de algumas propostas, a falta de rigor da acção governativa e a inexequibilidade de alguns projectos.

Mais importante do que gerir o discurso é a coerência entre o que se diz e o que se faz, e a concretização das promessas estrategicamente feitas e a realização dos projectos eleitoralmente anunciados.

Os açorianos assim o exigem, os Açores assim o merecem.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão. Como ele não se encontra na sala, neste momento, dou a palavra ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ao cabo de 20 anos de processo autónomo, o Parlamento dos Açores, mercê do equilibrado quadro político-partidário existente, finalmente adquire, por mérito próprio, a sua verdadeira função de espaço privilegiado de diálogo e de debate consequente com vista ao apuramento da vontade do Povo Açoriano.

Isto não quer significar que, no passado, não houvesse legitimidade parlamentar das maiorias absolutas, só que, em vez daquela depender de um homem, depende de uma mais ampla e diversificada participação das diversas sensibilidades da sociedade açoriana.

É bem verdade que o eleitorado açoriano, em Outubro passado, optou pela mudança, mas fê-lo de forma mitigada: especificamente deu mais dois deputados ao Partido Socialista tal como deu também mais dois deputados ao Partido Popular.

Importa pois ter sempre presente a mensagem eleitoral.

E ela é clara: 45,8% dos açorianos confiaram no Partido Socialista e 54,2% dos açorianos confiaram nos projectos de outros Partidos.

Isto é, o que o Povo Açoriano disse, clara e inequivocamente, foi que não queria que um único partido interpretasse a sua vontade colectiva.

É nessa perspectiva que a apreciação destes fundamentais documentos da governação regional deve ser feita na sequência e em sintonia com o Programa do VII Governo Regional aprovado por esta Assembleia Legislativa.

Ainda bem que o Senhor Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais o lembrou no último dia de debate. Embora, na altura, não tivesse olhado para o Grupo Parlamentar do PP, curiosamente é esta a nossa grande preocupação.

É por isso que temos presentes as principais prioridades do Programa do Governo Regional dos Açores, a saber:

- A Reforma das relações financeiras com a República
- A promoção de uma gestão equilibrada da Administração Regional, nomeadamente através da contenção das despesas correntes e da redução efectiva dos lugares de nomeação política.
- A redução do peso da Administração Pública na Economia

Não temos qualquer dúvida que será nestas áreas que o Povo dos Açores aguardam a concretização da desejada e inadiável mudança, já que no respeitante ao fortalecimento das empresas, criação de empregos e solidariedade com os mais pobres estamos perante prioridades universais.

Com a apresentação da política orçamental para 1997 e do Plano Anual, naturalmente, o Executivo Regional propõe-se levar à prática o Programa Governamental recentemente aprovado. Por isso, nada melhor do que recapitular os objectivos orçamentais nele contemplados, e que são:

- Prosseguir uma política orçamental estável e sustentável;
- Reorientar as prioridades de despesa da Administração tendo por princípio a sua redução, por forma a libertar mais recursos para o investimento;
- Muito rigor nas despesas de consumo;
- Eliminar o déficit primário na legislatura;
- Baixar o endividamento para níveis sustentáveis;

Se é verdade que só é possível uma política orçamental sustentável, que assegure a suficiência financeira da Administração Regional, no quadro de uma nova cooperação institucional com o Governo da República, através de uma adequada Lei das Finanças Regionais, não é menos verdade que a proposta Orçamental para 1997

deveria já conter sinais claros de uma nova política financeira que revelasse uma mudança de tendência no desequilíbrio financeiro em que a gestão Autónoma mergulhou.

Porém, infelizmente, não é isso que se verifica na proposta de Orçamento. Senão vejamos alguns importantes indicadores:

Déficit Corrente: O ano passado a diferença entre as Receitas e as Despesas Correntes originou um déficit de 10,7 milhões de contos. Lamentavelmente para 1997, este Governo prevê um déficit corrente de 13 milhões de contos. Isto é, um dos maiores desequilíbrios de sempre em 20 anos de Autonomia .

Despesa Corrente: O Governo anterior fez crescer a despesa corrente 5,7% em 96, para idêntico nível de encargos com a dívida.

A actual proposta de Orçamento faz aumentar as despesas correntes em 12,5%, valor que só é comparável, pela negativa à histórica derrapagem de 1991, que registou um crescimento de 13,1%, correspondente a um aumento de 6,2 milhões de contos. Agora o Governo do PS propõe-se crescer cerca de 9 milhões de contos em relação ao ano passado.

Despesas com Pessoal: A Administração anterior aumentou as despesas com o pessoal 9,6 em 95 e 9,4% em 96.

Para 97 o actual Orçamento prevê, à partida, um crescimento de 8,5% com pessoal, sem incluir uma dotação provisional de 2 milhões de contos.

Se esta verba for afecta a pessoal o crescimento previsto pode ir até aos 15%, o que será dramático para as finanças regionais, se tal ocorrer.

Mas se a rigidez e dependência de decisões do Governo da República é condicionante da evolução natural de grande parte das despesas com o pessoal, já o mesmo não se pode dizer de outros tipos de despesas como a **Aquisição de Bens e Serviços Correntes e a Aquisição de Bens de Capital**.

Ora nesses tipos de despesas, o Orçamento em apreciação para 1997 propõe crescimentos de respectivamente 7,3% e 25,9%.

Isto quer significar que, mesmo nestas despesas que revelam, por excelência, o grau de parcimónias dos gastos correntes da Administração e a contenção de posturas e rigor de gestão, estes princípios não estão consagrados, nem tão pouco foram

utilizados com exemplo dos sinais que uma Nova Administração deveria apresentar, num período que se deseja como de transição, em sintonia com os propósitos fixados em Programa de Governo.

Aliás, a gestão destas verbas depende muito das orientações governamentais.

Porém, é óbvio que para avançar com restrições desta natureza é necessário, antes de mais, vontade política e muita determinação com vista a corrigir os vícios e excessos da Administração.

Assim, o endividamento da Região, perante a inevitável ausência de alterações estruturais, prossegue a um ritmo incontrolável.

Ao propôr-se contrair mais um empréstimo de 19 milhões de contos, que corresponde a um endividamento líquido da ordem dos 16 milhões de contos, isto é, mais 7 milhões de contos do que ocorreu em 1996, o endividamento da Região aumentará quase 14%, quando em 1996 cresceu 8,3%, chegando-se ao final de 1997 com uma dívida directa superior a 130 milhões de contos.

É bem verdade que de nada serve conter o endividamento formal da Região à custa de uma política de não pagamento aos fornecedores, como aconteceu no passado, nomeadamente no sector da Saúde.

Só que, no presente, apesar dos substanciais acréscimos no nível do endividamento institucional da Região também se corre o risco de não conseguir normalizar as dívidas aos fornecedores do sistema de Saúde, o que se revelará negativo, face às promessas entretanto assumidas e às anunciadas antecipações de duodécimos.

Neste particular, entendemos que a Administração deveria ter optado por uma estratégia orçamental que distinguisse claramente os compromissos a assumir com as dívidas do passado, dos que se destinam a assegurar a gestão da gerência de 1997, dando assim mais transparência e realismo à política orçamental.

O Senhor Secretário da tutela do serviço de Saúde já informou o Parlamento dos milhões que o sector deve aos fornecedores, mas, não sabemos, com rigor, qual a parte que será efectivamente paga na gerência do Orçamento de 1997.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

É neste quadro que devemos entender as propostas de alteração que o Partido Popular faz ao Orçamento Regional e que são do conhecimento de todos.

O Partido Popular quer uma administração mais leve, mais racional, mais produtiva, mais económica, mais compatível com a nossa dimensão económica e social.

Mas o PP tem um projecto responsável e realista.

Enquanto não houver uma reforma da Administração, infelizmente, não é possível conter as verbas necessárias ao pagamento dos salários de quem a serve.

Ao contrário daqueles poucos que, contra os ventos da História, gostariam de fazer de cada açoriano um funcionário público, o PP actua em absoluta sintonia com a vontade de mudança do povo açoriano, numa perspectiva de modernização duma Administração que deve ter um peso adequado à capacidade regional do sector directamente produtivo que, ao cabe e ao resto, a deveria sustentar.

Assim, a almejada redução das despesas com o pessoal terá de ser feita através da racionalização das orgânicas e de medidas de política que transfiram para o sector privado da economia, nas ilha e sectores onde tal seja possível, algumas das tarefas que inadequadamente e em prejuízo da livre iniciativa estejam a ser realizadas pela Administração Pública.

Como o Partido Popular não defende nem nunca defendeu despedimentos na Administração Regional, impõe-se criar mecanismos à boa gestão no sector.

Daí as nossas propostas sobre Aposentação Voluntária que consiste no aditamento ao articulado do Orçamento da norma de que o "Governo Regional proporá junto da Administração Central a criação de medidas excepcionais que visem a aposentação antecipada e voluntária dos funcionários e agentes da Administração Regional que o requeiram e que possam ser considerados disponíveis".

Como uma medida desta natureza vai, certamente, ao encontro das preocupações do Governo da República, em relação ao elevado crescimento das despesas correntes da Região, é de admitir uma boa recepção do 1.º Ministro para a mesma.

Presumo que a reacção do Sr. Presidente do Governo, à convicção...

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): É um piadão!

O Orador: ... com que o Partido Popular defende essa medida, dá-nos a garantia, de facto, de que teria a capacidade de dar uma resposta ao 1.º Ministro de Portugal de uma preocupação que nós sabemos que não é recente...

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Desde já, fica os nossos agradecimentos!

O Orador: Muito obrigado.

... porque já Cavaco Silva tinha a mesma preocupação, só que o anterior governo do PSD não foi capaz de dar uma resposta e uma justificação adequada.

Paralelamente o PP propõe uma alteração ao Orçamento no sentido de que o "Governo Regional deve reduzir, em pelo menos 15%, o número de Direcções de Serviço e de Divisões da Orgânica da Administração", ao mesmo tempo que se obriga a que as mesmas sejam preenchidos mediante realização de concursos públicos.

Estamos convictos que este patamar mínimo de um corte de 15% no número de Chefias é razoável e facilmente ultrapassável pelo Governo Regional, se na verdade se optar por uma verdadeira reforma da Administração. São inúmeras as Chefias que se chefiam a si próprios, na sequência de uma política esbanjadora e irresponsável que no passado utilizou a criação de Chefias como instrumento para premiar amigos e favorecer correligionários.

Deputado José Monjardino (*PP*): Muito bem! Muito bem!

O Orador: De nada servirá a redução do número de Secretários Regionais se o mesmo princípio não for levado às chefias intermédias da Administração.

Com o objectivo de promover uma maior transparência e avaliação do parque automóvel da Administração e sua evolução, o Partido Popular propõe a publicação em Jornal Oficial do cadastro actualizado e completo, por departamentos e por Ilhas, dos veículos automóveis ligeiros, bem como dos equipamentos e máquinas pesadas ao serviço da Administração directa e indirecta da Região.

Também neste domínio, o Partido Popular propõe a colocação em material reflector, nas zonas laterais de todas as viaturas, máquinas e equipamentos da Administração Regional, da expressão "Para exclusivo Uso Oficial", com exclusão das viaturas oficiais dos Gabinetes dos Membros do Governo. Esta medida, teria, estamos certos, um enorme efeito moralizador no uso das viaturas, máquinas e equipamento da Administração, dando mais possibilidade de serem as próprias populações os

primeiros a zelarem pelo cumprimento das regras da boa utilização dos bens públicos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para além destas Propostas de Reforma e de Princípios, o Partido Popular não poderia deixar de propor uma redução efectiva nas despesas correntes que não têm reflexo nos direitos e garantias dos funcionários públicos, mas que traduzem uma efectiva redução dos gastos e dão um exemplo para a sociedade da contenção que se deve exigir à máquina administrativa regional.

Assim, o Partido Popular propõe que as despesas com a Aquisição de Bens e Serviços Correntes deve ter um crescimento zero em relação aos gastos efectuados em 1996.

Este congelamento da verba gasta no ano anterior, pressupõe uma redução de 6,5% em relação à dotação agora proposta, e equivale a uma diminuição de 170.000 contos no Orçamento.

Igual medida de congelamento se propõe em relação à verba para aquisição de Bens de Capital que, como se sabe, cresce 26% na proposta de Orçamento.

Com esta proposta corta-se 60 mil contos neste tipo de despesa, o que corresponde a uma redução de cerca de 21% em relação à verba proposta pelo Governo no Orçamento.

Em ambos os casos se propõe uma redução por todos os departamentos governamentais. Todavia, se o Governo Regional entender preferível ser ele próprio a indicar a graduação dos cortes por cada Departamento, o Partido Popular já tem proposta alternativa nesse sentido que a todo o momento poderá fazer entrar na Mesa, caso o Governo entenda dar um sinal a esta Assembleia de qual seria o seu desejo.

Esta posição é bem reveladora do grau de colaboração nestas matérias e por isso aguardamos uma posição do Senhor Secretário Regional das Finanças.

Idêntico corte de 60 mil contos se propõe nas transferências correntes, e que corresponde ao Orçamento de Funcionamento do pretenseo IRICTA que certamente não verá a luz do dia em 1997, independentemente das dúvidas que o Partido Popular possa ter quanto à fatalidade da sua necessidade.

Por último, também propõe uma redução de 100 mil contos nas Outras Despesas Correntes, no correspondente à verba a transferir para a Assembleia Legislativa Regional, dado que, por indicação do Senhor Presidente da Assembleia, e face ao ritmo de execução do orçamento do corrente ano, este valor poderia ser libertado.

Assim, de acordo com as Propostas do Partido Popular, as Despesas Correntes da Administração Regional para 1997 poderão sofrer uma redução de 390 mil contos, que reforçarão as verbas de Investimentos em idêntico montante, fazendo estes ultrapassar os 38 milhões de contos.

A par destes quase 400 mil contos de reforço do Plano, fazemos também propostas de redução de verbas em Programas que integram acções dispensáveis ou mal concebidas, como sejam as chamadas "Lanchas Rápidas de Fiscalização"...

(Vozes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Olhe que a ideia da Armada Regional, julgo que foi nossa!

(Risos da Câmara)

Em relação ao IRICTA, essa matéria será depois desenvolvida pelos meus colegas de bancada, mas em relação ao IRICTA, há elementos aqui presentes que estão a cometer uma grande injustiça. É que todos nos lembramos que há 4 ou 8 anos uma das características do Plano de Médio Prazo do Governo de então, do PSD, era, segundo creio, fazer os Jogos Olímpicos de 2004 na Ilha das Flores. Penso que esta era uma das grandes metas do governo de então e, pelo facto, de agora o Partido Socialista querer levar um socialista açoriano à Lua, julgo que não é nada, digamos, que não esteja dentro dessa linha que o PSD há uns anos inaugurou com o seu Plano. E o caso do "Parque de Máquinas" possibilitarão, sob a nossa perspectiva, a introdução no Plano de projectos de investimento que se afiguram como prioritários e constituem anseios das nossas populações não devidamente contemplados, conforme referi e serão posteriormente explicados.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Em relação aos Planos para 1997 e PMP, importa fazer algumas considerações.

No que respeita à estrutura do Plano anual a mesma afigura-se substancialmente melhorado face à anteproposta apresentada, que de forma, na altura, inaceitável apenas contemplava 25 programas e continha uma exagerada dotação não desagregada.

A recomendação do Partido Popular no sentido de que o documento fosse reestruturado em 33 Programas veio não só possibilitar uma melhor arrumação dos diferentes projectos, como também introduzir um maior equilíbrio nas dotações por programa e na capacidade de controlo e fiscalização que é exercida pelo Parlamento. De resto, se os Planos anteriores se subdividiam em 30 Programas, seria incompreensível que o Plano de 97, com um substancial aumento de verbas, se ficasse por menor número de Programas.

Quanto, à verba não desagregada, que atingia os 29% do Plano, também se verificou, uma evolução muito satisfatória para os actuais 24,5%, como era requerido. Aliás estes valores baixam para cerca de 22%, com os dados que entretanto o Governo Regional está em condições, segundo sabemos, de apresentar ao Parlamento, ou já os apresentou, e assim se obtém a desagregação por ilha de todas as verbas que são susceptíveis de o fazer.

É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não nos parece correcto fixar limites para desagregar verbas, porque, sob a nossa perspectiva, o que é importante é que se desagregue tudo o que é desagregável, porque se der 24 é 24, se der 22 é 22, se der 12 é 12 e no caso em apreço temos consciência que essa baixa dos 29 para os 22 ou 23% é aquilo que é razoável, face ao que está contido no Plano.

Finalmente, no que respeita à quantificação das acções, no âmbito de cada projecto, importa realçar muito positivamente o esforço adicional que o Governo fez no sentido de preencher aquela lacuna, apresentando um documento exclusivamente destinado àquele efeito.

Assim, no que concerne às questões de forma e de âmbito informativo, o Parlamento dispõe agora dos dados essenciais a uma apreciação capaz do Plano anual para 1997, o que corresponde a uma resposta atempada às lacunas detectadas nos documentos inicialmente apresentados.

Sr. Presidente e Srs Deputados:

Matéria mais complexa é a que se prende com o Plano de Médio Prazo e, independentemente do seu conteúdo, há uma questão prévia de oportunidade e de enquadramento.

O PP sempre se bateu no sentido de que um documento com estas características tivesse subjacente um quadro financeiro minimamente realista.

Ora, no caso concreto, o que se verifica é a ausência de uma referência fundamentada às fontes de financiamento dos investimentos previstos, o que impede uma aprovação consciente do proposto nível de despesas do Plano de Médio Prazo.

Se no passado estas situações ocorreram por imposição da maioria absoluta de então, com resultados francamente negativos, quer ao nível de inadequadas revisões em baixa dos objectivos fixados, quer ao nível do incontrolado endividamento da Administração, no actual quadro ambas as consequências seriam inadmissíveis.

Para o Partido Popular não seria politicamente correcto que este Parlamento criasse perspectivas optimistas de investimento na população açoriana para daqui a seis meses vir alterar profundamente os montantes ora previstos mas para pior. Será o facto da Região já não poder continuar a recorrer ao endividamento descontrolado, como o fez até aqui, para ocorrer às insuficiências das restantes origens de fundos, nomeadamente das Transferências do Orçamento do Estado.

Como documento de transição bastam os de 1997, cujo orçamento, como já vimos, apresenta desequilíbrios insustentáveis ainda mais graves do que os verificados no passado.

Não podemos aprovar um Plano de Médio Prazo com o estatuto de documento de transição.

O que é correcto e lógico é conhecermos os meios que a Região disporá nos próximos anos para em consciência avaliarmos das respectivas propostas de aplicação.

Aliás, esta filosofia tem também bom enquadramento no próprio Programa do VII Governo Regional, na medida em que se reconhece que o passado recente revelou claramente a ineficácia e prejuízo para os Açores das estratégias políticas que

alimentaram o conflito e o desentendimento entre os órgãos regionais e os de soberania.

Ademais, a primeira prioridade do Programa do VII Governo Regional do Partido Socialista, é a Reforma das Relações Financeiras com a República, explicitando-se que "um novo regime económico e fiscal necessita de delimitar com mais precisão três áreas básicas:

1.^a - A Autonomia Financeira da Administração Autónoma

2.^a - A Solidariedade que o Sistema proporciona

3.^a - A responsabilidade fiscal da Administração Central e Regional

Ora, quem definirá tudo isso é a nova Lei das Finanças Regionais, que, como sabemos, está para breve.

Assim, se o novo regime económico e fiscal está condicionado pela Lei das Finanças Regionais, por maioria de razão o Plano de Médio Prazo 97-2000 o estará também.

Nesta base a proposta do Partido Popular, no sentido do adiamento da apreciação e votação do PMP, tem sólida fundamentação.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Ah agora já estou a perceber!

O Orador: Já o havíamos proposto antes, e nunca é demais lembrá-lo, com a vantagem de que o Orçamento e Plano para 1997 poderiam ter sido apresentados em Fevereiro passado com os benefícios e todas as vantagens para a economia açoriana e administração regional.

Na altura, PS e PSD convergiram no sentido contrário, só que o presente do PSD estava claramente envenenado, como era facilmente compreensível. Agora, como era de esperar, o PSD também requer que o Governo clarifique os meios financeiros de que dispõe para sustentar um investimento de 168 milhões de contos no quadriénio, e a verdade é que o Governo Regional não o pode fazer. Mas poderá e deverá fazê-lo em Outubro próximo.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O Partido Popular propõe à Assembleia Regional que a Proposta de PMP 97-2000 baixe à Comissão Parlamentar de Economia Finanças e Plano até 30 de Novembro próximo, a aguardar que o Governo Regional reúna as condições para poder apresentar um quadro realista e fundamentado das fontes de financiamento do

investimento proposto, o que acontecerá com o conhecimento da Lei das Finanças Regional a aprovar brevemente pela Assembleia da República.

Como para apresentar o Requerimento de Baixa à Comissão, no fim da discussão do PMP, é necessária a assinatura de 5 Deputados, o Partido Popular solicita desde já a subscrição de mais dois Srs. Deputados para que tal aconteça.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O Parlamento Regional é conhecedor das nossas propostas sobre os documentos em apreciação e dos seus fundamentos que nos parecem sólidos e transparentes.

Da discussão aberta e franca sobre as mesmas todos ganharão.

Estamos conscientes que, pela nossa parte, contribuímos muito activamente para que se crie as condições para a Região vir a possuir um Plano e Orçamento melhorado para 1997, e, no momento próprio, um Plano de Médio Prazo solidamente sustentado na Lei das Finanças Regionais. Entretanto os montantes de investimento propostos para o quadriénio poderão funcionar como referência para o calculo das necessidades de financiamento da Região, como parece ser desejo do Governo Regional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): É um talento perdido!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Uma questão que sempre preocupou o PCP/Açores na sua actividade política geral e, em especial, na actividade parlamentar, foi a política de habitação.

Sempre criticámos as hesitações e a pequena escala em que foi executada esta política de habitação no que diz respeito às classes e camadas sem recursos.

De facto existe nos Açores uma política de habitação que motivou apoios públicos a muitos milhares de cidadãos, mas o que é bem certo, é que o número de famílias que vivem em situações habitacionais de grande precariedade não diminuiu.

Esta realidade significa essencialmente que a política habitacional que tem existido não tem visado, prioritariamente, atacar os problemas mais sérios e graves, e esses dizem respeito a famílias desprovidas de recursos.

É tempo de alterar esta situação. Concordamos que existe uma política de habitação muito alargada, que privilegie o acesso aos jovens casais, que permita soluções para famílias de recursos médios ou baixos e que procure atacar estes problemas em cada uma das ilhas.

O que não podemos aceitar é que não se passe a considerar, com outros olhos e com outra determinação as centenas de casos que atingem famílias desprovidas de recursos.

Um dos problemas mais antigos e mais sérios que se põem nesta área tem a ver com o facto de famílias sem recursos, que vivem em casa arrendada, não poderem usufruir de apoios previstos para recuperação à habitação degradada.

Para ultrapassar este grave problema o PCP/Açores propõe ao Governo Regional que apresente ou aprove legislação que responda a esta situação.

Na opinião do PCP/Açores todas as famílias que vivem em habitações degradadas, que sejam arrendadas deverão ser encaradas como famílias a realojar em habitação condigna, devendo para o efeito serem incluídas numa lista prioritária adequada. A Região terá assim, que executar programas de aquisição ou construção que permitam essa política.

Com a rápida aprovação de um quadro legal que estabeleça o que atrás se disse, seria de todo vantajoso que o Programa 28 (projecto 28.2) do Plano tivesse um reforço de verba.

O PCP/Açores espera que o Governo se mostre sensível a dar este passo concreto no sentido de equilibrar um pouco a política de habitação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O combate à pobreza e à exclusão social faz-se, certamente, pelo desenvolvimento de uma política que, no plano económico e no plano social, crie, ela própria, as possibilidades e as oportunidades que os cidadãos e as famílias necessitam.

Temos, entretanto, consciência que um processo de desenvolvimento não tem dinâmicas próprias de combate a desequilíbrios sociais profundos, marcantes e arreigados como aqueles que existem nalguns pontos da Região e se transmitem, tendencialmente, por via das próprias famílias que vivem nessas situações.

Habitação, saúde, educação, emprego e formação profissional, são áreas que, integradamente, têm de concorrer para o ataque aos problemas agudos de exclusão social.

Antes porém de qualquer medida este problema, que é muito sério, necessita da sensibilidade de todos nós.

Não é aceitável que 21 anos depois de termos governo próprio e 20 anos depois de dispormos de orçamento próprio, os índices de habitação degradada concentrada, de alcoolismo e outras doenças sociais, de fuga à escolaridade obrigatória, de subemprego e de emprego com rendimentos muito baixos, sejam índices tão elevados.

Há também que ter consciência que o presente crescimento do desemprego e as quebras de rendimento de alguns sectores, criam o caldo de cultura para a manutenção e agravamento destes problemas de exclusão social.

Para nós o ataque a este problema, sendo muito complexo, depende em grande parte da existência ou não, de vontade política em promover, de forma transparente, as acções que são indispensáveis.

Chegou a nosso ver a hora de transformar a solidariedade em acção concreta, juntando vontades, integrando medidas e meios, introduzindo eficácia e total transparência nos trabalhos desenvolvidos.

Só assim se poderá obter resultados progressivos no combate aos fenómenos de exclusão social e pobreza.

O programa 23 - Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social, é composto por dois projectos, o de Equipamentos de Apoio a Idosos e o de Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude, que são projectos muito importantes, na medida em que contêm meios essenciais à acção de muitos organismos de solidariedade existentes na nossa sociedade.

Pensamos entretanto que este Programa 23 deveria ter mais um projecto integralmente virado para o combate integrado à exclusão social e às situações de pobreza extrema.

Sem prejuízo de qualquer acção prevista no âmbito dos serviços existentes e especialmente viradas para estas questões, há que criar uma nova filosofia de

tratamento da exclusão social. O novo projecto que sugerimos para o Programa 23 deveria, neste ano, dispor de meios para instalação e arranque do funcionamento de um Conselho Regional de combate à exclusão social, a ser instituído urgentemente por Decreto Legislativo Regional.

Nos anos seguintes do quadriénio esse projecto integraria os meios necessários ao desenvolvimento das acções específicas próprias do projecto.

O Conselho que aqui referimos seria um órgão onde as diversas componentes necessárias teriam assento, nomeadamente as vertentes governativa, política, de solidariedade e de serviços. A este Conselho competiria elaborar e propor anualmente um Plano de Combate à Exclusão Social que o Governo, depois de aprovar, integraria nos Planos anuais.

Esperamos que haja vontade política e sensibilidade para se avançar neste sentido. Se o houver estamos no bom caminho. Caso contrário a esperança enfraquecerá.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muitos outros problemas gostaríamos de trazer a este debate, mas a organização dos trabalhos e os tempos disponíveis não o permitem.

Não queremos no entanto deixar de referenciar mais algumas questões importantes.

A presença nesta Assembleia, na passada semana, dos lavradores que entregam o seu leite à empresa LAFAL, nesta Ilha do Faial, levantou um problema essencial que o PCP, já anteriormente, vinha tratando com o Governo. Trata-se da regularização definitiva destes problemas de atraso nos pagamentos garantindo duas coisas: por um lado há que assegurar a viabilidade das empresas (privadas ou cooperativas) que transformam o leite e por outro lado há que assegurar que o trabalho de centenas de lavradores não é ilegitimamente apropriado ou por gente sem escrúpulos ou por gente irresponsável.

Pensamos que o Governo Regional terá que dispor de meios para atacar frontalmente este problema e resolvê-lo neste ano.

A inclusão no PMP da construção de duas lanchas rápidas para fiscalização da pesca constitui um episódio pouco feliz que interessa erradicar do referido documento.

O reforço dos meios para a renovação da frota de pesca artesanal e a garantia de realização das obras dos portos de Rabo de Peixe e Ribeira Quente serão boas alternativas para as verbas inicialmente pensadas para as lanchas.

O Plano Anual e o PMP terão que resolver ou dar indicação para a resolução de alguns problemas nas mais diversas ilhas.

Questões como por exemplo o entreposto frigorífico das Flores, a área de pesca do Porto de Ponta Delgada, o indispensável e muito urgente alargamento da Marina da Horta ou o Porto do Corvo, são questões que terão que ficar arrumadas com estes Planos.

Assim o esperamos e assim o esperam milhares de açorianos.

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

É só para dar uma informação ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

De facto, nós estamos a pensar, como eu anunciei no meu discurso, fazer propostas de alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 14/95 que prevê essa situação de apoios às pessoas que estão em regimes arrendatários e que até agora não têm essa possibilidade. Portanto, na altura própria, pensamos trazer este documento à Assembleia no sentido desses melhoramentos serem feitos.

Era só para manifestar a abertura do Governo Regional a este tipo de situação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente para uma intervenção.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento económico dos Açores é tarefa central e missão principal do VII Governo Regional, num processo de permanente reforço da Autonomia, nas suas dimensões política e económica.

O Programa do VII Governo Regional, aprovado nesta Assembleia, define como orientação estratégica a prosseguir nesta legislatura a revitalização do sistema da

economia empresarial regional e a dinamização de novas formas de participação e parceria pública e privada. Quando se fala de sistema empresarial como conceito abstracto não nos devemos esquecer de quem são os nossos empresários.

A composição do empresariado regional reflecte a estrutura da economia açoreana. Com 22 218 explorações agrícolas , 827 estabelecimentos industriais e 2605 estabelecimentos comerciais é evidente a concentração da actividade empresarial no sector primário. Esta concentração acentua-se ainda, se tomarmos em conta que mais de 70% dos estabelecimentos industriais são Agro-industriais. De facto as actividades empresariais ligadas directa e indirectamente ao sector primário são a base da economia regional.

De facto, revitalizar o sistema de economia empresarial não pode esquecer os 5320 empresários agrícolas a título principal e tão pouco os 16.898 que exercem essa actividade a tempo parcial.

De facto, para além das indústrias de alimentação, bebidas e tabaco, da indústria de cortumes, das actividades relacionadas com o abate e a transformação de madeira que laboram matérias-primas provenientes do sector agro-florestal, o sector primário é também um dos principais clientes do comércio e serviços comprando factores de produção em excesso de 30 milhões de contos por ano.

O sector primário conforme é ilustrado pelos vários indicadores de emprego e produto, assume, por isso, uma grande importância, não obstante a progressiva redução dos seus postos de trabalho, quando comparado com os valores equivalentes para a economia nacional.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo.

A economia açoriana registou nos finais dos anos oitenta e primeira metade dos anos noventa uma tendência para a desaceleração do crescimento da produção com uma evolução diferenciada de segmentos associados à procura externa, nos quais incluindo os lacticínios, a exportação de gado, entre outros, reflectem uma taxa de crescimento superior à média e dos ligados à procura interna que tendem, ao longo deste período, a desacelerar.

Um outro indicador de grande significado na determinação da contribuição do sector primário para o crescimento da economia é o indicador da sua produtividade. A

produtividade média por activo empregado no sector primário açoriano é de 150% do valor verificado no Continente.

Saliente-se que esta vantagem se verifica também nas agro-indústrias com valores de produtividade média superior aos nacionais.

Sras. e Srs. Deputados:

A análise dos ritmos de crescimento e da produtividade revelam, de facto, que dos sectores que menos tem contribuído para a modernização e para o aumento da produtividade é o sector terciário. De facto, onde se tem verificado alterações significativas, mercê do investimento privado, mercê do investimento público, é em primeiro lugar, no conjunto do sector primário e no conjunto da agro-indústria.

As actividades económicas predominantes na nossa Região, retiram muitas das suas vantagens dos recursos naturais exigindo também, para manter e aprofundar essas vantagens, um maior esforço de capital. São essas, hoje em dia, as actividades mais capital intensivas da economia açoriana e que simultaneamente mais dependem do desempenho da produção agrícola e quem tiver algumas dúvidas sobre estes números poderia, por exemplo, ontem, numa visita às novas instalações da PRONICOL, a ilha Terceira, ter constatado que hoje em dia uma fábrica de lacticínios não é o que era há 10 ou 15 anos atrás e que grande parte daquele investimento é, por exemplo, electrónica de comando autónoma que substituem grande parte da mão-de-obra.

Estamos a falar aqui verdadeiramente de investimentos em capital intensivo, contrariamente a outros investimentos noutros sectores, nomeadamente sectores de indústria não ligados ao sector primário e mesmo investimentos no sector terciário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A política para este sector tem uma perspectiva integrada e multi-sectorial como se apreende dos grandes objectivos finais definidos neste PMP:

em primeiro lugar reforçar a competitividade das fileiras do leite e da carne depois promover o desenvolvimento sustentado da floresta, harmonizar os recursos físicos com os recursos marinhos na área da pesca e assegurar os equilíbrios naturais no contexto da política de ambiente regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma fileira ou cadeia de valor, termo utilizado neste Plano a Médio Prazo, engloba todas as actividades que permitem acrescentar valor a um produto desde a exploração agrícola, passando pela transformação, comercialização e promoção.

A programação para o próximo quadriénio toma em conta este conceito de fileira e de cadeia de valor, englobando-os num conjunto de projectos que passo a rever:

1. Infraestruturas agrícolas, enquadrando o conjunto de acções no denominado abastecimento de água, dos caminhos agrícolas no âmbito dos Perímetros de Ordenamento Agrário, a electrificação agrícola, e o financiamento do organismo que concebe, planeia e fiscaliza este conjunto de acções, o IROA. A comparticipação regional prevista para o quadriénio é de 2,2 milhões de contos gerando um investimento de 13,1 milhões de contos. Enquadra-se neste projecto o financiamento das acções do GEPAP no domínio das estruturas agrícolas para o ano de 1997.

É importante aqui também, no que respeita a infraestruturas agrícolas, dizer um esclarecimento: neste projecto não estão englobados todos os investimentos em estruturas agrícolas, porque neste projecto somente estão englobadas acções dentro dos perímetros de ordenamento agrário e, não nos esqueçamos que os perímetros de ordenamento agrário não incluem a totalidade das áreas de actividade agrícola.

Todo o outro investimento em estruturas agrícolas, nomeadamente em caminhos, não está incluído neste projecto, mas sim no projecto ligado ao desenvolvimento florestal que contempla uma rubrica substancial que podemos ver a seguir.

2. Sanidade animal e vegetal com um investimento regional de 2,9 milhões de contos dos quais 2 milhões na sanidade animal reforça claramente a opção tomada de erradicação da brucelose e a manutenção dum esforço sustentado até ao ano 2000;

3. Modernizar as explorações agro-pecuárias que congrega fundamentalmente as actividades de experimentação e divulgação nas suas múltiplas vertentes com um investimento regional de 1.4 milhões de contos;

4. Reduzir custos de exploração suportando um conjunto de apoios ao investimento. As organizações de produtores enquanto fornecedores de serviços de apoio aos agricultores, bem como a comparticipação no progresso regional de saneamento financeiro ainda a decorrer, e no pagamento de indemnizações compensatórias num total de 5 milhões de contos.

5. Transformação e comercialização que engloba acções de apoio à qualidade e certificação bem como o apoio ao investimento privado e cooperativo na indústria agro-alimentar e o investimento público na rede de abate regional. Nesta rede de abate englobam-se projectos que vão da pequena casa de matança na ilha do Corvo aos matadouros industriais de S. Miguel e da Terceira. Como já referi repetidas vezes, o investimento na rede de abate atinge os 9,5 milhões de contos dos quais apenas a comparticipação regional de 4 milhões está inscrita neste plano mobilizando a utilização de 5,5 milhões de fundos comunitários.

6. Dos projectos englobados no programa de diversificação da base económica queria realçar a inclusão da promoção de produtos açorianos no mercado interno bem como os incentivos a novas culturas.

Por último dos 3 projectos que constituem o programa de desenvolvimento florestal, é importante chamar a atenção para o investimento em caminhos rurais que poderia ser incluído no programa de infraestruturas agrícolas e abrange todas intervenções fora dos Perímetros de Ordenamento Agrário num montante de 2,5 milhões de contos.

A totalidade destes projectos mobilizam 26,9 milhões de contos de fundos regionais o que somado às comparticipações comunitárias, aumentaria nos investimentos de natureza pública em infraestruturas agrícolas (10,8) e na rede de abate regional (5,5) excede o compromisso de 40 milhões de contos assumido pelo Partido Socialista.

aliás, para quem tiver dúvidas e ler com atenção este Plano, poderá ver uma página que não é célebre, mas que com certeza traz muita informação e refiro-me à página 122 que tem um quadro do volume global de financiamento gerado por este Plano a Médio Prazo em que se diz que de fundos comunitários não orçamentados se espera a entrada de 46 milhões de contos e desta 36 milhões de contos dizem respeito ao FEOGA.

Poderão perguntar: Então porque não somar estes 36 milhões de contos aos 26,9 milhões de contos de fundos regionais? Porque não consideramos que a totalidade destes fundos seja investimento reprodutivo; porque estamos aqui também a falar de medidas que são apoio ao rendimento e despesa que não é reprodutiva.

Numa perspectiva de investimento continuamos a dizer claramente e a considerar apenas o esforço de investimento público, porque também poderíamos ir mais longe e poderíamos incluir nestas contas o esforço de investimento privado que é mobilizado pelo investimento regional e, se assim o fizéssemos, poderíamos atingir números muito superiores.

Aliás, para quem tem memória curta, em relembro a anterior discussão do Plano a Médio Prazo e uma intervenção feita nesta Casa que faz, vinda de uma bancada oposta, o mesmo tipo de raciocínio.

Ainda falando de contas e das muitas contas que aqui foram feitas nesta Casa, importa referir que algumas percentagens aqui apresentadas, com ar de quem sabe utilizar uma máquina de calcular e de quem porventura está a fazer um favor a este Governo, dando determinados números, se enganou, porque, de facto, se quisermos aplicar o mesmo tipo de critérios, deveríamos, nas contas que aqui são feitas, considerar a totalidade do investimento nos programas 1, 2, 3 e 4 destinados ao investimento agrícola, excluindo as calamidades, e se comparássemos com o investimento global, chegaríamos à conclusão de que um investimento na área agrícola que, no primeiro ano deste Plano, 1997, representa 17% do valor de investimento global, sobe, ao longo deste Plano para 19% do volume de investimento global, excluindo calamidades, o que quer dizer que em média neste Plano a Médio Prazo 18% dos Fundos Regionais são atribuídos a este sector.

As mesmas contas deveriam ser feitas também para o sector das pescas e se fossem feitas de forma correcta, chegariam à conclusão que os 16 milhões, oitocentos e noventa e três mil contos, incluindo o sector das pescas, representam, efectivamente, 7% do volume de investimento global, excluindo calamidade.

As mesmas contas e os mesmos critérios deveriam, aliás, também ser aplicados ao ambiente e se as fizessem, excluindo calamidades, chegariam também à conclusão que aqui há um aumento percentual do investimento nesta área. Recomeça em 2% em 1997 e sobe para 4% em 1999 e estabiliza em 3%, que é a média de investimento neste período, ou seja, no período de 1997/2000.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Chega de contas neste caso.

Passaremos então ao sector das pescas.

O mar dos Açores, com perto de 1 milhão de km², constitui a maior subárea da ZEE portuguesa. Em termos de volume de capturas é a segunda mais importante. São quatro os grupos de espécies mais capturadas a saber: tunídeos, espadarte, demersais (goraz, cherne, boca-negra, peixe espada e algumas outras espécies capturadas com palangre de fundo), e mais recentemente juntou-se às anteriores uma pescaria de espécies de profundidade.

O contexto europeu e nacional no sector das pescas continua a ser condicionado pela sobre exploração de recursos e por uma maior agressividade dos nossos concorrentes na ocupação e exploração dos recursos no Oceano Atlântico.

Assim, a primeira e mais importante consideração é a verdade elementar que sem recursos pesqueiros não há actividade de pesca nem indústria transformadora que sobreviva.

A necessidade de urgentemente se implementarem regionalmente mecanismos de gestão dos recursos locais, sobretudo demersais e espécies de profundidade, bem como a imposição do estabelecimento de quotas para espadarte e rabilo, que poderá em breve ser alargado ao patudo, torna premente e mais do que nunca pertinente que se aborde a questão da gestão adequada dos recursos e da fiscalização, sobretudo para fora das 6 milhas. A sujeição dos nossos pescadores a limites de capturas das mais variadas espécies suscitará inevitavelmente a questão de saber que medidas tomou o Governo Regional relativamente ao controlo da pesca por frotas não residentes?

A situação é tanto mais complexa quando Portugal a partir de 1987 iniciou um projecto, cofinanciado pela Comunidade Europeia, cujo modelo assenta no conceito de Autoridade Nacional de Pesca (ANP), de âmbito civil na dependência da tutela governamental do sector das Pescas e criou no âmbito do SIFICAP um Centro de Controlo das Actividades de Pesca que deveria assegurar a autorização das várias entidades envolvidas e o tratamento de informação proveniente das diversas fontes, nomeadamente, Inspecção Geral das Pescas, Marinha, Força Aérea e Direcção Geral das Pescas.

A instalação do SIFICAP tem vindo a ser efectuada, estando hoje em dia na sua terceira fase: uma 1.^a fase que decorreu entre 1988-90; uma 2.^a fase que acabou em 1995 e uma 3.^a fase que começa agora e se prolonga até ao ano 2000.

Neste quinquénio de 1996 a 2000, prevê-se a aquisição a nível nacional de 4 lanchas de fiscalização rápidas, e refiro-me ao projecto nacional, 2 helicópteros, bem como a renovação de todo o parque informático e respectivas aplicações, num total de 11 milhões de contos.

Quero lembrar, nesta Casa, que as anteriores fases deste projecto, das quais não existe investimento feito na Região, levaram a um investimento em diversos equipamentos informáticos, com o desenvolvimento das respectivas aplicações, à aquisição de viaturas para a fiscalização interna, à aquisição de 5 lanchas de fiscalização rápida da classe "Argus", de 8 lanchas de 12 metros, de 15 embarcações semi-rígidas, 16 botes pneumáticos, com respectivos motores fora de borda, para a Marinha, de 2 aeronaves para a Força Aérea e ainda à modernização e reequipamento de 6 Corvetas da classe "João Coutinho", 10 Patrulhas da classe "Cacimo", 12 lanchas de fiscalização da classe "Albatroz", 2 lanchas da classe "Loleige" e 5 da classe "Argus" bem como a aquisição de 3 aeronaves.

Estas aquisições, modernizações e reequipamentos, envolveram um custo total de aproximadamente 12 milhões de contos.

Durante estas duas fases deste projecto, a Região viu transferir, para o seu domínio, uma série de competências, nomeadamente no controle e gestão dos recursos e fiscalização, sem a correspondente transferência de recursos, ou seja, estamos aqui mais uma vez perante um processo de autonomia que nós não defendemos. nós não defendemos competências sem suficiência financeira. é isso que temos vindo a combater ao longo do tempo.

Defendemos aqui e continuaremos a defender competências sim, mas com dotações financeiras equivalentes.

Eu disse aqui há pouco que a Região não teve nenhuns meios, quero corrigir: há, de facto meios; os únicos meios que a Região dispõe não são a armada, com que hoje em dia se goza nesta Casa, mas sim os dois Citroenes cinzentos que eram utilizados pelo anterior detentor desta pasta e que eram utilizados para ir a touradas e para

passar ao mercado do gado. Essa sim, era a armada do anterior Governo Regional. Essa era a armada que aceitou competências sem pedir os meios necessários. Nós não iremos repetir essa triste saga.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A situação é tanto mais complexa quanto, como disse atrás, têm sido transferidas para a Região competências no âmbito da inspecção anteriormente exercidas pelo Instituto Português de Conservas de Pescado (Dec-Lei n.º 196/96) e pela recente publicação da orgânica da Inspeção Geral das Pescas (Dec-Lei 92/97), que remete para as Regiões Autónomas a responsabilidade de inspecção, no seu sentido mais lato incluindo também a fiscalização.

"O controlo das actividades da pesca exerce-se no mar e em terra e nos portos de pesca, nomeadamente pela fiscalização das descargas do pescado, dos diários de pesca, das notas de venda ou das artes e apetrechos colocados a bordo, mas para ser eficaz tem, necessariamente, que ser exercido no mar, quer por meios marítimos, quer por meios aéreos de fiscalização, que em plena faina verifiquem a actividade desenvolvida pelas embarcações de Pesca". Acabei de citar uma intervenção do inspector Geral de Pescas na última Semana das Pescas realizada nesta cidade da Horta.

Aliás, é esta Inspeção Geral de Pescas que coordena, a nível nacional, todo o sistema de recolha de informação e o planeamento de acções que são executadas no âmbito da legislação nacional, quer pela Força Aérea, quer pela Marinha. Portanto, não se preocupem, Srs. Deputados da oposição, porque não vai haver marinha açoriana, nem força aérea açoriana. Não vamos, de certeza, declarar independência. Disso, com certeza estamos livres.

(Risos da bancada do PSD)

A proposta de PMP presente nesta Assembleia reflecte estas preocupações ao inscrever uma dotação de 1,4 milhões de contos para o projecto Inspeção e Gestão que contemple acções de acompanhamento da actividade de produção de conservas, congelados e farinhas, fiscalização das artes de pesca e aparelhos, monitorização da

frota de pesca, fiscalização e a realização de projectos de investigação no âmbito do Departamento de Oceanografia e Pescas.

Queria somente aqui referir uma proposta de alteração a este Plano a Médio Prazo que corta, exactamente, neste âmbito do Projecto de Inspeção e Gestão, e isto para dizer que quando estiverem a cortar verbas aí, não estão a cortar nenhuma lancha, o que estão a cortar são verbas para o DOP, a cortar verbas para exames a conservas realizadas no próprio DOP; estão a cortar a aquisição de meios informáticos para poder colaborar e ter ao dispor a informação que hoje em dia, embora sendo recolhida pela Força Aérea e pela Marinha, não temos acesso a ela na Administração Regional.

Portanto, é preciso ter cuidado quando se fazem propostas de corte.

No âmbito do projecto de estruturas portuárias com a dotação de 4,3 milhões de contos e um investimento global de 5,2 milhões de contos realizar-se-ão investimentos na construção de 2 portos de pesca, a saber: Ribeira Quente e Rabo de Peixe, a criação de dois núcleos de pesca nos portos comerciais de Ponta Delgada e da Horta, para além de um conjunto alargado de pequenas obras de reparação em pequenos portos de pesca, que não vou aqui enumerar.

A reestruturação da frota dentro dos condicionalismos do Programa Operacional de Pescas contempla uma dotação de 1,5 milhões de contos e um investimento de 2,5 milhões de contos dirigido para a modernização de 240 embarcações de pesca artesanal e a construção/beneficiação de 51 pequenas embarcações.

Aliás, o único grande investimento que reflecte ainda alguma continuidade no que respeita a embarcações atuneiros, são três atuneiros, um dos quais já está a navegar, mas tem a comparticipação regional.

Aumentar a competitividade e melhorar a comercialização do sector é outro dos objectivos prosseguidos pelo projecto de transformação e comercialização que inclui o apoio à primeira venda do pescado, à gestão e exploração de 15 instalações de frio, o apoio à promoção do atum no mercado externo bem como o apoio a projectos de transformação apresentados no âmbito do IFOP.

Finalmente a valorização dos recursos humanos, dos profissionais deste sector, é dotado com 849 mil contos potenciando um investimento de 2,5 milhões de contos, dos quais 2,1 milhões directamente em formação.

Este PMP poderá não responder a todas as necessidades no sector das pescas, mas representa claramente um esforço importante e abrangente dos diversos sectores que vão desde a pesca artesanal à pesca industrial e representa, sobretudo, um esforço importante na adequação de estruturas existentes à realidade do sector das pescas: construir ou melhorar portos onde existem pescadores, construir ou melhorar estruturas de frio e de comercialização onde existe esforço de pesca e sobretudo, um esforço continuado de investigação, de fiscalização dos nossos recursos, porque, como disse no início, sem recursos não temos nem actividade de pesca, nem indústria transformadora.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Passemos à área do ambiente.

A política de ambiente pelo seu carácter transversal percorre e enquadra as acções previstas no âmbito da agricultura, da pecuária, da exploração florestal, das pescas, em suma todas as actividades que utilizam ou dependem de recursos naturais limitados.

As dotações orçamentais na área do ambiente, incluindo calamidades, atingem os 3% do esforço de investimento ao longo do quadriénio 97-2000.

Tão ou mais importante que o reforço das dotações orçamentais relativamente ao anterior plano a médio prazo é a reorganização e coordenação de serviços até aqui dispersos por diversos departamentos. Simultaneamente é importante referir as sinergias possíveis de desencadear pela articulação das estruturas existentes dos recursos florestais e mesmo do desenvolvimento agrário.

A reavaliação da legislação na área ambiental nomeadamente a de protecção dos mamíferos marinhos, a de protecção dos arvoredos, conjugado com o reforço das acções de fiscalização ambiental, executadas, neste domínio, pelos guardas florestais, são o início dum processo que visa associar um melhor enquadramento jurídico e uma maior operacionalidade da Direcção Regional de Ambiente.

Dos projectos enquadrados no programa 25 o que maior volume de meios financeiros absorve é o da gestão da orla costeira com 2,2 milhões de contos abrangendo um conjunto de planos de protecção da orla marítima bem como a elaboração de planos de ordenamento costeiro.

A sobreocupação histórica de espaços na orla costeira com elevada vulnerabilidade deverá ser corrigida num prazo longo através dum esforço coordenado das diversas entidades com jurisdição neste domínio.

A avaliação dos recursos hídricos e a sua protecção envolve duas intervenções diferenciadas, a realização de estudos de ordenamento das bacias hidrográficas assim como intervenções de correcção.

No domínio das acções de correcção a decorrer e que serão sujeitas a reavaliação estão os processos de arejamento da Lagoa das Furnas e de remoção de vegetação em diversas Lagoas incluindo a das Sete Cidades.

Em colaboração com a Direcção Regional dos Recursos Florestais serão realizados 3 projectos tipo de avaliação e estudo de reservas florestais e áreas protegidas.

A realização destes estudos de natureza técnica permitirá uma intervenção legislativa e de educação ambiental melhor fundamentada.

Dar-se-á continuidade, no domínio do controlo de qualidade ambiental, à análise das águas balneares, análise microbiológica das areias e inspecção das águas de consumo.

A dinamização de actividades escolares e de campanhas de sensibilização bem como a instalação dum centro de documentação técnica que apoie as diversas entidades e organizações ambientais enquadram-se igualmente no projecto de informação e formação ambiental.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este Plano, no domínio dos objectivos, é coerente com o Programa do Governo aprovado nesta Casa e representa, da nossa parte, um esforço sério de, num prazo de 4 anos, levar a cabo muitos dos projectos porque nos debatemos durante anos, e quero deixar bem claro aqui nesta Casa que nós não iremos prescindir de projectos que aqui defendemos, que defendemos também em campanha eleitoral. Não são

projectos de ontem nem de anteontem, são projectos de sempre do Partido Socialista e deste Governo.

Não iremos prescindir do investimento na infraestrutura agrícola, não iremos prescindir do investimento na modernização da rede de abate regional, não iremos prescindir na continuação do apoio ao rendimento dos agricultores, não iremos prescindir na adequação do investimento nas estruturas de pescas, nos portos de Rabo de Peixe e da Ribeira Quente, não iremos prescindir do investimento num dos novos projectos do porto no fundo da doca em Ponta Delgada ou da reorganização do porto de pesca aqui na Horta, não iremos prescindir da totalidade dos projectos, se isso for possível, que defendemos ao longo de anos, porque acima de tudo, meus senhores, este é o nosso programa, é o programa que nós defendemos durante anos. Este é o nosso Plano e iremos lutar por ele nesta casa e fora dela.

Disse.

Vozes do PS e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Desculpe, Sr. Deputado Madruga da Costa, mas o Sr. Deputado Eugénio Leal já estava inscrito.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nas iniciativas e perspectivas do Sector das Pescas é referido o seguinte:

O esforço de pesca tenderá a ser aumentado, nomeadamente em resultado da modernização da frota e da diversificação dos hábitos de pesca dirigindo-a para outras espécies, como sejam os grandes estudos plágicos migradores e valorizando o pescado de fundo.

Estas três linhas dariam para nós estarmos aqui a discutir durante muito tempo, mas como não o temos eu vou apenas referir três ou quatro questões:

- Primeira questão é sobre a reconversão da frota, prevendo essa reconversão unicamente a reconstrução de 3 atuneiros ou palangueiros para o período de vigência do Plano a Médio Prazo e, segundo acabou de dizer o Sr. Secretário, um dos quais já

está em actividade, ou seja, está perspectivada só a construção de mais 2 atuneiros, quando é certo que, nesse mesmo período, está prevista apoiar a cessação de actividades de 6 dessas embarcações. Portanto, vai haver nesta área um déficit negativo, em termos de embarcações.

Assim sendo, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se acha que as 38 novas embarcações para a pesca artesanal, também para o período de vigência deste Plano a Médio Prazo, é suficiente, assim como também se acha que as verbas que estão inscritas são suficientes para a necessidade da reconversão da frota pesqueira?

- Segunda questão é sobre os grandes migradores e gostaria que me dissesse dois ou três exemplos dos grandes plágicos migradores, para os quais haverá uma nova tendência de aproveitamento para a pesca dessa espécie?

- Terceira questão diz respeito à valorização do pescado e eu pergunto: como vai ser valorizado o pescado de fundo?

- Quarta e última questão: no Programa do Governo, na nova política de pescas, a primeira das acções importantes que surgia era justamente a criação de escolas profissionais de pesca. Uma vez que não é feita qualquer referência, neste Plano a Médio Prazo, a estas estruturas importantes para a formação, pergunto se já foi abandonada definitivamente essa ideia de construção de escolas de pescas?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, para responder.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo pela última questão, que é sobre as escolas profissionais de pescas.

Na valorização dos recursos humanos, na pág. 90 vem dito claramente, e passo a citar: "Promover a formação e informação adequadas como objectivo intermédio aos pescadores e empresários:

- Cursos de formação básica de pescadores para 2.410 indivíduos;
- Realização de cursos para 540 arrais de pesca, 40 motoristas, 100 ajudantes de motorista, 100 contramestres, 40 mestres costeiros, 15 mestres de largo e diversos para 180 indivíduos".

Para além destas acções temos a realização anual da "Semana das Pescas", que consideramos também que é uma acção, para além da investigação, com uma componente de formação.

Deputado Eugénio Leal (PS): Vai haver ou não formação?!

O Orador: A pergunta que o Sr. Deputado me faz é esta: Só há formação se houver escola e, por escola o Sr. Deputado entende espaço físico. Penso que é essa a pergunta que me faz. É isso Sr. Deputado?

Deputado Eugénio Leal (PSD): Eu perguntei se vai ou não vai haver escolas? Os Srs. é que sabem, porque é que têm isso no Programa do Governo!

O Orador: Exacto! Sr. Deputado, a nossa concepção é de que uma escola não se resume somente ao espaço físico. Se com isso pretende saber se vai haver construção de edifícios, digo-lhe que não está aqui previsto a construção de edifícios para escolas de pescas. O que está aqui contemplado é o financiamento da formação de formadores e é o investimento na realização desses cursos, que serão realizados em estruturas já existentes.

Quero dizer também que demos uma ênfase especial à formação no exercício da profissão e à formação no âmbito dum navio escola.

Esta orientação é, aliás, o resultado de uma avaliação a que procedemos de projectos que se desenvolveram no Continente ao longo destes anos. Por esse país fora existem estruturas físicas, - ainda há dias visitei uma em Olhão - ou seja, edifícios, bons edifícios que durante anos tiveram alunos que tiraram cursos de formação de pesca de papel e lápis e 90 e tal por cento nunca pôs os pés num barco de pesca e, hoje em dia, a nossa opção é, fundamentalmente, apostar na formação no exercício dessa actividade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É uma intervenção muito breve e é provocada por uma consideração, à margem da intervenção, feita pelo Sr. Secretário da Agricultura e Pescas.

Faço-o pela simples razão de que me parece ter o dever de lealdade para com aqueles que me acompanharam no VI Governo Regional, que trabalharam comigo, que

deram o melhor do seu esforço por esta Região e que são, de uma maneira tão violenta e tão desnecessária, acusados, nesta Sala, de utilização menos própria de viaturas dos serviços públicos.

Eu não posso, efectivamente, deixar de fazer este reparo, porque, tanto quanto sei, a lei permite que os titulares de cargos políticos, nomeadamente os Srs. Secretários, utilizem as viaturas para os seus serviços oficiais e também privados.

Mas, Sr. Secretário, gostaria de acrescentar mais: levo 20 anos desta Casa e de há muito tempo a esta parte via-se que alguma vez teríamos que chegar a uma espécie de confronto para saber quem fez melhor ou quem fez pior e de quem, quando estava num lado fez assim e quando estava no outro fez doutro. E, ainda aqui, um dia destes, reflectindo com o Sr. Presidente do Governo, dizia que quem anda nestas andanças não deveria "cuspir para o ar", porque há sempre uma "cuspidela", permitam-me o plebeísmo, que nos vem bater na testa e para que não fiquem dúvidas sobre a lisura, enfim... mas só para exemplificar que eu não quero ter nenhuma polémica com o Sr. Secretário, porque me parece que não faz sentido uma polémica por causa disto, nem também faria sentido o reparo tão violento que V. Exa. fez sobre esta matéria. Mas, perguntaria: esse tal citroenezinho cinzento não é o mesmo em que nesta cidade se desloca o seu Chefe de Gabinete? Terá acaso direito a viatura? É que, Sr. Secretário, o citroen conheço-o bem, já o conduzi quando era Presidente do Governo!

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente, no Programa n.º 1 - Fomento Agrícola, Projecto 1.4 - Reduzir custos da exploração e apoio ao sector cooperativo, não é extensível a São Jorge, no Plano para 1997.

O que me leva a indagar de V. Exa. a razão desta marginalização, é porque V. Exa. entende que as Cooperativas de Lacticínios de São Jorge não necessitam de saneamento financeiro. É porque V. Exa. não reconhece o sector cooperativo de São

Jorge ou é porque V. Exa. tem má vontade contra o sector cooperativo de São Jorge e seus associados, os agricultores jorgenses.

Num outro Programa, o 25 - Qualidade ambiental, Projecto 25.3 - Valorização da qualidade ambiental, na acção de gestão da orla costeira, também não existe para São Jorge, o que me leva a inferir de V. Exa. o seguinte: o Partido Socialista e o seu Governo, em relação a São Jorge, meteram o ambiente na gaveta. Onde é que estão salvaguardados os interesses da laguna da Caldeira de Santo Cristo? Onde é que estão protegidos os interesses ambientais em São Jorge?

Sr. Secretário, mais uma vez V. Exa., na sua política sectorial, marginalizou São Jorge e os interesses desta Ilha foram pura e simplesmente desprezados.

Disse.

Presidente: Para responder, se o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No que respeita à pergunta sobre o fomento ao sector cooperativo, quero-lhe dizer que aqui estão englobadas todas as acções no domínio dos projectos PROAGRI.

Portanto, nós estamos aqui a falar de saneamento financeiro e o Sr. Deputado deveria estar informado de que o projecto de saneamento financeiro e a legislação que o regulamentava, que vem do anterior governo, foi sujeito a esse processo de modificação. Eu já o informei nesta Casa que, por não estar conforme à legislação comunitária de ajudas de Estado, foi recusado e todas as cooperativas foram informadas disso. É um processo que vem da anterior administração.

No que respeita ao esquecimento de algo que é tão caro, a Lagoa de Santo Cristo, que já por diversas vezes se referiu a ela nesta Casa, como penso que é caro a todos os deputados de São Jorge que aqui se encontram, nomeadamente ao Deputado António Gomes que também aqui já o defendeu diversas vezes, quero dizer-lhe que, de facto, está contemplado e, neste momento, está a decorrer o processo de avaliação técnica que nos permite avançar com uma intervenção de fundo nesta área.

Portanto, Sr. Deputado, não está esquecido, como não estão esquecidos outros investimentos na área do ambiente e na área da protecção costeira.

Aliás, mesmo que não existissem deputados de São Jorge nesta Casa - e eu tive o prazer e a honra de, quando membro da Comissão de Economia e Finanças, fazer aquela magnífica descida a pé até à Lagoa - estaria sensibilizado para a defesa daquela área que é única nos Açores.

Fique descansado Sr. Deputado e todos os Deputados de São Jorge e mesmo os que não são, porque não iremos esquecer esses investimentos, mas também pedimos a todos os que utilizam aquele espaço, nomeadamente as Câmaras Municipais, como já o disse, devem por um lado exercer alguma acção didáctica, e por outro cumprir com as suas obrigações, porque ir lá abaixo e não recolher o lixo que lá existe contribui, em muito, para degradação daquele espaço.

Queria voltar um pouco atrás, à questão da renovação da frota e que eu não respondi.

Presidente: O Sr. Secretário o seu tempo está no fim.

O Orador: Fica para a próxima, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Há pouco coloquei quatro questões ao Sr. Secretário e ele começou pela última, justamente pela da escola de pescas e não me respondeu claramente àquilo que eu tinha perguntado. Aliás, a afirmação de escolas de pesca está no Programa do Governo e os Srs. é que devem saber se são estruturas físicas ou se não são. Mas, em relação a este assunto julgo não ser necessário avançar mais.

O que eu queria saber era sobre a questão da frota, nomeadamente se só está prevista a construção de dois atuneiros palangreiros, uma vez que um já está em actividade, quando para o mesmo período está previsto o apoio à cessação de seis atuneiros palangreiros? Se a construção de 38 embarcações de pesca artesanal são suficientes? Sobre a pesca dirigida para grandes plágicos migradores, gostaria que me dissesse dois ou três plágicos migradores e como é que vai proceder para a valorização do pescado?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário para responder.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A questão da frota atuneira é, hoje em dia, mais uma questão de utilização efectiva dos recursos que temos do que propriamente de um aumento do número de unidades. Esta é a concepção que nós temos neste momento. Nós pensamos que importa melhorar o tempo de permanência no mar, a duração da faina e importa sobretudo introduzir hábitos novos de pesca, aliás, tema que fez parte do programa da Semana das Pescas, feita nesta cidade.

No que respeita à renovação da frota, nós incidimos esta renovação na área da pesca artesanal, porque pensamos que isso não tinha sido feito no passado e grande parte da nossa frota, hoje em dia, abaixo dos 15 metros, é artesanal. Por outro lado, quero-lhe dizer que em termos do plano de orientação plurianual que é definido no âmbito da Comunidade, existem limitações de aumento da frota, sobretudo nas grandes embarcações. Não existem limitações no melhoramento e na construção de novos barcos que façam parte da frota artesanal para cima. Aliás, tive recentemente ocasião de falar disso com o Sr. Director Geral da Pescas, Dr. António Cavaco e acho que ele está sensibilizado para este esforço e para a utilização de verbas do INFOP na renovação desta frota. Daí que nós tenhamos aqui a construção de 38 embarcações de pesca artesanal, construção/beneficiação de mais 35 embarcações, construção de 16 pequenas embarcações e modernização de 240 embarcações de pesca artesanal, ou seja, no seu conjunto estamos a falar aqui de muito mais do que meramente as 38 embarcações.

Portanto, estamos aqui a contemplar diversas acções, que são diferentes, e podemos dizer que o resultado delas vai depender também da iniciativa e da capacidade dos próprios profissionais deste sector.

Assim sendo, posso afirmar que estão criadas as condições, não só em termos de disponibilidade de meios financeiros regionais, como também a disponibilidade de verbas do INFOP e a abertura e a orientação política, para a solução dos problemas nessa área.

No que respeita às espécies de pesca, peço-lhe escusa, mas eu, de facto, não sou um especialista nesta área. Portanto, se quiser mais explicações eu pediria que as pedisse posteriormente, fora desta Casa, ao meu Director Regional de Pescas, que é quem, de

facto, e muito condignamente, exerce essas funções. Se quiser ainda durante este plenário as posso pedir e faço-lhe chegar essa informação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para pedidos de esclarecimento, o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu apercebi-me da sua intervenção que ficou profundamente irritado, relativamente à questão das lanchas rápidas e passou a ataques pessoais, talvez por falta de argumentação política, o que já vem sendo hábito aqui neste debate, e esperava que o bom senso prevalecesse, no sentido dessas reixas desaparecerem das intenções deste Governo.

Relativamente a esta questão gostaria de fazer quatro perguntas simples:

1.^a Qual é o custo da aquisição dessas lanchas?

2.^a Qual é o custo da sua manutenção?

3.^a Quem é que as vai tripular e respectivo custo?

4.^a Que meios persuasores as equipará para se tornarem eficazes?

São estas as questões que gostaria que o Sr. Secretário me respondesse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Eu prescindo da palavra, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Quando se usa de ironia nesta Casa, e o senhor usou e outros usaram, também é bom lembrar-se que podem ser usadas outras formas de intervenção, nomeadamente a manifestação de alguma indignação, que é tão lícito como esse tipo de ironia ao nível do discurso.

Portando, em termos de prática parlamentar, não fiquei irritado, apenas quis frisar claramente, pelo tom de voz, - e acho que tenho a liberdade para o fazer - de que tão errado é acentuar a questão das lanchas, como a construção de uma armada, como é

errado, por exemplo, limitar a actuação no domínio da inspecção e do investimento, à existência de meramente dois Citroenes. Esses célebres Citroenes foram entregues pelo anterior titular. Eu referi-me a um deles que é o que está adstrito à D.R.D.A. e que é utilizado pelo Sr. Director Regional e o outro está adstrito ao meu gabinete e que eram utilizados também, e essa é a verdade, do ponto de vista pessoal, pelo anterior Secretário.

No que diz respeito a viaturas estamos conversados, mas penso que há tanta legitimidade desse lado para se atirar com atoardas, como deste lado há também legitimidade para responder com a mesma moeda. Nesse aspecto estamos entendidos.

No que respeita à questão de fundo, e essa é que é importante, essa é que é aquela que eu quis introduzir e que está reflectida no meu discurso nesta Casa, que é a questão da fiscalização.

Meus senhores, a questão de fundo é que durante muito tempo, desde 1987 para cá, foram progressivamente, no âmbito de legislação de diversos governos, sendo transferidas competências para esta Região e posso dizer que, nesse aspecto, estou de acordo com o anterior titular desta pasta. Ele próprio se queixava que não tinha conseguido obter a compreensão necessária dos governos nacionais, do então Prof. Cavaco Silva, para a necessidade de que quando se transferem competências, também se transferem meios.

Por isso mesmo eu acentuo a necessidade de que, neste momento, do ponto de vista de articulação entre a Região, já que estão transferidas competências é necessário que sejam transferidos meios. E, é necessário também que nós demos uma indicação, em termos de tónica, de que há necessidade de aumentar a fiscalização, não só por obrigações nacionais, mas também por obrigações comunitárias, porque é isso que está regulamentado a nível comunitário.

Por outro lado, quis aqui aproveitar para informar esta Casa sobre o que se passou e eu li aqui uma lista longa de investimentos que se fizeram no passado...

Presidente: Sr. Secretário, o seu tempo está no fim.

O Orador: ... e nenhum deles veio para esta Região e posso dizer que no anterior governo o que se preparava também, era para que determinadas acções, que ainda

hoje se desenvolvem, nomeadamente a utilização dos Aviocares, deixassem de ser utilizados na Região.

O que é facto, é que se estava num caminho que é perigoso para defesa dos recursos pesqueiros regionais e nacionais.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Secretário, lamento ter que insistir, mas o Senhor, como, aliás, já aconteceu com outras questões que lhe foram colocadas, não responde às perguntas. É preferível dizer que não tem dados para responder às questões que lhe são colocadas, do que fazer divagações no tempo e considerações sobre outras matérias.

Nós, para podermos, em consciência, votar qualquer programa temos que fazer perguntas e sermos esclarecidos relativamente às questões que colocamos.

As questões que em pus, são questões fundamentais para se poder avaliar desse programa.

O Sr. Secretário não responde porque não quer ou não responde porque não sabe?

Deputado João Cunha (PSD): Ele não sabe e toda a gente já viu isso! Não percam tempo a colocar mais questões!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Se o Sr. Deputado Valadão estivesse com atenção ao meu discurso, lembrar-se-ia de que eu li o seguinte e é resposta para a sua pergunta:

"A situação é tanto mais complexa quando Portugal, a partir de 1987, iniciou um projecto, cofinanciado pela Comunidade Europeia, cujo modelo assenta no conceito de Autoridade Nacional de Pesca (ANP), de âmbito civil na dependência da tutela governamental do sector das Pescas e criou no âmbito do SIFICAP um Centro de Controlo das Actividades de Pesca que deveria assegurar a autorização das várias entidades envolvidas e o tratamento de informação proveniente das diversas fontes, nomeadamente, Inspecção Geral das Pescas, Marinha, Força Aérea e Direcção Geral das Pescas".

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): É má vontade!

O Orador: A transferência de competências para a Região, são as competências da Inspeção Geral de Pescas e que eu saiba não há transferência de competências no âmbito da Marinha e da Força Aérea. Portanto, a sua pergunta sobre quem vai operar e quem gere este tipo de recursos, é evidente que tem resposta: é a Marinha e a Força Aérea. Isto não significa que muito de esforço de investimento que foi feito, é com meios e projectos que estão enquadrados, a nível nacional, na Direcção Geral de Pescas.

Hoje em dia, as horas de voo dos aviocares e o investimento que foi feito, por exemplo, na aquisição de novas embarcações, a nível nacional, foi cofinanciado ao abrigo dum projecto comunitário de fiscalização e que não é um projecto de natureza militar.

O que eu digo aqui também, é que há uma terceira fase deste projecto, que vai até ao ano 2000, que envolve um investimento de 11 milhões de contos e que neste quinquénio está previsto, a nível nacional, a aquisição de quatro lanchas de fiscalização rápida e dois helicópteros.

Portanto, o que eu digo e defendo é que parte deste esforço de aquisição de meios, deverá ser atribuído à Região Autónoma dos Açores. Quem deverá operar? É a Força Aérea se for os helicópteros e é a Marinha se for as lanchas de fiscalização. Quanto é que custa, neste momento, uma lancha? Olhe, Sr. Deputado, não lhe sei dizer porque não tinha nenhum projecto desta Secretaria para construir uma lancha. Agora, quem avança com os projectos para a construção das lanchas é a própria Marinha e quem as financia são as autoridades civis.

Portanto, aqui é preciso ter a noção clara de que estamos a falar de um conceito novo de articulação entre várias autoridades e que essa articulação é feita a nível da Inspeção Geral de Pescas. Quando as competências de Inspeção Geral de Pescas são transferidas para a Região, é evidente que essa actividade de coordenação e de diálogo com as entidades nacionais (Inspeção Geral de Pescas, Força Aérea e Marinha) tem de ser, efectivamente, exercidas por nós.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Valadão tem a palavra.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu só fico muito admirado do Sr. Secretário dizer que quem vai tripular essas embarcações é a Marinha, quando eu me apercebi numa entrevista dada por um alto responsável pela Marinha que disse que essas embarcações eram muito boas para fazer fiscalizações entre o Faial e o Pico. É a própria Marinha que está disponível para fazer tripular essas embarcações, quando é a primeira a dar a entender que essas lanchas não são adequadas para o nosso meio. Há garantias de que a Marinha vai tripular essas embarcações?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário para responder.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não faço comentários sobre peças jornalísticas; há liberdade de as fazer e quem quiser que as faça.

O que eu lhe disse concretamente e afirmei aqui, é o que está escrito na lei, de quais são as competências e as nossas intenções em termos políticos e que essas intervenções terão de passar sempre por uma coordenação, um diálogo e um acordo com todas estas entidades. Isso tem de ser, Sr. Deputado, porque foi também no passado, só que no passado o que aconteceu foi que desde 1987 esse diálogo e essa coordenação se fez, mas que o investimento não significou a dotação de meios para a Região Autónoma dos Açores, para a nossa Zona Económica Exclusiva e o que nós defendemos, neste momento, é que esses meios devem também ser atribuídos à nossa Região e que das novecentas e tal horas de voo, a nível nacional, não nos fiquemos por umas migalhas de horas de voo dos aviocares na Região Autónoma dos Açores e que essas horas de voo não sejam feitas somente durante o Verão, mas também noutros períodos do ano, porque nós temos indicações de que as espécies mais apetecidas, por possíveis infractores, ocorrem nesta Região durante o período de Inverno.

Portanto, é necessário, de facto, este esforço de coordenação.

Agora, do ponto de vista político a orientação é esta: não aceitamos transferência de competências sem a transferência de meios. Este é o princípio orientador deste Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar, se tinha algumas dúvidas, agora fiquei com certezas. O Sr. é bem melhor professor do que político!

Atendi à sua intervenção pedagógica ou descritiva sobre a agricultura. De facto, era a melhor maneira de o fazer e inicio citando a Federação Agrícola dos Açores:

"O grupo de investimento fica muito aquém das expectativas criadas, por isso achamos manifestamente baixo, desajustado em relação às necessidades e exigências de consolidação de desenvolvimento do sector".

Em conclusão diz:

"Pode considerar-se o Plano agora apresentado pela Secretaria Regional como um bom documento de intenções, mas vago e omissos em áreas chave para o sector e sem a dotação financeira necessária".

Não posso, de forma alguma, deixar de responsabilizar este Governo pela falta de sentido estratégico quanto ao futuro do leite e lacticínios, quando este mesmo preconiza uma queda de rendimento dos agricultores.

Não posso deixar de responsabilizar este Governo por ter prometido milhões aos agricultores, para depois no mesmo documento, com base num reforço de 20 milhões de contos de dinheiros comunitários, continuar a garantir promessas falsas.

O Partido Socialista apresentou para 1995 uma proposta de alteração ao Plano, que na altura pretendia iniciar a construção dos matadouros industriais de S. Miguel e da Terceira com um milhão de contos. Em 1996 já situava essa proposta de alteração em 4,5 milhões de contos para o mesmo fim e agora apenas destina 110 mil contos. Como podemos nós acreditar neste Governo e neste responsável?!

Deputado João Cunha (PSD): Oh Sr. Presidente, V. Exa. está a ficar embaraçado!

O Orador: Este Governo abandonou completamente a ideia do financiamento à compra de terras por rendeiros, se foi uma bandeira permanente do anterior Deputado Fernando Lopes, porquê? Não consigo entender.

Quando fala de caminhos agrícolas e os situa nos perímetros de ordenamento agrário, com as dotações que lhe são destinadas, posso depreender que foram abandonados os investimentos nessa área.

Como podemos nós, Sr. Secretário, depois de alguns exemplos, acreditar que este Plano vai ter um fim feliz?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para prestar um pequeno esclarecimento ao Sr. Deputado Manuel Brasil. Quando há pouco questionava o facto de não haver nenhum apoio ao sector cooperativo, contemplado neste Plano na Ilha de São Jorge, se o Sr. olhar com atenção para o documentos que estão aqui em estudo, vai deparar que nenhuma ilha está contemplada com nenhuma verba para apoio a este sector.

Portanto, esta verba encontra-se toda no não desagregado, no valor de 128 mil contos, porque dependerá certamente dos projectos a apresentar por cada ilha.

Era só este pormenor que gostava que ficasse esclarecido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de colocar ao Sr. Secretário algumas questões e uma delas já foi colocada aqui pelo meu companheiro de bancada António Almeida, mas, de facto, um dos programas deste Plano que mais polémica deu, como o Sr. Secretário também sabe, tem a ver com as infraestruturas de apoio à agro-pecuária.

É mais ou menos comum que isso aconteça em todas as ilhas, mas queria colocar aqui a questão circunscrita ao círculo por que fui eleito, a Ilha Terceira, e perguntar ao Sr. Secretário, no que diz respeito ao abastecimento de água, caminhos agrícolas e electrificação agrícola, se acha que as dotações que aqui estão são suficientes para, com um mínimo dos mínimos, intervir nestas áreas?

De facto, Sr. Secretário, para o abastecimento de água, 50 mil contos, não darão sequer para fazer a última distribuição de ramais que se fizeram na bacia do Paul; para os caminhos agrícolas 62 mil contos, com boa vontade, darão para fazer 3 km de estrada e quanto à electrificação agrícola, 10 mil contos dará para 2 km de electrificação.

Quanto à diversificação agrícola, que era outra das questões que os Srs. na campanha eleitoral prometeram implementar, a provisão do Plano, para a ilha Terceira, é de 7 mil contos. Pergunto ao Sr. Secretário se considera que é razoável ou se é possível fazer alguma coisa com esta verba?

Quanto aos caminhos rurais e de natureza florestal, a dotação de 60 mil contos, à qual o Sr. associa a renovação do parque de máquinas, o Sr. Secretário bem sabe que se quiser comprar duas pás carregadoras esta verba nem lhe dá sequer para fazer um quilómetro que seja de caminho.

Quanto às pescas eram apenas duas questões:

A primeira diz respeito à manutenção dos portos de pesca e a Ilha Terceira conjuntamente com mais outras cinco ilhas, ao longo do Plano Anual nem do Plano de Médio Prazo, tem um único escudo para a conservação de portos de pesca. Há apenas três ilhas contempladas, mas a Terceira, Graciosa, São Jorge, Santa Maria e Corvo não têm nada.

Quanto à renovação da frota e ao seu crescimento, há aqui uma verba, Sr. Secretário, que eu gostaria que me explicasse, de dois mil contos para o ano de 97 para renovação e crescimento da frota na ilha Terceira, verba esta que, como o Sr. Secretário certamente saberá, nem dá para comprar uma mota d'água.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Élio Valadão:

Realmente eu descobri que os 128 mil contos estavam no não desagregado para o sector cooperativo, só que V. Exa. não sabe é que a acção não está contemplada a nível de Ilha de São Jorge e que dentro do programa essa verba pode ser manuseada para as diversas acções a muito belo prazer do Sr. Secretário e que a S. Jorge pode não chegar sequer um centavo.

Aprenda a ler nas entrelinhas, Sr. Deputado, que ainda está a tempo para isso e chegará a sua vez de saber ler razoavelmente.

Deputado Élio Valadão (PS): Não está contemplado para nenhuma ilha! Repare com cuidado e vai ver que é o que se passa!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Olhe que o paternalismo não lhe fica bem!

Deputado João Cunha (PSD): O Sr. Deputado é novo, ainda não sabe!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário para responder se o desejar.

Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a infraestruturas agrícolas e no âmbito do projecto infraestruturas com participação regional e participação comunitária, vou ler começando pelos números globais:

"- Caminhos agrícolas, 7.333 mil contos

- Caminho rurais 2.125 mil contos

- Calamidades/caminhos agrícolas 733 mil contos

- Calamidades/caminhos rurais 620 mil contos".

Portanto, só em caminhos agrícolas, rurais e obras em diversos programas temos 10.812 mil contos de investimento. É pouco? É muito? Eu desejaria sempre ter mais verba regional neste programa. Somos todos ambiciosos e gostaríamos de chegar mais longe.

Por outro lado, também temos, para além dos nossos desejos, de saber o que é que, efectivamente, conseguimos realizar, porque não faz sentido eu inscrever verbas aqui neste Plano que depois não consiga realizar. E, o que é um facto é que, por exemplo, com os meios humanos e técnicos, que neste momento existem, para fazer um determinado projecto para um caminho florestal, leva mais de um mês e depois temos que lançá-los a concurso. Portanto, é um processo que leva algum tempo a fazer-se.

Por outro lado, a este nível, posso-lhe dizer que estamos a tomar medidas a nível da renovação tecnológica. Neste momento vai avançar-se para a aquisição dum sistema informático e um sistema de GPS que vai permitir aumentar a produtividade ao nível do projecto. Quando nós conseguirmos fazer isso, e espero consegui-lo durante este

ano, o tempo (mais de um mês) que levaria a fazer o projecto pode ser reduzido para uma semana. Isto quer dizer que, com os mesmos funcionários, vou aumentar a produtividade.

Também, quero dizer que estou aqui a utilizar sobretudo meios internos, ou seja, os meios técnicos do IROA e da Direcção Regional dos Recursos Florestais, que são limitados, mas penso que é aí que devemos investir, ou seja, na formação dos nossos técnicos e na aquisição de meios para que eles possam trabalhar.

Não vou repetir, por exemplo, o que se fez em relação ao passado com o IROA, que no fundo significou a contratação de uma firma que, nalguns casos, fez bons trabalhos, mas que significou a substituição total do organismo IROA por uma firma privada, que era a ARTIAGO. Não vou fazer isso, porque o custo dessa firma foi demasiado elevado para o erário público.

Presidente: Está no fim do seu tempo, Sr. Secretário.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu voltarei.

Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É apenas uma pergunta, para merecer uma confirmação.

O Plano a Médio Prazo prevê, para a medida agricultura, a necessidade de um reforço de 20 milhões de contos, provenientes da União Europeia. Confirma o Sr. Secretário que tem resposta positiva da União Europeia para este reforço de 20 milhões de contos?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Srs. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Há de facto um pedido de reforço da medida agricultura, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio.

Como sabe, eu já fiz essas contas publicamente para que se percebesse o que é que se passa, e o que se passa é que, depois da primeira reprogramação financeira, estamos, neste momento, na revisão intermédia do Quadro Comunitário de Apoio. Dos 24 milhões de contos, após reprogramação financeira e depois de retirados 5 milhões

que foram utilizados para pagar projectos do I Quadro Comunitário de Apoio, ficou somente disponível uma dotação de 19 milhões de contos que, depois de retiradas as verbas que estão adstritas ao apoio ao rendimento, ficou somente disponível, para investimento, uma verba que ronda entre os 9 e os 10 milhões de contos.

Neste momento, em termos de execução de despesa paga, devemos andar à volta dos 12 milhões de contos.

Face aos projectos públicos e privados, já entrados, e quando falo em públicos e privados, falo de projectos de produtores, de projectos na indústria de transformação, de projectos no domínio das infraestruturas agrícolas, é necessário um reforço efectivo substancial deste II Quadro Comunitário de Apoio. Pedimos, de facto, uma verba extremamente elevada comparativamente à dotação. Pedir, neste caso, significa que nós temos a consciência de que haveria capacidade de realização neste sector.

Também temos a consciência de que necessitamos de fazer um esforço suplementar ao nível da gestão do programa e da utilização de verbas para permitir a viabilização dos projectos existentes. Portanto, Sr. Deputado, é necessário, para o segundo período deste Quadro Comunitário de Apoio, fazer um reforço. O Sr. Deputado tem essa informação, sabe perfeitamente que a anterior administração esgotou ou comprometeu verbas para além do que estava programado no primeiro período.

Meus senhores, foi aquilo que eu recebi e o que este Governo está a fazer, neste momento, é empenhando os seus melhores esforços e, aliás, já o disse publicamente em audiência a organizações de produtores, toda a cooperação necessária para conseguir o reforço das verbas para a agricultura, que é bem vinda. Se tiver a sua cooperação, tanto melhor.

Presidente: Para mais esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Sr. Secretário na sua resposta acaba de provar aquilo que eu pretendia, ou seja, o Sr. faltou à verdade aos agricultores dos Açores quando prometeu investimentos com base num reforço de 20 milhões de contos que não tem a certeza que vai obter.

Era só esta conclusão que gostaria que ficasse aqui registada.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado António Almeida há pouco fez-me um elogio, dizendo que eu era um bom professor e eu estou a chegar à conclusão de que o Sr. é um mau aluno...

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... porque eu há pouco na minha intervenção, chamei-lhe à atenção para a página 122 deste Plano, onde vem lá escrito: "fundos comunitários não orçamentados" e que estão assegurados, no valor de 46 milhões de contos.

Também lhe chamo a atenção para aquilo que eu disse nos esclarecimentos que já prestei nesta Casa, que somente estão executados e pagos quase 12 milhões de contos de uma verba total de 24 milhões, o que quer dizer que ainda tem uma margem razoável para executar e pagar muitos destes projectos. A não ser assim eu não os poria aqui.

Agora, o que é preciso também que se diga é que foram comprometidas verbas, no passado, em determinados projectos e em determinados investimentos e não foram assegurados investimentos que nós consideramos estratégicos estruturantes da economia açoriana no sector agro-industrial, e passo a citar: "Não foi assegurado, no passado, mau grado, todos esses compromissos, um investimento na Fábrica da Lavoura para S. Miguel, nem foi comprometido um investimento no Matadouro Industrial da ilha Terceira, nem no Matadouro Industrial da Ilha de S. Miguel, nem foi assegurado o investimento na Casa de Matança da Ilha do Corvo", tendo sido este garantido pelo actual Governo e poderia continuar a enunciar muitos mais.

Quero dizer que, sim senhor, deixaram-nos muito trabalho para fazer, deixaram-nos também a necessidade de irmos buscar fundos e não são só os fundos do Quadro Comunitário de Apoio, são outros. Não é por acaso que este Governo está a negociar uma lei das finanças regionais; não é por acaso que nós necessitamos, de facto, de

equilibrar as finanças desta Região; não é por acaso, é porque os senhores, de facto, governaram mal no passado.

Vozes das bancadas do Governo e do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Quando um professor diz que um aluno é mau, está usando do melhor argumento para provar que é incompetente.

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Gostaria de afirmar que o Sr. Secretário mentiu e se porventura existem verbas disponíveis da "Medida Agricultura" do PEDRA II, pergunto: porque é que apenas seis meses depois de estar a governar é que reuniu a sub-unidade de gestão para aprovar, imagine-se, 13 projectos ao abrigo do regulamento 22/28 e mais meia dúzia de alguns, destinados à área estritamente agrícola? Porque razão não satisfez as expectativas dos agricultores e que têm investimentos que aguardam a sua atenção e está protelado no tempo?

Presidente: Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós podemos continuar a lançar piropos um ao outro sobre professores e alunos, mas não queria que saíssemos daqui da mesma forma.

É evidente que eu vou ter que repetir para que perceba de vez.

Eu ainda não lhe chamei mentiroso aqui, mas está a dizer que eu minto nesta Casa!

Deputado João Cunha (PSD): E não pode, porque não tem factos para isso!

O Orador: É verdade que, de facto, em termos de verbas não comprometidas - eu já o disse nesta Casa - o que nos foi deixado foram 3 milhões e tal de contos.

Também é verdade que em termos de despesa, efectivamente paga, são quase 12 milhões de contos, o que quer dizer que simultaneamente é verdade que existe

despesa e projectos para executar, que existe alguma margem, mas também é verdade, para projectos aprovados ou a aprovar - e estamos aqui a fazer as contas com compromissos e projectos entrados - que para executar determinados projectos, no futuro, e para continuar, por exemplo, com uma abertura de determinados incentivos a todos aqueles que são agricultores e mesmo que não o sejam a título principal, - foi essa a política seguida no passado - é necessário pedir reforço de verbas.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não Senhor!

O Orador: É sim, Sr. Deputado! Mas não tente aqui confundir as duas coisas. É que o retrato desta situação não é um retrato simples. É, de facto, um retrato complicado e eu tenho que fazer, tanto nesta Casa como fora dela, com as organizações, uma política de verdade. É isto, sim senhor, e os Srs. foram além...

Deputado António Almeida (PSD): Então não prometa!

O Orador: ... daquilo que deveriam ter feito em ano de eleições. Os Srs. fizeram campanha eleitoral, comprometeram verbas e a responsabilidade é vossa.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Assumam a vossa responsabilidade.

É verdade que necessitamos de mais verbas para a agricultura. É verdade que este Governo está a negociar uma reprogramação financeira e que necessita dela. É verdade que se queremos investir mais na agricultura, teremos que ir buscar fundos. Agora, também é verdade que isso se deve a muito daquilo que os Srs. fizeram mal feito.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário regional.

O PSD cumpriu e muito bem com a sua missão...

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Não foi bem assim!

O Orador: ...e se as expectativas criadas pelos agricultores e pelo investimento público foram satisfeitas pelo Governo anterior, comprometendo verbas plurianuais, é porque cumpriu com a sua missão, satisfaz as necessidades de investimento dos agricultores e foi ao encontro deles.

Agora, o que o PSD nunca fez foi prometer o que não podia cumprir, mas sim prometeu o que podia cumprir até 1999. Foi isso que o Sr. não fez e prometeu o que não era capaz de cumprir e, agora com as verbas que tem disponíveis, não é capaz de satisfazer as necessidades de investimento que os agricultores aguardam, neste momento, e que não vêm satisfeitas pela sua Secretaria.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Isto é que é saber de agricultura!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário para responder.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Engana-se, Sr. Deputado António Almeida! Nós deste lado somos feitos doutra fibra! O que escrevemos é para cumprir...

Deputado João Cunha (PSD): Então cumpra, Sr. Secretário!

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: ...e vamos trabalhar para isso.

É verdade, Sr. Deputado António Almeida, vocês, de facto, deixaram obra feita, mas não deixaram o matadouro industrial de S. Miguel; não deixaram o matadouro industrial da Ilha Terceira; não deixaram a classificação do leite a funcionar; não deixaram o problema da brucelose resolvida;...

Deputado José Maria Bairos (PSD): Deixámos para si!

O Orador: ... não deixaram resolvido o problema da Fábrica de Lacticínios da Ilha Graciosa; não deixaram resolvido o problema da Fábrica de Lacticínios da Ilha do Pico; não deixaram resolvido o problema da Fábrica de Lacticínios da Lavoura em S. Miguel. ...

Deputada Natividade Luz (PS): E tiveram lá 20 anos!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Por isso perderam as eleições!

O Orador. ... É verdade, de facto, os senhores encetaram e prometeram muito, mas deixaram para trás o fundamental, que é defender a economia desta Região, que é defender a competitividade e o futuro dos homens que trabalham neste sector...

Deputado José Maria Bairos: Eles não acreditam no senhor!

O Orador. ...e eles não se defendem somente com projectos eleitoralistas, não se defendem com projectos aprovados ou prometidos na véspera de eleições.

Este sector defende-se com projectos estruturantes, e nós, Sr. Deputado, estamos determinados a levá-los à frente, como estamos determinados a cumprir outras coisas noutros sectores, como estamos determinados a cumprir a nossa promessa eleitoral de construir o porto da Ribeira Quente, como estamos determinados a cumprir com a construção do porto de Rabo de Peixe,...

Deputado José Maria Bairos: Mas não têm dinheiro!

O Orador: ...como estamos determinados a avançar com o projecto de ordenamento do Saco da Doca de Ponta Delgada, como estamos determinados a cumprir muitos e muitos projectos. Assim todos vocês nos ajudem que é para bem dos Açores.

Deputado António Meneses (PSD): E o Espírito Santo também!

O Orador: Sr. Deputado, estaremos aqui para ver daqui a quatro anos.

Assim, os senhores tenham a coragem de aprovar este Plano e Orçamento, e tenham a coragem de apoiar esta Região na negociação da Lei das Finanças Regionais.

Deixem-se de demagogias e trabalhem pelos Açores.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Secretário Regional:

Para terminar, a grande diferença entre a governação social democrata e a socialista é que começámos há 20 anos a governar honestamente e também terminámos honestamente.

(Risos da bancada do PS)

Deputada Natividade Luz (PS): Por isso é que perderam as eleições!

Deputado Manuel Brasil (PSD): E se tivéssemos feito tudo o que é que o Sr. ia fazer agora!?

Deputado João Cunha (PSD): Era menos um Secretário!

O Orador: Sr. Secretário, determinação não é obra feita. Vamos esperar para daqui, não sei se 4 anos.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Espere sentado!

Presidente: Estou só aguardando que o Sr. Secretário da Mesa faça a contabilidade dos tempos para interrompermos para o almoço. Agradeço que aguardem um ou dois minutos por essa informação.

(Pausa)

Já tenho os dados sobre os tempos disponíveis que passo a informar:

PS - 1 hora, 8 minutos e 55 segundos

PSD - 59 minutos e 10 segundos

PP - 40 minutos

PCP - 28 minutos e 30 segundos

Governo - 43 minutos e 55 segundos

Estão interrompidos os nossos trabalhos e recomeçaremos pelas 15,00 horas.

Bom almoço.

(Eram 13,00 horas)

Presidente: Meus senhores, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 15, 15 horas)

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Sessão legislativa trouxe-nos para um debate que se deseja sério e profícuo sobre os instrumentos que definem o rumo, de um Governo escolhido democraticamente no dia 13 do passado mês de Outubro por quem aqui, com a devida honra, representamos.

É esta responsabilidade que torna difícil a apreciação dos documentos em discussão, facto que por si só exige de todos nós "bom senso", sendo para tal importante equacionar os recursos financeiros da Região com a imprescindível solidariedade regional, que deve estar sempre bem presente nestes trabalhos, única forma de cumprirmos com dignidade e de consciência tranquila esta nossa nobre missão.

De uma forma linear e sem egoísmo da minha parte, diria que a Ilha de São Jorge, merecia uma "maior fatia do bolo regional." Porém e após vinte anos de uma gestão autónoma, constata-se, que, muito de importante ficou por fazer e urge resolver, sob pena de inviabilizarmos a fragilizada economia destas nove Ilhas que, isoladas no meio do Atlântico, se desejam solidárias entre si para debelarem a agressividade do seu isolamento em relação a uma Europa bem mais desenvolvida. **Ainda não é menos verdade que o presente Plano a Médio prazo apresenta-se bastante valorizado em relação aos seus antecessores, que foram da autoria dos Governos suportados pelo P.S.D.,** facto que incompreensivelmente não é reconhecido pelos Senhores Deputados, deste partido, eleitos pelo círculo eleitoral de S. Jorge.

Sobre esta questão, ao que parece, os referidos parlamentares preferem que lhes dêem uma nota zero em matemática do que reconhecerem que a mesma é uma ciência exacta. Sou forçado a dizer isto, e contra a minha vontade, na sequência da

interpretação desconexada e maldosa que os mesmos têm feito, de diversas formas, à Proposta de P.M.P. 1997-2000, e Plano e Orçamento para 1997.

Não lembra ao diabo que, depois de compararem os 5.238.247 contos da presente Proposta de P.M.P. com os 3.170.803 contos do anterior Plano e de se aperceberem que significa um aumento superior a 65% se venha dizer, publicamente, e nos órgãos da comunicação social regional o seguinte:

1º - "Este é o pior Plano e Orçamento/97 e P.M.P. 1997-2000, são desde sempre os piores para a Ilha de São Jorge."

2º - "A verba inscrita no P.M.P., é demais evidente, que as ampliações e remodelações das Escolas (E,B,2,3/S) das Velas e Calheta e a Escola Integrada no Topo, não são para este triénio. "

3º "AMBIENTE. A verba inscrita neste sector de 29 000 contos é manifestamente insuficiente"

4º -" Estamos crenes que pelo facto dos Jorgenses, serem na sua esmagadora maioria SOCIAIS DEMOCRATAS, não tenham por isso de pagar alguma factura."

Srs. Deputados eleitos pelo círculo eleitoral de São Jorge são demais o cinismo e a mentira veiculada pelo P.S.D./S. Jorge, sobre as Propostas em análise.

Este último parágrafo ultrapassa as raias do absurdo e espelha, claramente os objectivos de quem "não usa meios para atingir fins".

Neste pressuposto, e não sendo propriamente meu desejo analisar as Propostas em debate pela via comparativa com suas congéneres do passado sou agora forçado a fazê-lo, na sequência das acima inoportunas, desajustadas e falsas afirmações.

Devo dizer que a Proposta de Orçamento para 1997 apresenta um acréscimo de 42% em relação ao Orçamento de 1996 que foi da responsabilidade do P.S.D.. Isto significa que o primeiro contempla a verba de 1 434 607 e o segundo só apresentava 1 003 240 contos

No que concerne à Proposta de P.M.P. 1997-2000, como atrás já referi, está dotada com a importância de 5.238.427 contos, enquanto o último plano aprovado nesta Assembleia por todos os Senhores Deputados do P.S.D. só apresentava, para São Jorge 3 170 803 contos.

(Com uma simples subtracção verifica-se que estamos perante um aumento de 2 067 624 contos e por conseguinte estas propostas contemplam muitas das acções que, no passado foram esquecidas).

É com estes elementos que julgo ter legitimidade para desconfiar, pela negativa, de quem subscreve o comunicado que acima referi. Nesta comunicação pretenderam enganar os lavradores, (está claro, são a maior expressão eleitoral de S. Jorge) dizendo que a Proposta em discussão os penalizava, **sendo certo que apresenta, ao nível da actividade económica e para a citada Ilha, 2 062 547 contos, ou seja um aumento, neste sector, de 175% em relação ao anterior P.M.P. que mais não tinha do que a exígua dotação de 752 280 contos. Ainda importa dizer que finalmente os documentos em apreciação contemplam, pela primeira vez, verbas significativas para caminhos rurais e agrícolas, bem como para o abastecimento de água à lavoura.**

Com má fé mentem (ou então leram, por engano, o último plano que foi aprovado nesta Casa pelo P.S.D. que simplesmente não contemplava verbas para os estabelecimentos de ensino aqui referidos) **quando dizem que as Escolas (E,B 2,3/S) das Velas e da Calheta, bem como a escola Integrada do Topo não estão contempladas nestas Propostas. Pois bem, contemplam mais do que isso, nomeadamente a reabilitação do parque escolar do 1º Ciclo o Ensino Básico, objectivo que irresponsavelmente foi ignorado pelos anteriores governos e, lamentavelmente, os senhores deputados, do meu círculo eleitoral, tiveram o descaramento de duvidar da denúncia que aqui fiz, na anterior legislatura, movido pelo respeito e segurança dos utentes destes estabelecimentos de ensino.** Meus senhores, quando a negligência vos leva ao desconhecimento destas coisas suplico-vos mais prudência nas vossas reacções!

Ainda o Senhor Deputado Mark Marques veio a esta tribuna falar dos 150 000 contos para o Porto da Calheta e anteriormente já tinha afirmado que esta verba ofendia os Jorgenses. Quanto à insuficiência orçamental, estamos de acordo e o Senhor Secretário da Economia também o reconhece, tendo já afirmado que será reforçada na melhor oportunidade. Sabe-se que ainda não

existe tão pouco anteprojecto para esta obra, contrariamente ao que o P.S.D. afirmou em vésperas de eleições.

Já agora gostava que o acima mencionado Deputado me adjectivasse a dotação de 5 000 contos que aprovou, no passado recente, para o Porto da Calheta!

Mas quanto às obras nesta estrutura portuária, fique consciente de que também lutarei por esta justa aspiração dos Jorgenses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já que me conduziram para este estilo de intervenção, aproveito a oportunidade para fazer mais algumas comparações mas, prometo ser breve. Assim temos:

- TURISMO. A Proposta De P.M.P., em análise, apresenta para São Jorge a importância de 126 567 contos enquanto o último P.M.P., que satisfez os Senhores Deputados do P.S.D., só estava dotada com 33 000 contos. **Neste sector verifica-se um aumento, na ordem dos 400%.**

A propósito esclareço o Senhor Deputado Mark Marques que não estão verbas desagregadas para S. Jorge, no capítulo designado por "sistema de apoio ao investimento privado", simplesmente, pelo facto de, não existirem projectos particulares, no respectivo departamento governamental

- PESCAS. O anterior P.M.P. contemplou 85 600 contos. Estamos perante uma Proposta que apresenta 100 020. Julgo que por aqui também os Senhores Deputados do P.S.D. eleitos por São Jorge não têm legitimidade para contestar.

- AMBIENTE. Nesta área, o anterior P.M.P. apresentou-se com uma dotação de 8 800 contos e no âmbito da protecção da orla marítima nada existia. **Esta Proposta está dotada com 29 000 contos, ou seja um aumento superior a 300%.** Aonde foi que li que esta verba é manifestamente insuficiente? Já sei! foi no comunicado do P.S.D./S.J. assinado por um dos senhores deputados que recentemente aprovou os paupérrimos 8 800 contos.

- CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE TRANSPORTES. A Proposta em discussão apresenta-se com 200 000 contos para infraestruturas portuárias e 60 000 contos para tráfego de passageiros inter-ilhas. O anterior P.M.P. estava dotado de 110 000 contos para pagar facturas de um outro governo referentes à obra de ampliação do porto das Velas e para suportar custos com o tráfego de passageiros,

nada existia. **Fica, claramente demonstrado que o anterior Plano não atribuiu verbas para investimento neste programa.**

- TRANSPORTES AÉREOS. Devo dizer que o anterior P.M.P. não contemplou verbas para esta área. **A presente Proposta apresenta-se com 38 125 contos.**

- HABITAÇÃO. Mais um programa de grande interesse para S. Jorge que nesta Proposta **apresenta-se com a dotação de 295 988 contos, enquanto a anterior tinha 168.370.** Aqui verificamos um aumento significativo. (cerca de 60%)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por agora seria fastidioso falar da desagregação, em toda a sua extensão, correspondente aos 2 067 624 contos que a presente Proposta apresenta a mais do que o " último simpático plano aprovado nesta Casa pelos Senhores Deputados do P.S.D.

Desta forma vou utilizar o tempo que me resta para falar de um programa que merece de todos nós o devido respeito. Trata-se da Protecção Civil.

Nesta matéria, devemos ter sempre presente que o nosso Arquipélago manifesta-se bastante vulnerável a catástrofes naturais e infelizmente tivemos nos finais do ano passado mais um expressivo exemplo disso mesmo. Ficou mais uma vez demonstrado que toda e qualquer parte de Região pode ser palco de uma catástrofe natural, num determinado momento com o mínimo ou nenhum aviso prévio.

Devo dizer que não sou dos que vêm só num sentido, e desse modo reconheço os importantes investimentos já feitos ao nível das infraestruturas e equipamentos, obviamente à custa de orçamentos regionais e com o trabalho efectivo de muitos voluntários que se agruparam em associações e corporações de bombeiros.

Mas como em causa estão em discussão as Propostas de Plano e Orçamento para 1997 e do P.M.P. 1997-2000, passo a falar, com incidência, na última Proposta atrás referida e começo por dizer que apresenta uma dotação de 2 884 500 contos, enquanto o anterior Plano, seu congénere estava contemplado com 1.517.000 contos.

Navegando pela desagregação deste programa constata-se que a referida Proposta do P.M.P. contempla apoios financeiros, significativos, aos corpos de bombeiros para aquisição de equipamentos necessários à execução das suas tarefas, bem como para a

sua formação. Destina verbas para a construção/modernização das instalações e infraestruturas de apoio a acção dos Soldados da Paz.

Também prevê a promoção de estudos científicos, designadamente em parceria com a Universidade dos Açores, e a imprescindível sensibilização das populações para reagir da melhor forma a eventuais calamidades.

Um dos mais desejados investimentos nesta área, que irá criar uma melhor operacionalidade no âmbito do Serviço Regional de Protecção Civil, será a implementação da rede integrada de rádiocomunicações cuja data da sua aquisição já foi anunciada pelo Senhor Secretário da tutela.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Num passado recente, quando se discutia documentos desta natureza apresentados por outro Governo, ouvi, desta tribuna, a seguinte afirmação:

""Nunca aqui nesta Câmara se irá atingir o óptimo, mas é sim um razoável Plano e Orçamento..."

Para quem fez tal afirmação, e perante tão significativa melhoria, julgo que não lhe ficará bem reprovar as Propostas em discussão.

Quanto a mim vou votá-las favoravelmente porque vão de encontro a muitas das aspirações dos Jorgenses.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Apenas 30 segundos, porque o tempo é pouco.

Ouvi com atenção a sua intervenção e nota negativa tem o Sr. Deputado nas contas que faz, com aumentos de 65%, comparando a diferença entre 5 anos. Mas, se o Sr. estudar à noite, há-de chegar a essa conclusão.

O Sr. nada disse sobre o Plano e citando o meu colega de bancada, João Cunha que uma vez disse: "que nada mais dizia sobre o Plano, porque o Plano nada lhe dizia a ele" e o Sr. acabou de fazer uma intervenção baseada num comunicado da Comissão

Política de Ilha, com cinco parágrafos, sobre as críticas ao Plano a Médio Prazo, e não as defendeu.

Em relação ao porto da Calheta, o Sr. veio para a tribuna, virando-se para o Sr. Secretário da Economia, que concorda com os deputados do PSD, e fica impávido e sereno, com "cara de Madalena", a ver se mais alguém diz alguma coisa.

Deputado João Cunha (PSD): Muito bem!

O Orador: É só, porque o tempo é pouco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Vou ser muito breve, são só dois segundos, porque terei oportunidade, fora deste Plenário, de discutir consigo concretamente as propostas que estão aqui em cima da Mesa.

Deputado Mark Marques (PSD): Isso foi o comunicado de ilha!

O Orador: Mas só lhe quero dizer que, relativamente ao cais da Calheta, já que voltou a falar na mesma questão, a vossa proposta de aditamento ao Plano tem lá 67 mil contos. Isto quer dizer que "a montanha pariu um rato" e não tenho mais nada para dizer sobre esta questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Gomes:

Ouvi com atenção a sua exposição e devo-lhe dizer que fiquei pasmado, mas pasmado com o chorrilho de inconveniências e comparações mal feitas que veio aqui fazer. O Sr. falou em zero matemática. O Sr. compara 2 com 2 que algebricamente está certo, mas financeiramente não está nada certo. Portanto, V. Exa. informe-se junto da sua bancada e veja se há alguém que saiba fazer essas comparações financeiras...

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: ... e depois traga para aqui as comparações de 93 com as comparações de 97.

Uma outra coisa, Sr. Deputado: o Sr. saiu fora do decoro que eu consigo sempre tenho usado nesta Assembleia. Nunca lhe chamei de mentiroso nem nada parecido e V. Exa. como já não é capaz, no debate político, de defender um Plano, porque ele não tem ponta por onde se lhe pegue,...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Essa é a sua opinião!

O Orador: ... - e agora sou eu que o afirmo - sai fora desse debate para dirigir ataques pessoais e até nesse aspecto V. Exa. é muito infeliz.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Romão Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Secretário Regionais, Sras. e Srs. Deputados:

Nestes últimos dias, por este tribuna passaram membros do Governo, deputados do Partido Socialista, deputados dos outros partidos e cada qual fez valer as suas opiniões sobre o documentos que aqui nos trazem. E, quase me sentia tentado a dizer que registamos o esforço dos membros do Governo e dos senhores deputados do Partido Socialista, no sentido de fazer valer as suas opiniões, mas apenas registamos o esforço e não podemos, de maneira nenhuma, reconhecer a eficácia.

Efectivamente, até agora, para além do desenrolar de alguns números, de alguns rácios, de algumas percentagens, mais não se conseguiu vislumbrar, nas intervenções aqui feitas,. Nada de medidas de política, de atitudes a tomar, de rumos a seguir. Fica-nos apenas isso.

Devo dizê-lo, com algum pesar, que em cada uma das intervenções, sobretudo dos membros do Executivo, ficam alguns laivos de neo-liberalismo que nos assustam e nos preocupam.

Vivemos em ilhas, em universos apertados, em economias frágeis, em tecidos empresariais que, quem não conhece ou quem não sabe, é que não poderá admitir ou afirmar que tudo é frágil e tudo tem as suas próprias limitações.

No entanto, aquilo que aqui se convida a fazer à economia açoriana é a total liberalização. É o jogo do mercado. É o recurso, puro e simples, à competição, esquecendo nós próprios que reclamamos da Europa, exactamente por sermos frágeis e sermos pequenos, estatutos especiais. O estatuto da ultraperiféricidade que queremos é o que pretendemos para salvaguardar, de alguma forma, aquilo que somos e aquilo que podemos. Portas adentro esquecemo-nos que temos também que o fazer em relação a algumas das nossas comunidades.

Eu não posso, de maneira nenhuma, afirmar nem ir contra o tempo, mas há, eventualmente, algumas comunidades e alguns locais onde a competição e a concorrência pode funcionar. Há outros locais, porém, em que o mercado, em que a fragilidade da economia e em que a fragilidade do nosso tecido empresarial precisam, não digo de protecção, mas de intervenções suficientes para que os mercados aí funcionem e para que as coisas possam andar, senão é o colapso total. Isso é fácil de ver.

Sempre que falham recursos adequados ou sempre que não há desafogo no sector primário, agricultura e pescas, é fácil de ver como é que está o comércio e como é que estão os serviços. Por isso, é da maior importância, e por isso aqui apelo ao Sr. Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente, para que sejam tomadas as medidas necessárias e tendentes à execução de projectos por forma a que o mercado e o comércio se animem e a que a vida económica da Região não entre num marasmo e conheça dificuldades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O tempo é escasso e o que pretendo tão somente aqui deixar como apontamento é que temos nove ilhas, que são nove universos onde não é possível aplicar a todos o mesmo remédio para a satisfação das suas necessidades e dos seus problemas.

Esta é a nossa história! Sempre assim foi e sempre assim tem funcionado.

Gostaria de ter tempo para me dedicar e debruçar sobre estas matérias. Não é possível, porque o meu grupo parlamentar vai adiantado no consumo de tempo, mas deixaria apenas alguns aspectos que dizem respeito ao círculo eleitoral porque fui eleito, sem me esquecer e nunca perder de vista de que sou deputado por esta Região.

Não posso deixar de registar, com agrado, as acções que estão contidas no Plano de 97 e que vem do anterior governo e que continuam, sinal certo do seu mérito e do seu ajuste em relação a esta realidade. Portanto, ficamos cientes disto e como já tive oportunidade de aqui dizer que o que é bom é bom...

Deputado Francisco Oliveira (PS): Olha que teoria!

O Orador: ... e que o que tem mérito, tem mérito por si só, quer queiramos ou não, ou queiramos dizer ao contrário.

No entanto, há algumas coisas que, para as quais, gostaria de ter visto este Plano honrar esta terra com as suas devidas necessidades, nomeadamente as verbas estabelecidas no Plano e Orçamento para este ano, respeitante à remodelação da Casa Grande, destinada ao Arquivo da Horta, estão subavaliadas e estão subdotadas e o mesmo se passa com a Igreja do Carmo onde a verba é muito pequena para a obra que se pretende fazer. E, como é do conhecimento dos Srs. Deputados, os processos de concurso para estes dois empreendimentos estão praticamente concluídos e se houver vontade política, poderão ser postos muito brevemente a concurso.

Para que não fique apenas nos aspectos da cultura, gostaria de fazer menção, para além da reabilitação das estradas regionais, da 1.^a e 2.^a fase que estão em curso, ficaram por contemplar as estradas de importância económica desta ilha, ou seja, as estradas interiores, nomeadamente Ribeira do Cabo/Jaime Melo; Horta/Jaime Melo/Caldeira e Caldeira/Ribeira Funda.

Mas mais: também não se diz sequer uma palavra sobre a bacia leiteira do Faial, (bandeira da campanha eleitoral do PP que, claramente como não sabe bem do que é que se trata, a deixou ficar pelo caminho) a bacia leiteira de Castelo Branco e Feteira, para a qual não há uma palavra explícita, neste Plano, sobre o seu ordenamento.

Finalmente, já vejo que em algumas propostas de alteração se menciona a inclusão da Marina da Horta nas obras do Porto da Horta. É uma questão de redacção. Não tenho dúvida, depois da afirmação do Sr. Secretário, nesta Casa, de que a Marina irá ser feita,...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não tenha dúvidas!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Ela já está feita!

O Orador: ... não restam dúvidas. Palavra de rei não volta atrás e quem se senta nesta Casa e nestas bancadas não mente. Mas, Sr. Secretário, o que eu quero é ouvir aquele cântico celestial, que o Sr. Secretário costuma utilizar quando faz o comunicado do Governo, a anunciar a assinatura do contrato entre o Governo e a firma empreiteira, ou seja o contrato adicional ou equivalente para a ampliação da Marina. Então, aí sim,...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Já está convidado!

O Orador: ... daremos satisfação aos nossos intentos e, sem dúvida nenhuma, havemos de ver a nossa Marina ampliada.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O tempo é curto, mas perante estes documentos, apresentados pelo Partido Socialista, quase que me apetecia dizer, como julgo que um professor catedrático perante uma tese de doutoramento exclamou: "há coisas boas e originais, as originais não são boas e as boas não são originais".

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Eu julgava que tinha feito a minha última intervenção, pelo menos na fase do debate, mas depois da intervenção do Sr. Deputado Madruga da Costa, não posso deixar de fazer algumas considerações, nomeadamente na primeira fase da sua intervenção, na qual falou com o cuidado que deve haver sobre as pseudo teorias neo-liberais que estão subjacentes a estes documentos.

Que fique para registo, pois eu acho que são muito pouco liberais os documentos actuais. Eu gostaria de os ver muito mais. E, já agora, para que não fique dúvidas, gostaria de dizer o seguinte: este discurso, Sr. Deputado, de protecção e de paternalismo, relativamente a esta Região, acho que é perfeitamente dispensável. Os nossos açorianos, quando vivem em regimes que não são paternalistas e protecçãoistas, são capazes de coisas muito grandes. Basta ir à Califórnia e vê-los

funcionar, porque eu lembro-me perfeitamente um dia estava eu em campanha eleitoral e um lavrador em S. Miguel falou comigo e disse: "Oh Sr. Dr. dizem que os terceirenses são malandros, mas há uma coisa que eu não consigo entender, como é que eu fui à Califórnia ver terceirenses, supostamente malandros, e conseguem fazer coisas que na Região não é possível". Ele concluiu que o dirigentes é que tinham sido maus.

Essa política de protecção que se fez ao longo de vinte anos nesta Região, tratando os açorianos como se fossem uns "pobres coitados" e não confiando nas suas próprias capacidades, conduziu esta Região à situação em que se encontra hoje em dia e que é uma das quatro mais pobres da comunidade. Isto é que é um facto. O caminho a seguir tem de ser, de facto, apostar nas pessoas, na liberalização, na desintervenção e na redução do peso do Estado.

Os países soviéticos descobriram isso em 1989 e chegou a altura da Região o descobrir no ano de 1997.

Disse.

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O Sr. Deputado José Monjardino, naturalmente, não ouviu a minha intervenção com a devida atenção ou então quis utilizar esta possibilidade para expender mais uma vez as suas ideias sobre esta matéria.

Eu, por mim, não tenho quaisquer dúvidas. Há ilhas onde o mercado não tem condições de funcionar, segundo as regras de mercado habituais e de que estamos a falar e os problema dos Açores e dos mercados tem uma outra componente que é o problema do emprego, que é o problema do trabalho. Não havendo cuidado em relação a alguns pequenos universos, e refiro-me claramente às Flores, ao Faial, ao Pico e a ilhas com menor população e menos capacidade de reacção a certos fenómenos económicos e sociais, entram em esquemas do quais não saem, Sr. Deputado José Monjardino.

Tem havido uma grande movimentação ao nível de alguns sectores de actividade nos Açores, nomeadamente de reformas antecipadas e essas reformas têm-se feito de tal forma que, quando se sai, já ninguém entra, o que significa que dia a dia se vão,

dentro da lógica do liberalismo que estamos a falar, da concorrência do mercado, do funcionamento dos esquemas de mercado, diminuindo postos de trabalho nos Açores sem que sejam recuperados e o Sr. Deputado sabe que é assim. Esta situação só não é pior, porque o sector agrícola tem absorvido muito mais, talvez, do que pode, sobretudo nalgumas ilhas, e a reacção da nossa gente, quando os filhos chegam aos 18 ou aos 20 anos e precisam de emprego, é que onde cabem quatro pessoas, também cabem cinco.

Eu não tenho dúvidas nenhuma sobre aquilo que quero para a minha terra, nunca tive.

Penso que é perfeitamente ociosa a comparação que utilizou com os países de Leste. Agora, tenho visto inclusivamente nalguns casos qual tem sido o comportamento dos representantes do comércio e da indústria quando o Estado não intervém, quando o Estado se atrasa, quando o Estado não faz, quando não se fazem e se reclamam obras públicas.

Para mim, Sr. Deputado, os Açores continuam a ser um caso de laboratório em que, para cada uma das nossas ilhas, é necessário haver um modelo próprio, uma intervenção específica, um modo de funcionar muito adequado, porque de contrário podemos introduzir esquemas que não nos levam a nada e que conduzem essencialmente a perturbações da vida social e económica destas ilhas.

Presidente: O Sr. Deputados está no fim dos três minutos.

O Orador: Eu vou terminar, Sr. Presidente.

Concluindo, quero-lhe dizer que tenho a noção de que os Açores são nove ilhas, nove realidades muito especiais e quem tem a responsabilidade de governar tem que olhar para elas dia a dia, quase uma a uma, porque não é possível rasostrar, nem por baixo, nem por cima. É preciso é saber ver os Açores na mó de cima e também ter a experiência dos Açores, na mó de baixo. Há muita gente nestas ilhas que só têm a noção dos Açores visto do lado de cima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Madruga da Costa:

Gostaria de dizer o seguinte: mercado já existe, porque mercado por definição é um sítio onde se encontra a oferta e a procura. O Corvo, por exemplo, tem mercado, graças a Deus que o tem. Teve muito tempo esquecido da parte governamental e sobrevive ainda hoje em dia graças ao mercado.

O problema que aqui existe, é os efeitos perniciosos da intervenção estatal no mercado e vamos dar um exemplo muito claro, porque eu gosto de exemplos: o maior problema dos nossos lavradores, hoje em dia, é os transportes. E, porque é que os transportes estão afectados como estão em termos do seu preço e da sua especulação? Porque há uma medida administrativa, que foi criada pelo Estado, que impede que haja uma livre concorrência de transportes nesta Região. Se essa concorrência existisse esses preços pura e simplesmente baixavam. E, quem foi que criou essas condições? Não fomos nós, foram os governos anteriores. Essa é que é a realidade.

Porque é que hão-de pagar os custos de transportes mais caros que em qualquer parte do mundo? Por exemplo, um contentor vindo da América até Lisboa, por via da rota do Norte, custa 150 contos e um contentor entre S. Miguel e a Terceira custa 350. Quem é que criou isso? Foram as condições criadas por nível administrativo e por via legal que impedem cooperadores açorianos, que estão no Grupo Central, de transportar para S. Miguel e de S. Miguel para cá. Esta é que é a verdade.

Gostaria ainda de dizer que admito que tenhamos uma visão muito diferente das coisas, mas não é só de cima nem só de baixo, porque nós temos empresas, nós temos gente boa na Região e temos é que ter capacidade para acreditar neles e quando eles estão a trabalhar, a última coisa que eles precisam é que não lhes atrapalhem a vida, o que é quase como dizer: deixem-nos trabalhar.

Acima de tudo o que muito empresários, nesta Região, querem é que o Governo pague a tempo e horas.

Acima de tudo o que muitos empresários desta Região querem é que o Governo deixe de desenvolver a actividade económica e de competir de uma maneira injusta contra eles.

Acima de tudo muitos empresários, se calhar gostavam de ter certo e determinado tipo de quadros que estão na Administração Pública e que depois desenvolvem a actividade privada dentro dos serviços, com recursos que estão disponíveis na região, como por exemplo, desenhadores, arquitectos, engenheiros, etc.. Todos nós sabemos que isso acontece.

Eu acredito nos açorianos e acho que se lhes forem dadas as condições, por exemplo de redução de impostos, que já foram prometidos, se lhes forem dadas condições de transportes e energia capaz, não tenho problemas nenhuns de viver sem um governo que intervenha. O governo existe para intervir em casos necessitados.

Acima de tudo, eu acredito nas pessoas, acredito numa geração mais nova que quer fazer alguma coisa nos Açores e não andem eternamente com a palavra do "coitadinho" na boca à espera que alguém lhe ponha a mão em cima.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa para esclarecimentos.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Fique sossegado, Sr. Deputado José Monjardino, porque a geração mais nova já está aí e o Sr. faz parte dela. A minha é que está passando mas, pelo facto de estar passando, não significa que não tenha possibilidade de ver e verificar os fenómenos que se passam à nossa beira e também os avaliar.

A avaliação que o Sr. Deputado faz de algumas profissões liberais, nomeadamente economistas, advogados, arquitectos e engenheiros que são por um lado funcionários públicos e por outro fazem umas coisas, conforme o Sr. Deputado disse, utilizando o que é do governo, até admito que haja quem faça isso, mas também há quem está do outro lado da barricada, que não é funcionário público e também ganha a sua vida.

Mas, Sr. Deputado, a maior parte das ilhas não se fazem de arquitectos, de advogados, de engenheiros e de economistas, fazem-se é de pessoas que ganham a sua vida sol a sol, trabalhando arduamente e que precisam de ter, a seu jeito, as

possibilidades de poderem concorrer com engenheiros, advogados, arquitectos e economistas na actividade privada.

Eu não falo em intervenção total do Estado, Sr. Deputado, eu falo, e ainda há pouco disse, é que a nossa Região são nove realidades diferentes, para as quais é preciso ter respostas adequadas.

Portanto, não me sinto nada interventor nem intervencionista e já dei provas disso. Agora, quando se quer, a certa altura, desintervencionar e ao mesmo tempo se quer o resto, aí é que não pode ser.

Há coisas que na vida não se pode ter: "sol na eira e chuva nas couves" não dá.

O Sr. Deputado apontou-me situações da liberalização do transporte, pois é, mas neste grupo de ilhas também temos que importar, por exemplo, o cimento da Terceira, porque não o podemos importar doutro sítio.

Deputado Manuel Brasil (PSD): E esta heim!

O Orador: Assim sendo, nestas coisas, é preciso saber do que é que estamos a falar, porque tudo é válido, tudo é importante e o que está em causa é o número de postos de trabalho que garantimos nesta Região para as pessoas que aqui se querem fixar.

Portanto, Sr. Deputado, seja qual for o modelo económico que se queira utilizar, se não for bom para o emprego, não é bom para os Açores.

Deputado José Maria Bairos(PSD): Muito bem!

O Orador: Chamemos-lhe o que quisermos chamar, mas o que está aí para as novas gerações, é nós, que estamos aqui dentro, termos capacidade de criar mais trabalho e mais emprego. Este é o princípio básico daquilo que deve ser o nosso modelo económico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos, o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Eu permitir-me-ia dizer o seguinte: estamos de acordo que, de facto, não vale a pena desenvolver uma sociedade se não houver trabalho, mas o trabalho tem que ser produtivo e reprodutivo para as pessoas e para as suas famílias.

Onde nós divergimos muito claramente, é que o Srs. pensam que a maneira de garantir o emprego, a longo prazo, é através de cargos na função pública e eu acho

que ele só é possível de ser feito através da criação de empresas, de empresários, de pessoas que trabalham por sua conta, etc.. É a única maneira duma região ter uma política de emprego estável a longo prazo. Para que isso aconteça, temos é que trabalhar activamente para criar essas condições. É essa a diferença.

Presidente: Vamos voltar às nossas inscrições. Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado António Loura.

Deputado António Loura (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nesta sessão legislativa vão ser analisados, discutidos e votados, três documentos muito necessários à vida da região, que são: - o Plano a Médio Prazo 1997/2000 e o Plano e Orçamento para o ano de 1997.

Estes são instrumentos de inegável valor tendo em conta que o primeiro, traça o caminho dos açorianos para o próximo quadriénio, como também nos dá a saber as estratégias e opções de desenvolvimento feitas pelo primeiro Governo Regional do Partido Socialista. Quanto ao segundo, explicita as acções a terem lugar neste ano, iniciando-se assim as políticas preconizadas no âmbito do espírito renovador da NOVA AUTONOMIA.

Assim sendo e não perdendo de vista as promessas eleitorais feitas pelo partido socialista, estes documentos são credíveis e lançam os Açores com ânimo renovado para os desafios que nos esperam neste final de século e início do terceiro milénio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Desde o seu povoamento e até à década de 40 deste século, Santa Maria sempre viveu dependente da agricultura e da agro-pecuária e pescas.

Com a construção do aeroporto houve grande surto de desenvolvimento, com especial destaque para as áreas de serviços e comércio. Se é certo que até aos finais da década de 60 a vida na ilha se transformou para melhor, não é menos verdade que com o advento da era dos aviões a jacto, o aeroporto deixou de ser tão utilizado, fazendo com que muitas companhias aéreas e outros serviços deixassem a ilha. No ano de 1980 com a definição da política aérea regional, e por falta de decisões políticas alternativas de desenvolvimento esta acabou por ser definitivamente um rude golpe na já tão frágil economia mariense.

Agora, com as decisões, do Governo da República na implementação do Projecto do Controlo Oceânico (NAV II) e do Governo Regional com as obras do reforço do molhe do porto de Vila do Porto e outras pequenas obras, programadas para os próximos 3 anos, totalizando aqueles investimentos em cerca de 10 milhões de contos, muito contribuirá para a ocupação de mão de obra local, e o fortalecimento de todo o tecido empresarial mariense.

Analisando o Plano a Médio Prazo para o quadriénio 97/2000, verifica-se que o Governo Regional investirá 2.725 mil contos em sectores diversos, sendo de realçar a Agricultura, com o projecto de abastecimento de água à lavoura e a construção da casa de matança, o que fará com que este sector, seja cada vez mais o motor do desenvolvimento da ilha.

No âmbito do sector das Pescas é de ter em conta os investimentos feitos nos últimos anos e estamos certos que este Governo irá promover durante o quadriénio cursos de formação para os profissionais das pescas, de modo que esses, adquiram novos conhecimentos que lhes permitam melhores rendimentos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Atendendo à quebra muito acentuada de investimentos quer públicos quer privados, o comércio e a indústria atravessam tempos difíceis.

Deve este Governo implementar medidas que reduzam ainda mais o custo dos transportes marítimos, sobretudo para as ilhas mais pequenas, e dar a saber em tempo útil todos os incentivos que existem para estas áreas, bem como disponibilizando atempadamente as verbas atribuídas aos projectos aprovados, evitando assim que haja descapitalização das empresas.

O turismo é um dos sectores que segundo especialistas na matéria, tem e terá um forte incremento nos Açores. Santa Maria tem todas as potencialidades de se afirmar positivamente neste sector, e em todas as suas vertentes, ambiental, cultural, paisagística e rural sem esquecer a qualidade das suas praias de areia branca e fina.

Para que esta área seja dinamizada é necessário promovê-la junto de Agências de Viagens e de operadores turísticos e que a acessibilidade à ilha seja mais facilitada e menos onerosa. Para tanto é necessário que os transportes aéreos baixem e que os

transportes marítimos de passageiros sejam uma realidade, tal como se anuncia que irá acontecer este ano, nos meses de Julho e Agosto.

Os marienses começam a acreditar cada vez mais no desenvolvimento deste sector pela importância que terá no futuro da ilha estando já a investir cautelosamente, porque pretendem desenvolver a sua ilha com segurança e tranquilidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quanto à Segurança Social serão implementadas novas valências que vão responder às necessidades existentes, evitando-se continuar a romper com laços familiares e com o desenraizar de crianças e jovens do seu meio social colocando-as em instituições fora da ilha, a saber:

- Criação de um Lar de Jovens

- Remodelação e adaptação do edifício da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto a Centro de Apoio à Comunidade na área de idosos, jovens e deficientes.

Finalmente na área de habitação, estão inscritas verbas que os marienses não estavam habituados a ver. Esse montante irá permitir que se resolva a situação de muitas famílias carecidas, que têm concorrido ao programa de Habitação Degradada, sem nunca terem sido contempladas, não se percebendo por vezes qual o critério adoptado. Por outro lado prevejo que as Juntas de freguesia serão contempladas com maiores verbas por forma que consigam resolver outros " pequenos grandes " problemas.

Depois desta análise ao Plano a Médio Prazo 97/2000 e ao Plano e Orçamento para 1997, concluo que estes documentos, cumprem com as promessas feitas ao eleitorado, o qual em 13 de Outubro passado sufragou maioritariamente.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Aguiar, Secretário da Mesa. Por isso, peço ao PSD alguém que o substitua.

(Neste momento o Sr. Deputado José Aguiar é substituído na Mesa da ALRA pelo Sr. Deputado João Cunha)

Deputado José Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os documentos agora em análise condicionam a vida de todos os Açoreanos e fazem com que a Região progrida, estagne ou até regrida, conforme as opções que se tomam, por isso votarei contra os documentos apresentados a esta Câmara, por várias razões de entre as quais destaco algumas.

Em meu entender e para mim pela primeira vez, estamos perante documentos que não fazem opções, antes apresentam um vasto conjunto de intenções, algumas delas pouco claras e até sem se saber muito bem o que se pretende com elas e pior do que isso para um grande número dessas intenções as dotações apontadas deixam antever uma vontade quase expressa da não concretização das mesmas. Por outro lado a elaboração dum PMP tem sempre por base um programa já aprovado e como tal não deve eximir-se de traduzir em acções concretas os princípios enumerados nesse mesmo programa. É meu entender que também aqui o PMP falhou pois alguns dos princípios enumerados foram esquecidos e outros alterados. Contudo não tenho nenhuma responsabilidade, nem o Grupo Parlamentar a que pertenço, quanto à elaboração dos documentos referidos, pois quer o programa quer os planos e orçamento são da responsabilidade do Partido Socialista. Assim sendo não podemos votar favoravelmente estes planos pois quer o programa quer os planos a serem apresentados pelo PSD seriam naturalmente diferentes, para melhor, e traduziriam efectivamente as opções que se tomariam.

Por outro lado sempre que estes planos tentaram ser diferentes da recolha de todas as opiniões que se ouviam em todos os lugares piorou-se a situação, veja-se o caso do IRICTA, instituto criticado, antes de nascer, por todas ou quase todas as instituições com voz autorizada nesta matéria, para além dumas ditas lanchas rápidas para a fiscalização da ZEE. Quem seria o iluminado que teve tal ideia? Como é possível, com duas ou três lanchas rápidas, fazer a fiscalização de uma ZEE de quase um milhão de quilómetros quadrados?

Será que lanchas com as características anunciadas em alguma comunicação social conseguem atravessar, durante todo o ano, alguns canais entre as nossas ilhas de apenas algumas milhas?

Provavelmente nenhuma destas questões ocorreu ao iluminado e por isso como dizia alguém com conhecimento do mar e da fiscalização do mesmo dizia que muito possivelmente essas lanchas não serviriam para nada, a não ser para alguns senhores darem algumas voltas em tempo de calmaria.

Mas para além das questões aqui já apresentadas votarei contra os documentos presentes porque os mesmos indiciam alguma falsidade ou então é o governo que não diz a verdade ou ainda escreve coisas que não tem intenção de fazer. Vejamos um exemplo:

O Governo visitou a Graciosa em 23,24 e 25 de Abril último. No seu comunicado foram escritas muitas coisas e algumas delas foram apresentadas por mais que uma vez. Uma das situações evidenciadas naquele comunicado é, e passo a citar:

"Repavimentar a Avenida Mouzinho de Albuquerque, em Santa Cruz, e a Estrada Regional, Santa Cruz - Guadalupe, bem como proceder a correcção de curvas nesta última" fim de citação.

Com isto estávamos e estamos de acordo, mas chegamos ao plano e não existe nenhuma verba para estas obras.

Afinal onde está a mentira? No plano ou no comunicado ou as estradas vão ser repavimentadas com terra? Este é apenas um exemplo. Gostaria ainda aqui de referir que o VII Governo Regional e algumas vozes socialistas do circulo eleitoral que me elegeu, a Graciosa, ufanam-se pelo grande aumento que o plano contempla para aquela ilha, contudo devo dizer com toda a franqueza que se àquele documento retirarmos as verbas destinadas ás calamidades, e estas não podem pôr em causa nenhuma outra verba destinada a qualquer acção pois assim o afirmou, por diversas vezes, o Senhor Presidente do Governo, o aumento é pouco significativo e ficam de fora muitas e legítimas aspirações do povo graciosense. Aliás penso inclusivamente que o deputado eleito por aquela ilha que tem também por missão suportar o governo terá algumas dificuldades em votar favoravelmente estes documentos, pois como é sabido o partido socialista prometeu muita coisa e pouco se está a ver, podia

por exemplo perguntar onde estão as medidas concretas de orientação e apoio ao desenvolvimento da agricultura na ilha Graciosa como foi prometido pelo partido socialista? Onde estão as obras necessárias no porto de pesca da Praia já uma vez apresentadas, pelo PS, como proposta de alteração a um plano e agora desapareceram?

Onde estão as acções conducentes à protecção da orla marítima, na Rochela, Fenais e Carapacho, tantas vezes reivindicadas e prometidas pelo PS? Não as vejo! Onde está uma referência que seja em relação à oficialização da escola de música da Academia Musical da Ilha Graciosa, tantas vezes feita cavalo de batalha do partido socialista em diversas circunstâncias? Não vi nenhuma!

Meus senhores o tempo é curto e julgo não haver necessidade de continuar a apontar mais situações para demonstrar que efectivamente os documentos em apreciação são maus.

Muito obrigado.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Pela primeira vez, na minha curta actividade parlamentar, encontro-me a debater três documentos fundamentais para que o Executivo Regional possa levar a cabo o seu Programa de Governo.

Em conjunto, temos entre mãos o Plano para 1997 o Plano a Médio Prazo para 1997-2000 e o orçamento do ano em curso. Sem querer iniciar esta minha intervenção com análises puramente semânticas, direi contudo que todo e qualquer Plano constitui uma previsão para execução de uma série de acções dilatadas no tempo e que o orçamento é o suporte financeiro com vista à concretização dessas mesmas acções.

Direi ainda que o Plano, ao abrigo das disposições estatutárias, é imperativo para o Sector Público e indicativo para o privado.

A vida económica de uma simples família será tanto melhor equilibrada, quanto melhor for delineado o seu plano de economia doméstica e cabalmente realizável desde que as receitas financeiras dessa mesma família sejam suficientemente equilibradas em função daquilo que se pretende concretizar.

Todos nós sabemos, por experiência pessoal, algumas vezes que nem sempre executamos tudo o que planeamos.

No passado, já aprovou esta Assembleia 5 Planos a médio prazo e tantos anuais quantos a sua existência, bem como os respectivos orçamentos.

Pela primeira vez, encontra-se o Parlamento Regional a debater tais documentos, elaborados sob a responsabilidade de um Governo de suporte Socialista e sendo os documentos em causa os possíveis, não são, é certo, os que todos nós gostaríamos que fossem.

No passado tivemos conhecimento que nem tudo o que foi planeado foi executado. Esta minha afirmação consubstancia-se nos dados recolhidos nos diversos relatórios de execução referentes aos ditos planos.

Digo isto, para que antes que outros o digam, se fique a saber que pode bem acontecer que o primeiro plano anual e a médio prazo, da responsabilidade do Governo do PS, possa, no fim do quadriénio, não ter a sua execução integralmente cumprida, por factores de conjuntura Regional, Nacional e até internacional e não pela falta de capacidade daqueles que serão os seus executores.

Estes planos já possuem, ainda antes de totalmente debatidos e aprovados por esta Assembleia, uma grande virtualidade. Virtualidade que é fruto de serem elaborados por um Governo do PS.

Outrora houve quem dissesse que em tais documentos nem uma vírgula se mexia. Hoje o poder pertence ao partido socialista e, como consequência deste facto, o diálogo parlamentar está institucionalizado e a democracia mais fortalecida. Hoje, sem que estes documentos tenham perdido a sua verdadeira matriz, foi possível, ainda nesta fase, chegar-se a consensos, para melhoria da satisfação do Povo a que os mesmos se destinam, isto é respeitar a opinião de terceiros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Não só pelo que acabámos de enunciar mas, sobretudo pelos valores que traduzem, quer em relação ao todo regional quer em relação ao círculo que represento, os documentos que estamos a debater merecem ser aprovados.

Fazer uma análise exaustiva da desagregação sectorial destes documentos em relação à ilha Graciosa levar-nos-ia tempo do qual não dispomos. Contudo, não podemos deixar de realçar a circunstância altamente positiva de que, no PMP, que terá a duração de 4 anos há um aumento bastante significativo em relação ao anterior Plano, o que nos dá a indicação objectiva deste Governo optar por canalizar mais verbas para as ilhas economicamente mais fragilizadas, sendo assim possível concretizar algumas obras e outros anseios já há muitos anos reclamados dos quais destacamos:

A garantia da ajuda financeira no âmbito do sistema de incentivos à Agro-indústria, num processo que associará em corresponsabilização Entidades Públicas e privadas locais, do projecto de construção da Fábrica de Lacticínios da Cooperativa Agrícola da Graciosa. Trata-se de uma obra imprescindível para a lavoura da Graciosa, há muito exigida, até porque, como é do conhecimento público, sabe-se desde 1993 que as actuais instalações podem ser encerradas em 31.12.97. Por não obedecerem ao mínimo de condições exigidas pela C.E.E.

Reabilitação e reforço do molhe-cais do Porto da Praia que consistirá na reparação dos danos causados pelo temporal de Dezembro do ano findo, cujo reforço já tinha sido por diversas vezes e há alguns anos reclamado;

Ampliação da Escola do 1º Ciclo de Santa Cruz com mais 4 salas de aulas.

Oficialização do 12º ano e iniciar o processo da Escola Básica 2,3/5 de Santa Cruz da Graciosa, em Escola Secundária Geral e Básica, para o que se procederá à ampliação das suas instalações e à Construção de Laboratórios.

Repavimentação da Avenida Mouzinho de Albuquerque e da Estrada Regional Santa Cruz-Guadalupe.

Apoio à criação de um Lar de Idosos com capacidade para 20 camas na Vila da Praia, Freguesia de São Mateus, através de uma comparticipação de 32.250 contos a conceder à Misericórdia da Vila da Praia para a aquisição dos Edifícios do Sindicato

dos Estivadores e do antigo Posto da Guarda Fiscal. Como contrapartida, a referida Instituição de solidariedade social cederá um imóvel do qual é proprietária à Casa do Povo da Luz, que passará a ter sede própria.

Apoio, através da bonificação de juros à aquisição por três particulares de parceria com a Câmara Municipal de um barco rápido destinado a transporte de passageiros;

Conclusão dos casos de apoio à habitação degradada, pendentes desde 1995, com apoio a 20 famílias e realojamento de 2 famílias que vivem em condições de degradação habitacional, correspondendo assim ao slogan da Campanha eleitoral em que para o PS., as pessoas estão realmente primeiro.

Como referi, são situações há muito reclamadas, as quais para quem quis entender o comunicado do Conselho do Governo realizado naquela ilha, por feliz coincidência no dia em que se comemorou o vigésimo terceiro aniversário da revolução do 25 de Abril, que restaurou as liberdades públicas no País e permitiu a institucionalização da Autonomia Político-Administrativa dos Açores, são a prova provada daquilo que acabei de citar.

Assim em consciência e com o sentido da responsabilidade que nos assiste, daremos o nosso apoio aos documentos ora em discussão.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Neste momento não existe mais inscrições na Mesa, nem indicação de mais intervenientes, o que significará o encerramento dos debates.

Vamos fazer um intervalo para depois passarmos às intervenções finais. Antes disso queria chamar a atenção para o facto de que as intervenções finais serão transmitidas em directo pela RTP, ou seja, tem que começar a uma hora rigorosa que nós combinemos.

Para isso, fazíamos já a seguir uma conferência de líderes, mais ou menos num quarto de hora e depois daria mais três quartos de hora para possíveis acertos que os partidos tenham que fazer em relação às votações, uma vez que há propostas de alteração, de várias origens, e que podem suscitar dúvidas dos grupos parlamentares.

Em resumo, nós fazíamos uma interrupção de uma hora, ou seja, até às 17,15 horas e impreterivelmente a essa hora devíamos estar aqui para dar início às intervenções finais.

Queria fazer só mais uma observação em relação aos tempos que vão ser necessários para as declarações de voto, visto que não há outra utilização possível depois das intervenções finais.

Os tempos são:

PS - 40 minutos e 2 segundos

PSD - 36 minutos e 10 segundos

PP - 35 minutos

PCP - 28 minutos e 30 segundos.

Portanto, é com este tempo que os Srs. Deputados podem contar para as declarações de voto.

Estão interrompidos os nossos trabalhos.

(Eram 16,10 horas)

Presidente: Vamos recomeçar os nossos trabalhos com as intervenções finais dos Partidos e do Governo.

(Eram 17, 15 horas)

Para a sua intervenção final tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Para o PCP/Açores uma nova política económica regional tem que assentar nos quatro vectores seguintes:

1º - Um Plano de Médio Prazo que permita um investimento público útil e que assente numa clara opção estrutural favorável à expansão dos sectores produtivos.

2º - Uma Lei de Finanças Regionais, que estabeleça um verdadeiro e novo **regime económico, financeiro e fiscal**, garantindo o nível adequado de transferências

financeiros do Estado, permitindo adaptações no sistema fiscal que corporizem um claro abrandamento da carga fiscal e que preveja medidas que despenalizem acentuadamente os custos financeiros das empresas.

3º - A adopção de legislação que lance as bases de uma **política de criação (ou reposição) de uma justiça remuneratória relativa**, garantindo por um lado que parte da redução dos custos fixos empresariais são empregues no urgente aumento dos custos em pessoal e garantindo por outro lado, a reposição da remuneração complementar para a Administração Pública Regional e Local.

4º - A criação de medidas (nos planos comunitário, nacional e regional) que levem a uma acentuada **redução do custo do transporte** de pessoas e de mercadorias.

Os Planos assumem no contexto do lançamento desta nova política económica um papel muito importante, mas não absoluto. o papel dos Planos é importante porque é através deles que se aplicam os meios disponíveis para investimento público, mas não é absoluto, porque não são os Planos a definirem as principais medidas específicas de enquadramento que a realidade regional exige.

A Lei de Finanças Regionais, reclamada pelo PCP/Açores desde 1980, terá que reflectir algumas dessas medidas específicas, tal como se disse atrás. O PCP/Açores reafirma a sua disponibilidade em participar num amplo processo de diálogo que envolva os quatro partidos políticos representados na Assembleia Legislativa Regional e o Governo e que vise o estabelecimento do mais amplo consenso regional nesta matéria.

O lançamento das bases de uma política de justiça remuneratória relativa, será possível com a aprovação dos projectos de Decreto Legislativo Regional, quer o que cria o Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Regional, quer o que repõe a Remuneração Complementar, projectos esses que se encontram em fase de consulta aos parceiros sociais.

A redução do custo do transporte, tem que deixar de ser apenas matéria manipulada em período de campanha eleitoral, para passar a ser um dos objectivos centrais a atingir, uma vez que sem se reduzir os enormes custos que a distancia provoca a economia regional não ganha perspectivas e esta sociedade insular não poderá deixar

de estar à margem e atrás dos níveis de desenvolvimento próprios do espaço económico em que está integrada.

O desenvolvimento, ao longo do presente ano, destes quatro vectores constitutivos de uma nova política económica regional é absolutamente essencial para que se possam anular os bloqueios que tem impedido o desenvolvimento claro e pleno desta Região Autónoma.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Um governo minoritário não é, por definição, um governo instável. A estabilidade política, se é certo que depende dos apoios parlamentares existentes, não é menos certo que tem uma íntima relação com o apoio social que a política governativa possa receber.

A estabilidade será tanto mais segura quanto maior seja o número de cidadãos que entenda ser a política governativa positiva.

Dentro desta óptica todas as políticas que prejudiquem os cidadãos, que façam regredir a estabilidade do trabalho, que façam diminuir os rendimentos ou que não tenham em conta todas as parcelas da Região, serão políticas geradoras de instabilidade.

Ao contrário, todas as políticas que sejam motivadoras do desenvolvimento criarão estabilidade, independentemente da vontade daqueles que possam não desejar essa estabilidade.

Interessa aliás lembrar que mais de metade dos cidadãos eleitos (51%) não votaram nem no projecto neo-liberal do PP, nem no projecto de estagnação do PSD.

A recente greve dos trabalhadores da Administração Regional e Local pela Remuneração Complementar constitui um muito importante aviso ao Governo minoritário do PS, porquanto pela sua expressão e pelos seus efeitos, foi claramente demonstrativa de que os trabalhadores estão e vão continuar a estar em luta pelos seus justos direitos e em luta por uma verdadeira mudança.

A greve da função pública, vários outros processos sindicais em curso, a mobilização dos lavradores e das suas associações, a mobilização dos pescadores, são entre outros, sinais muito claros de que os trabalhadores e a sociedade querem a mudança e

que não aceitarão nem viragens nem derrapagens à direita que poriam em causa as suas legítimas expectativas.

A estabilidade tem que existir mas terá que resultar da correcção das políticas e não de pressões ilegítimas dos grupos activos da direita regional.

Sr. Presidente, Srs Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Quanto às Flores: Ficamos satisfeitos por os planos, quer o anual, quer o de médio prazo, contemplarem verbas apreciáveis para o matadouro, infraestrutura que há muitos anos exigimos; preocupa-nos o facto de alguns dos projectos dos programas agrícolas terem pequenas dotações; e, considerámos ser fundamental e urgente o saneamento financeiro da União das Cooperativas das Flores.

Queremos mencionar que o desenvolvimento das pescas na Ilha exigem maior apoio para as embarcações de pesca artesanal, a implementação de uma rede de frio e reparação dos portos pesqueiros e suas rampas de varagem.

A rede viária tem apreciáveis dotações, mas é fundamental que o orçado, seja efectivamente executado; as estradas das Flores estão em muito mau estado, tanto as regionais, como as rurais e florestais; estas últimas não podem continuar em terra batida, têm de ser alcatroadas e há que aproveitar bem e eficazmente as verbas contidas nos planos; as verbas destinadas às pontes são suficientes para a da Ribeira Grande e a do Ferreiro, mas também é urgente e necessário a construção da ponte da Ribeira da Cruz. Não deixamos de lembrar da necessidade e urgência da conclusão da estrada da volta da Ilha.

É urgente que se execute o projecto de ampliação da Escola Secundária, pelo que já é necessária verba para o efeito no Plano do corrente ano.

A conclusão das obras da Residencial da Siturflor é urgente.

As verbas orçadas nos programas 14 e 33 parecem-nos necessárias e suficientes para o Porto das Flores; é fundamental que com elas seja executado tudo o que ainda falta àquela infraestrutura.

As verbas do programa 15 também nos parecem suficientes para que finalmente a pista do aeroporto das Flores seja electrificada.

Preocupa-nos a necessidade de verba para o aterro sanitário e para apoio a um parque de campismo nas Flores.

O Programa 28 - Habitação, deveria ter verbas mais avultadas.

Apraz-nos registar a verba inscrita no corrente ano para o polivalente das Lajes e em 1998 para o polivalente da Fajã Grande.

Queremos lembrar a necessidade do combate à eutrofização da Lagoa da Lomba e a limpeza da Rocha dos Bordões.

Terminamos a referência à nossa Ilha reafirmando que se for captado na Região mais um canal de televisão, ele tem de chegar às Flores; e, o Projecto do Cabo de Fibra Óptica tem obrigatoriamente de também nos incluir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A posição definida é a de viabilizar o PMP, o Plano Anual e o Orçamento de 1997, através do nosso voto.

A razão desta decisão é muito clara. Na opinião do PCP ou a política económica regional evolui para melhor e o Governo Regional, embora minoritário, ganha apoios e governa, ou, ao contrário, os bloqueios permanecem e rapidamente os derrotados de 96 tentarão recuperar e perpetuar o poder regional.

Muito embora o PMP e o Plano Anual não configurem uma política que mereça o nosso pleno apoio, o certo é que podem ser considerados documentos suficientes para, em conjunto com os outros três vectores atrás apontados (Lei de Finanças Regionais, justiça remuneratória, redução do custo de transporte), poderem configurar uma política económica melhor.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo chegou ao fim.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Com bom senso optamos por dar possibilidade ao Governo de vir a afirmar nos próximos meses o seu apoio às três vertentes enunciadas e estamos assim a contribuir para que em estabilidade possa haver uma mudança que vise o desenvolvimento.

Como sempre dissemos as nossas votações globais finais estão condicionadas pelo processo de alterações que se seguirá. Se, por exemplo, o Decreto Orçamental for alterado no sentido de integrar conceitos neo-liberais e mecanismos de potenciais despedimentos de funcionários públicos, não podemos manter o voto favorável.

No caso dos Planos, se se verificassem cortes no investimento produtivo ou se as nossas propostas fossem ignoradas teríamos que alterar o voto favorável inicial.

Esperamos contudo que o processo de alterações não desfigure as propostas e pensamos que não é vantajoso para a vida regional nem fazer descer o PMP a uma Comissão, nem reprová-lo.

Se for esse o desfecho estaremos perante o primeiro sinal de que aqueles que não querem mudanças para melhor apostaram na instabilidade.

Para o PCP/Açores, nem o Governo nem nenhum partido pode fazer tábua rasa da vontade de mudança para melhor que as eleições demonstraram.

Disse.

Presidente: Para a intervenção final tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do governo:

Chegámos ao fim de mais um debate sobre o PMP, Plano e Orçamento dos Açores. O Partido Popular procurou participar neste debate de uma maneira afirmativa, crítica e construtiva.

Procurámos soluções globais e soluções sectoriais, mas acima de tudo trabalhámos activamente na procura de soluções para os Açores.

Temos que registar aqui e agora, a diferença de postura política que este Governo Regional tem relativamente a outros. Nos contactos que tivemos, e que foram públicos, foram-nos propiciados todos os dados que solicitamos, e muitas das nossas pretensões foram atendidas, nomeadamente o aumento de programas, desagregação espacial, privatizações, etc., constando já nos documentos presentes a esta Assembleia.

Não obstante este clima de diálogo subsistiram diferenças, que consideramos normais tendo em conta as bases ideológicas que nos separam.

Relativamente ao PMP, a nossa posição é clara. O PMP não tem um quadro financeiro de referência e como tal não pode ser aprovado. Não é possível darmos o nosso aval a um conjunto de medidas tendentes a gastarem recursos financeiros da Região, se não temos noção da proveniência desse dinheiro.

Propusemos em alternativa que baixasse à Comissão de Economia Finanças e Plano para aguardar o envio desses elementos financeiros, de modo a permitir uma melhor apreciação do PMP.

Não foi novidade e já em Janeiro deste ano o Partido Popular tinha proposto que o Plano e Orçamento de 97 foram apreciados imediatamente e o que Plano a Médio Prazo só o fosse depois da aprovação da Lei das Finanças Regionais, e daí a nossa proposta de baixa à Comissão.

Tudo tentámos para que se criassem as condições políticas e técnicas para a sua aprovação. Tendo inclusive proposto o seu adiamento já no início deste ano, como referi.

Não tendo sido aceite, o Partido Popular, na coerência das suas posições votará contra este PMP 1997-2000.

Não nos resta outra alternativa. Ficaremos a aguardar que o Governo remeta um novo PMP, com as alterações que se impõe, tendo em conta o debate aqui realizado, nomeadamente um quadro financeiro credível de médio prazo.

Relativamente ao Plano e Orçamento de 1997, o Partido Popular apresentou um conjunto de alterações no sentido de melhorar os documentos em questão. Se forem aprovadas as alterações que propomos, votaremos favoravelmente o Plano e Orçamento de 1997.

Que fique bem claro que o fazemos, atendendo ao facto que estamos a meio do ano, que este Governo tem que ter os documentos indispensáveis para assegurar uma governação estável, e de que o povo dos Açores não entenderia a criação de uma crise política resultante da falta de apoio parlamentar a estes documentos.

Na nossa opinião, os documentos Plano e Orçamento de 1997 estão longe de satisfazer a maioria dos parceiros sociais, e largos sectores da sociedade açoriana, e contém números que nos preocupam. A despesa sobe 12,5%, assim como o endividamento, cerca de 16 milhões de contos, e se não for revisto o relacionamento financeiro entre a Região e o Estado urgentemente, caminhamos a largos passos para uma situação financeira e um futuro de grande dificuldade na Região.

O plano e Orçamento deste ano está influenciado pela gestão anterior de responsabilidade do PSD. Este argumento pesou também na nossa posição. O último Governo Regional fez uma política de terra queimada criando compromissos volumosos para o ano de 1997, deixando pouco espaço de manobra ao actual Governo. Lançaram obras que sabiam não poder concretizar, deixaram contas de

trabalhos a mais, resultantes de uma gestão incompetente, deixaram dívidas de milhões de contos a fornecedores, nomearam à última da hora os amigos do seu Partido onerando o Orçamento da Região de maneira despropositada.

Os Açorianos tem que conhecer o legado que lhes foi deixado pelos anteriores Governos do PSD.

É um Plano e Orçamento de transição que tem que resolver os problemas pendentes. No próximo, o de 1998, faremos uma apreciação muito mais exigente. Nessa altura já não pode haver desculpas. A responsabilidade, aí sim, já será deste actual Governo.

As nossas propostas contemplam diversas medidas que alteram a proposta de plano e orçamento de 1997, tais como:

Uma redução de 15% dos cargos de Director de Serviços e de Chefes de Divisão

A obrigatoriedade do concurso público para o acesso a esses cargos.

A criação de medidas excepcionais que visem a aposentação voluntária e antecipada dos funcionários e agentes da Administração Regional

A criação de um calendário das diferentes medidas a tomar tendentes à privatização de todas as empresas públicas e venda de todas as participações sociais em empresas privadas, detidas actualmente pelo Governo.

O cumprimento do estipulado no programa do Governo relativamente à redução do preço da energia e dos transportes

A redução das transferências para a Assembleia Regional no valor de 100 000 contos.

O congelamento das despesas correntes dos serviços públicos Regionais

O congelamento da aquisição de bens de capital

A redução das despesas com a ciência e tecnologia

A redução da compra de máquinas e equipamentos

Com estas poupanças pretendemos que:

Se iniciem as obras de prolongamento do Porto do Corvo;

Se invista mais na electrificação, água e caminhos para a lavoura de S. Miguel;

Se apetreche o Porto da Praia da Vitória com os equipamentos necessários e que se conclua a via rápida Angra/Praia;

Se arranque com o projecto e lançamento de obras para as pescas, no saco do Porto de Ponta Delgada;

Se aumente a dotação para o SIRALA e assim se apoie os investimentos que as empresas Regionais estão a efectuar;

Se reparem as tão degradadas estradas das Flores;

Se aumente a dotação do parque desportivo da Horta;

Por último propomos o aumento de verbas, no âmbito das calamidades, para a rubrica Rendimento/Culturas Agrícolas para a ilha de S. Miguel.

Fizemos propostas concretas com o objectivo de contribuir activamente para a melhoria dos documentos apresentados. É esta a promessa que fizemos aos açorianos e que agora cumprimos.

O partido Popular continuará a pautar a sua postura numa base responsável, apresentando propostas alternativas quando não estiver de acordo, e aprovando propostas quando concordar com elas. Mas, acima de tudo tentará tomar o máximo de iniciativas de modo a contribuirmos para uns " Açores Melhores".

Disse.

Deputados Alvarino Pinheiro e João Greves: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para a intervenção final tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Chegou a hora da verdade.

Esqueceram promessas e adiaram compromissos.

Agora que os excessos da campanha eleitoral cederam à frieza dos números, apenas sobrevivem as intenções.

Se este Governo não escreve o que prometeu, mais difícil será realizar o prometido.

A imaginação e o marketing tentam avançar razões para as emoções de um coração eleitoralista.

Mas é tarde e é difícil.

Prometeu-se muito, planeia-se menos, realizar-se-á muito menos ainda.

O executivo justifica a ausência de prioridades com condicionalismos vindos do passado.

É o pré-aviso da incapacidade de concretizar a mudança anunciada, feito por um agente desautorizado e deturpador da continuidade governativa.

Aposta-se na agricultura, mais por causa das políticas do passado do que por opção sincera deste governo.

A prioridade no discurso não corresponde ao proveito respectivo, ao que crescem sinais de instabilidade e uma fundada falta de esperança em dias melhores.

A insatisfação dos agricultores é compreensível.

Insatisfação partilhada pelos pescadores que não vêem os seus anseios correspondidos. As infraestruturas portuárias e a renovação da frota de pesca são bons exemplos dum esquecimento injusto.

Penaliza-se o Turismo, descuidando o papel central que poderá assumir no desenvolvimento dos Açores.

A iniciativa privada precisa investir no turismo, no comércio ou na indústria.

Não tem, no entanto, motivos para confiar.

Sem os cuidados discursivos imprescindíveis a um responsável governativo, critica-se a atribuição de subsídios e os incentivos nestas áreas são insuficientes.

É preciso apostar, em jeito de clara prioridade, na criação de emprego.

O Governo não o faz.

Esta é uma das principais discordâncias de fundo que o PSD tem face às sugestões estratégicas em debate.

Os sindicatos deixam transparecer o seu cepticismo.

O Governo lança mais desafios aos empresários do que lhes cria condições de sucesso.

Desinveste-se na saúde.

Criam-se falsas expectativas na educação.

Não se anuncia uma nova mentalidade autonomista.

Há, genericamente, muitas intenções e pouco dinheiro. Bem como um injustificado aumento das despesas correntes.

Sempre que o Governo apresenta uma ideia ou realiza uma acção, o descontentamento popular aumenta.

Governa-se menos para falhar menos.

É essa a originalidade do estado de graça dos governos socialistas.

Planeia-se em jeito de propaganda política.

Prefere-se o eleitoralismo das intenções ao realismo das soluções.

Cede-se ao imediato, compreende-se.

Avizinham-se eleições autárquicas.

A mera satisfação de interesses avulsos e localizados não faz um modelo de desenvolvimento.

O PSD não é um partido inactivo na crítica, mas também não é o suplente do PS e muito menos o sucedâneo do PS e do PP.

O nosso compromisso eleitoral é ser alternativa.

As propostas de alteração que apresentamos para o Plano e Orçamento de 1997 são sinais do nosso projecto para os Açores, confirmados pelo diálogo que mantivemos com a sociedade civil açoriana.

Mesmo como partido de oposição e sem ferir o nosso projecto, connosco o diálogo dá frutos.

Embora condicionados pelos documentos em presença, cabe-nos contudo a responsabilidade de os aperfeiçoar, exemplificando como é possível governar melhor.

Temos, pois, também uma posição construtiva, ajustada ao actual quadro parlamentar e adequada à estratégia de confronto com o PSD que o Governo quis protagonizar neste debate.

Somos o único partido com Deputados de todas as Ilhas. As nossas alterações retratam essa realidade que nos distingue dos outros e qualifica-nos como partido de dimensão regional.

Não nos compete apresentar um Plano de Médio Prazo e um Plano e Orçamento para 1997.

É o Governo que o deve fazer.

Não é bom princípio impor ao executivo uma estratégia global com a qual não concorda e por isso não quer legitimamente concretizar.

O PSD votou contra o Programa de Governo.

O PSD não pregou as virtudes dos governos minoritários.

O PS afirmou governar com ou sem maioria absoluta.

O PP desejou o quadro parlamentar presente.

A nossa posição está em perfeita coerência com o nosso discurso eleitoral e com a nossa votação do Programa de Governo.

Assim, é ao Governo que cabe conquistar a estabilidade governativa, que não é o mesmo que estabilidade política.

Para isso escolheu um parceiro privilegiado - o PP, que votou favoravelmente o seu Programa de Governo.

As negociações foram longas.

Não foi possível um acordo global.

O PS assumiu o contratempo e o PP, ao confirmarem-se as suas boas intenções, registou um insucesso político.

Confirmado o desacordo, logo o Governo se apressou a qualificar a situação parlamentar como a “festa da democracia”.

Mas, se o acordo tivesse corrido bem, tinham esquecido a democracia e preparavam-se para festejar sozinhos.

Registado o desacordo, logo avançaram com argumentos formais para um desentendimento político.

Não há acordo que abarque tanta ânsia de protagonismo político.

Se o PP sempre achou que era inoportuno discutir o Plano de Médio Prazo enquanto não estivesse definida e aprovada a Lei de Finanças Regionais, então nunca teria tentado um acordo com o Governo para viabilizá-lo.

O PP tentou viabilizar aquilo em que não acredita.

Pelos seus argumentos a Região pode nunca ter um Plano de Médio Prazo, o que sendo negativo para o Governo, é desaconselhável para os Açores.

Mas é tão grave não haver uma estratégia de legislatura, como ter um mau Plano de Médio Prazo.

Por isso o PSD apresentará amanhã uma Proposta de Resolução para que o Governo entregue no Parlamento uma nova proposta de Plano de Médio Prazo, o mais tardar quando apresentar o próximo Plano para 1998.

Esperemos que não se limite a tirar a fotocópia do actual P.M.P. e que evite repetir os erros estratégicos do presente.

A reforma das relações financeiras com a República é uma das grandes tarefas a prosseguir no actual momento político.

As promessas de diálogo fecundo anunciadas pelos socialistas, como se tudo se resolvesse com simpatia e em família, não são garantia de uma Lei de Finanças Regionais que corresponda às necessidades dos Açores.

Todos esperamos que a soberania, na vertente parlamentar da Assembleia da República, tenha posição diferente da que parece ter o especial representante da soberania.

Só agora o Senhor Presidente do Governo reconhece que o PSD, em vez de partido marginal, é um partido essencial.

O PSD não prejudicará os Açores só porque o Governo Açoriano é socialista.

Sabemos assumir as nossas responsabilidades, como o demonstra a Revisão Constitucional em curso.

O PSD mantém-se firme numa estratégia autónoma, não condicionada pelo sucesso ou pelos erros dos outros.

Sempre afirmamos que tal como estão os documentos em presença não mereciam a nossa confiança.

O Governo nunca admitiu dialogar com o PSD sobre o Plano de Médio Prazo e o Plano e Orçamento para 1997.

Elegeu como adversário o Partido Social Democrata.

E tenta, a todo o custo, que os outros partidos da oposição façam o mesmo.

Há como que uma inveja tardia do PSD do passado e um receio justificado do PSD do presente.

Mas o Governo vai mais longe e governa contra o PSD.

O PSD não tem ressentimentos, porque isso apenas fortifica o seu estatuto de oposição e de alternativa.

Este e todos os governos são, em princípio, governos de legislatura.

O Plano de Médio Prazo representa uma estratégia de legislatura que este Governo poderá ver subtraída.

Quem entra no Parlamento com um Plano de Médio Prazo e sai da Assembleia sem um Plano de Médio Prazo não pode cantar vitória.

O Governo Regional do PS, ao que parece, vai averbar assim uma indisfarçável derrota.

Se desdramatizar não se pode fazer de vítima, mas se quiser fazer-se de vítima então que apresente à Assembleia uma Moção de Confiança.

O que o Parlamento não poderá admitir é que o Governo faça chantagem política com esta Assembleia.

Que diga que não faz isso ou aquilo porque o Parlamento não deixa, quando responde politicamente perante os Deputados, que fiscalizam o executivo.

Tanto mais é assim que os Deputados da oposição são mais do que os Deputados da posição.

O PS tem, por via de 46% dos votos do eleitorado açoriano, um mandato para governar, não para se queixar dos que representam 54% dos açorianos.

Mas hoje, não votaremos uma moção de censura ao governo, apenas o censuramos pela estratégia que propõe aos açorianos.

Enredado nas suas promessas e fragilizado pelas suas opções, este Governo tem uma política de desculpas, mas não de desenvolvimento.

Devia ter a crítica de alguns, por ter um rumo; em vez de ter a crítica de todos, porque não tem rumo.

O Governo perdeu a memória eleitoral do PS e por isso, com o tempo, o PS morrerá nas mãos do Governo.

(Aplausos de pé, da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção final tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Dentro de momentos vai esta Câmara pronunciar-se em definitivo sobre o Plano a Médio Prazo 97/2000 e sobre o Plano e Orçamento para 1997.

Encontramo-nos assim a concluir um dos períodos mais relevantes da actividade parlamentar e com a maior repercussão na vida pública açoriana.

Precederam este momento final, vários dias de debate, intenso e vivo, numa inequívoca demonstração de ampla vivência democrática que nunca é demais sublinhar. É assim que a democracia se tonifica e que a autonomia regional se fortalece.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para o Partido Socialista esta é uma experiência nova.

Para o Grupo Parlamentar do PS esta experiência não só é nova como é altamente gratificante.

Orgulhamo-nos de partilhar com esta equipa governativa dirigida pelo Presidente Carlos César, a responsabilidade de estar à frente dos destinos dos Açores num momento tão decisivo da nossa vida colectiva neste limiar do ano 2000.

Vivem-se tempos novos nas ilhas dos Açores!

Vivem-se tempos de uma administração séria e independente de pressões ilegítimas!

Trilham-se caminhos de confiança, de rigor e de uma grande responsabilidade política.

Para trás, perdidas no tempo e na memória, como acontece às coisas estéreis e sem importância, ficaram as vozes que propalavam na sombra de cada esquina e de cada ilha, a desgraça e o caos que irremediavelmente traria a derrota do PSD.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O debate e a votação destes documentos ocorre num momento particularmente importante para a nossa Região, para o nosso País e para o espaço político e económico em que nos inserimos como é a União Europeia.

No âmbito europeu vivem-se momentos de grande complexidade e de alguma imprevisibilidade resultantes do anunciado alargamento da comunidade a países do centro e leste da Europa, da revisão do Tratado da União, da reforma dos fundos estruturais e de coesão e da criação da moeda única.

É de justiça salientar aqui a consonância de posições políticas quer dos responsáveis regionais dos diferentes partidos políticos quer das autoridades nacionais relativamente à introdução no Tratado da União de um artigo relativo às Regiões

ultraperiféricas conferindo-lhes assim um estatuto potenciador de especiais apoios ao desenvolvimento.

O alargamento da Nato, as negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio e a revisão do tratado que fundou a União da Europa Ocidental (UEO) são ainda outras tantas realidades que neste quadriénio 97/2000 não deixarão de influenciar este tempo em que vivemos num mundo onde a globalização da economia constitui a mais evidente das realidades.

Por mais longe que aconteçam os factos, quase nada nos é hoje indiferente.

No plano interno e para além da influência e repercussão que os referidos eventos terão no nosso país, a revisão constitucional, a revisão do Estatuto Político-Administrativo e sobretudo a aprovação de uma lei de finanças regionais constituirão porventura os factores mais marcantes dos próximos anos.

É nesta conjuntura política que irão vigorar os documentos que agora apreciamos e é igualmente neste enquadramento que está cometida a este Governo, a responsabilidade de os executar.

Os Planos e Orçamentos que o Governo nos apresenta fazem um diagnóstico sério e rigoroso da nossa realidade económica e social.

Traçam-nos o quadro de uma região carenciada de meios e de recursos, sofrendo de constrangimentos de difícil superação que exigem de todos nós um enorme esforço com vista à nossa aproximação a melhores níveis de desenvolvimento e bem estar.

Temos pela frente um tremendo desafio a que temos de deitar a mão com tenacidade e sem desfalecimentos.

Os objectivos definidos pelo Governo de fortalecer e diversificar a base económica regional reforçando os níveis de competitividade, de apoiar e promover os sectores complementares, melhorando os níveis de eficácia das infraestruturas, de qualificar, modernizar e melhorar o sistema de produção e acesso aos bens e serviços públicos e de fomentar o desenvolvimento das componentes que sustentam e condicionam as condições de vida e bem estar da população, traduzem na sua formulação e no seu desenvolvimento por metas, as intenções programáticas do Programa da NOVA AUTONOMIA sufragado pelos eleitores e aprovado por esta Assembleia.

O valor do investimento previsto no PMP atinge um montante de 168,3 milhões de contos, valor este que, a preços correntes, é o dobro do investimento previsto no anterior PMP, é superior em 28,6 % ao somatório do investimento dos diferentes orçamentos anuais revistos, daquele mesmo PMP 93/96 e é também superior em 51,8% ao efectivamente executado no mesmo período.

É inegável que o montante de investimento previsto neste PMP é o maior de sempre nesta Região.

Se considerarmos os fundos comunitários necessários, o valor total de investimento na nossa Região passará a ser de 241,7 milhões de contos.

A superação do atraso estrutural da nossa Região exige não só este esforço de investimento, mas também como aqui afirmou o Senhor Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, um decisivo empenhamento na busca de políticas estruturais adequadas e coerentes, e na obtenção dos meios de financiamento adequados.

Por outro lado não é menos importante para este Governo, a exigência de critérios rigorosos na qualidade, programação, avaliação e, execução dos diferentes projectos. Registe-se ainda que estes documentos não só satisfazem aspirações e pretensões há muito esperadas pelos açorianos, como consideram os interesses de todas as ilhas no respeito escrupuloso pelo princípio do desenvolvimento harmónico de todas as parcelas da Região.

Está assim o Governo a corporizar os compromissos eleitorais que assumiu.

Acresce ainda que, os documentos em apreço resultam não só do envolvimento de todos os sectores da Administração Pública Regional, mas também do decisivo e indispensável contributo dos deputados regionais, partidos políticos e de um vasto conjunto de parceiros sociais e entidades, desde Câmaras do Comércio, organizações de trabalhadores, autarquias locais, etc, etc.

Com um orçamento rigoroso muito marcado ainda por situações originárias da legislatura anterior, com forte importância na componente da despesa e de extremo cuidado no que se refere à garantia de previsíveis e futuros acréscimos salariais, que importa garantir, o Governo demonstra indiscutível sentido de responsabilidade e uma postura política geradora de credibilidade e confiança.

Para os agentes económicos, empresas e trabalhadores e para todos os açorianos, é necessário e indispensável que existam instrumentos de planeamento rigorosos e coerentes, que tracem linhas gerais de acção futura, configurem objectivos programáticos, permitam o conhecimento do investimento público e indiquem de forma clara e objectiva o quadro geral de actuação dos sectores produtivos.

Os documentos que aqui são votados são tudo isso constituindo indispensável factor de estabilidade social e política.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Durante o debate e como seria de esperar, foram claras as opções de cada partido representado nesta câmara.

Discutiram-se projectos e acções, expuseram-se diferentes pontos de vista, enriqueceram-se em alguns casos os documentos e até se ironizou num ou outro momento como é próprio de qualquer parlamento.

Contudo, foi visível o desconforto do PSD e a dolorosa inadaptação à nova situação, manifestada aqui e ali por uma postura de mal dizer, de quem sempre se considerou o melhor e que o bom senso aconselharia a moderar.

Não deixa de ser irónico ouvir-se falar de despesismo, de betão e de cimento por parte de um partido que fazia disso a sua política assegurando assim a permanência no poder.

Ficar-vos-ia bem reconhecer os erros do passado, o vosso engano a propósito de muitas coisas e sobretudo ficar-vos-ia bem reconhecer o mérito destes documentos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Os deputados do PS produziram durante este debate intervenções em todas as áreas, mostrando preparação, conhecimento das dificuldades e carências em todos os sectores e ilhas, demonstrando coesão política e a vontade de partilhar solidariamente com o Governo o encargo de levar os Açores para a frente.

O Grupo Parlamentar do PS apresentou propostas de alteração e analisou cuidadosamente as propostas apresentadas pelos outros partidos, mostrando-se disposto a viabilizar aquelas que, sem descaracterizar o núcleo essencial dos seus objectivos programáticos, constituam contributos positivos para melhorar os documentos em apreço.

Aguardamos com serenidade a decisão final deste Parlamento sobre os Planos e o Orçamento apresentados pelo Governo.

São assim as regras constitucionais e estatutárias democráticas, que cumprimos com gosto que defendemos no passado e defenderemos no futuro.

Cada partido político aqui representado assumirá a sua responsabilidade perante o povo onde em última análise se alicerça a legitimidade de cada um de nós.

Para o PS é necessário que esta Assembleia, órgão máximo da autonomia decida no sentido de conferir estabilidade às instituições, confiança ao mercado, aos agentes económicos e aos cidadãos dos Açores.

Vamos votar positivamente o PMP 97/2000 e o Plano e Orçamento para 1997.

Convido-vos também a votar favoravelmente estes documentos.

Disse.

(Aplausos de pé das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para a intervenção final tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos termos e no prazo estabelecidos por esta Assembleia, o Governo submeteu à apreciação do parlamento as propostas de Plano e Orçamento para o ano corrente, bem como o Plano de Médio Prazo para o último quadriénio deste século.

Ao fazê-lo, teve e continua a ter plena consciência da indisponibilidade de um apoio parlamentar incondicional para a sua aprovação, pelo que, no cumprimento do seu compromisso pré-eleitoral, desenvolveu um conjunto de diligências junto dos parceiros sociais e dos partidos políticos, que se dispuseram a tal, para, melhorando aspectos daqueles documentos, permitir o consenso mais amplo possível.

É nesse contexto que foram introduzidas algumas modificações, na sequência da audição das entidades representadas no Conselho Regional de Concertação Social, às antepropostas de Planos e Orçamento e que, no decurso da votação na especialidade que se seguirá, promoveremos e apoiaremos outras modificações que,

fundamentadamente, foram expostas por parceiros sociais, como as Câmaras de Comércio e as Associações Agrícolas.

Ao invés do passado, os parceiros sociais têm hoje um importante peso político e consideração, não apenas porque o quadro parlamentar facilita a sua intervenção, mas, sobretudo, porque o Governo a encara como indispensável.

Para o Governo, o equilíbrio de poderes entre a expressão da sociedade eleitoral e a pressão organizada dos seus interesses específicos, não constitui um estado de bloqueio. Proporciona uma ambiência de motricidade e de harmonização, que deve sinalizar permanentemente o comportamento dos poderes políticos.

Assim, quer o Plano para 1997, quer o PMP, criticados inicialmente, por exemplo, pela Associação Agrícola de São Miguel por insuficiência de verbas para os caminhos agrícolas, ou pela Câmara de Comércio de Angra por excesso de verbas para o sector agrícola, em detrimento de incentivos ao comércio e à indústria, poderão, se fizerem vencimento as melhorias que apoiaremos, servir melhor os objectivos de todos. É esse o nosso desejo.

Com o mesmo objectivo, o Governo, apoiado pelo Partido Socialista, encetou um processo de conversações com dois dos partidos políticos parlamentares que não definiram previamente a sua posição de voto.

Cedo se percebeu, como provam as propostas de alteração que cada um deles nos apresentaram e que as suas discordâncias sobre os três documentos, que estamos a apreciar, se limitavam e se limitam, na realidade, a meros aperfeiçoamentos.

Devo, aliás dizer que as propostas apresentadas pelo Partido Popular são as mesmas que já estavam acordadas com o PS e com o Governo.

Ficou, porém, amplamente provado, que esses partidos reconheceram aquilo que o Governo já conhecia. Ou seja, que o Orçamento e os Planos, salvo uma ou outra alteração, são os instrumentos possíveis e adequados para promover a transição tranquila consagrada nas orientações do programa de Governo, que corresponde ao programa eleitoral que os açorianos livremente escolheram.

Ficou, até, provado, que não são teoricamente possíveis reduções significativas e imediatas nas despesas correntes, mas que isso será possível nos anos seguintes.

Na procura - que achamos legítima - da sua autonomia e identidade, esses partidos votarão os documentos como melhor entenderam. O povo dos Açores não terá dificuldades em perceber se o fizeram por interesse próprio, ou defendendo o interesse das populações.

O Governo, neste caso, não está "refém" de ninguém. Bem pelo contrário, são os partidos de oposição que estão "reféns" do compromisso democrático, que a todos obriga, de respeito pela vontade popular expressa nas últimas eleições.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS e do Governo)

O Orador: Todos devemos ter consciência da experiência nova que estamos a viver. O valor do voto de cada um e de cada partido no parlamento, hoje, é profundamente diferente do seu valor nos 20 anos de maioria absoluta nesta Assembleia.

Ao partido que suporta o Governo - agora, o PS - já não basta votar a favor. É preciso provar que tem razões para isso.

Aos partidos de oposição, não basta não ser a favor, para votar contra. Hoje, com um Governo sem maioria, votar contra em matérias estruturantes ou essenciais para a actividade governativa, como o são o Orçamento e o Plano não quer simplesmente dizer que se diverge. Quer dizer que se quer impedir o Governo de governar, ou de cumprir o seu programa. E nenhum Governo, incluindo este, deseja manter-se impossibilitado de governar, ou governando com o programa dos partidos de oposição.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Assim, o maior partido da oposição, ao anunciar precipitadamente o seu voto contra, sem saber, por exemplo, primeiro a versão dos documentos entregue à Assembleia, e agora o vencimento das suas propostas de alteração na especialidade, não manifestou com seriedade a sua oposição, mas apenas um incontido despeito pela derrota que sofreu nas eleições, que o impede ainda de pensar.

Com a "clonagem" que representam as propostas de alteração que agora conhecemos dos PSD, face às do PS e do PP mais se confirmam as nossas suspeitas. O actual PSD não teve um projecto alternativo.

Ficamos à espera do PSD que se segue.

Nas divergências e intrigas que minam o maior partido da oposição, "casa dos profetas da desgraça" a única posição que os coloca de acordo, é ser contra tudo e contra todos. A desorientação foi total. Chegaram à situação, no decurso destes dias de debate, de acusar o Governo de copiar o Governo anterior, para criticar em seguida as mesmas opções. Não chegaram a perceber que este Governo, como o PS se comprometeu perante os açorianos, não se propôs destruir o passado, mas sim mudar o que estava errado para garantir outro futuro.

Nesta mudança para o futuro, que os açorianos pediram, o PSD insiste com o passado. Na gíria desportiva, o que o PSD pretendia hoje nesta Assembleia era "ganhar na Secretaria, o que perdeu em campo". ...

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador. ... Os outros partidos da oposição sabem muito bem que se isso acontecesse os açorianos não os perdoariam.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Olhemos de frente o problema que se pode suscitar em função da aprovação ou não dos documentos que estivemos a analisar.

Este Governo, em função do processo de transição operado, da ausência que encontrou de elementos instrutórios para o efeito, das alterações orgânicas ocorridas, da sua própria inexperiência, e dos infelizes acontecimentos de Novembro e Dezembro passados que suscitaram a sua melhor atenção, com a autorização desta Assembleia, governou, até agora, sem Plano e Orçamento próprios. Apresentou-os, todavia, bem antes do termo do prazo aprovado.

Muitos dos projectos e acções entretanto programados não terão a sua adequada calendarização e desenvolvimento se prosseguirmos nesta situação por mais tempo. Na prática, o Governo, se não vir agora aprovado o seu Plano e Orçamento para

1997, não poderá governar, porque não podemos adiar por mais tempo a resolução de casos que se encontram pendentes da sua aprovação. O mesmo se dirá sobre todos os Planos e Orçamentos anuais que se lhe seguirem.

Encaremos a situação como ela é: em democracia, com governos sem maioria absoluta, os governos constituem-se para uma legislatura de quatro anos, mas necessitam, a qualquer momento, da confiança da maioria parlamentar para prosseguirem em funções. É o que hoje também se passa a nível nacional.

Não descobrimos essa situação agora, nem a poderemos evitar nos próximos anos, excepto se, em próximas eleições, os açorianos optarem por conferir maioria absoluta ao Governo.

Pelo seu lado, o Plano a Médio Prazo constitui um documento estratégico de valor indicativo, com particular importância para os agentes económicos e sociais. A sua não aprovação, não prejudicando a actividade do Governo, tem, contudo, efeitos negativos na gestão das expectativas daqueles agentes e dos parceiros externos em geral. Além disso, o PMP é um importante instrumento negocial para o futuro financiamento da Região pelo Orçamento do Estado.

É demasiado frágil o argumento sobre a imprevisibilidade do suporte financeiro da programação do Plano a Médio Prazo que apresentámos. Não porque, não aceitemos a falibilidade óbvia das receitas que estimámos, mas sim porque essa imprevisibilidade marcará os próximos quatro anos de mudança, com a aprovação este ano da Lei de Finanças Regionais, com o posterior reforço intercalar dos fundos comunitários para os Açores, e, findo 1999, com as incertezas sobre o III Quadro Comunitário de Apoio.

O adiamento da aprovação do Plano a Médio Prazo será, assim, um acto gratuito, porque o Governo governará com o Plano e Orçamento de 97 dando início a acções que não poderão deixar de ter continuidade nos anos seguintes, mas outras acções, que se iniciarão a partir do próximo ano, não poderão, desde já, ser conhecidas .

Presidente: Sr. Presidente, está no fim do seu tempo.

O Orador: Em suma, perderemos todos tempo, e nenhum partido, muito menos os Açores, ganharão o que quer que seja com isso.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Os Senhores Secretários Regionais tiveram já a oportunidade de expor as políticas sectoriais que integram ordenadamente estes documentos de planeamento.

O Orçamento e os Planos propostos, em conjunto com algumas das modificações que entendemos como contributos positivos, consagram, não obstante as condicionantes da anterior política e os compromissos plurianuais herdados, bons instrumentos para a mudança tranquila do projecto da Nova Autonomia.

Nestas perspectiva e na sua execução, vamos procurar realizar as orientações que propusemos ao eleitorado, contando, para o efeito, com a boa colaboração do Governo da República, com quem temos vindo a partilhar as nossas dificuldades, com uma relação mais produtiva com as nossas comunidades emigradas, e com a União Europeia, no seio da qual temos desenvolvido os melhores esforços para garantir a continuidade do seu apoio aos Açores.

O nosso grande desafio interno, ultrapassados os constrangimentos antidemocráticos do passado, centra-se agora numa estratégia de desenvolvimento da economia regional, criadora de emprego, competitiva e sustentável, e numa política social qualificadora dos recursos humanos e garante do rendimento e condições de vida mínimas de todos os açorianos.

Foi este salto para a frente - para não ficarmos para trás! - que anunciamos ser capazes de empreender, e que sentimos que vamos, de agora em diante, conseguir. Com rigor. Com consciência e com a humildade de quem não se julga o dono exclusivo da verdade. Com muita esperança.

Por isso, vamos cumprir. Vamos vencer. Vamos todos vencer, se todos quiserem trabalhar para esse fim.

Muito obrigado!

(Aplausos de pé das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, a fase seguinte dos nossos trabalhos, como sabem, é a votação dos documentos que foram discutidos e cuja discussão terminou neste momento.

Em todo o caso, como se trata duma votação complexa e feita pela primeira vez nesta Casa, há partidos que ainda têm ajustamentos a fazer nas suas votações. Por isso, solicitaram-me uma interrupção de 45 minutos, retomando os nossos trabalhos às 19,00 horas.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 18,15 horas)

Presidente: Estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 19, 25 horas)

Pedia aos Srs. Deputados que retomassem os seus lugares para passarmos à fase final da apreciação destes diplomas que estivemos debatendo ao longo destes três dias, ou seja, à sua votação. Essa votação será feita pela ordem que consta da ordem do dia, ou seja, em primeiro lugar a Proposta de Resolução sobre o Plano de Médio Prazo, seguindo-se a Proposta de Resolução sobre o Plano para 1997 e finalmente a Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Orçamento para Região Autónoma dos Açores, referente ao ano de 1997.

Cada um destes documentos será votado, na generalidade, na especialidade e será objecto de uma votação final global, tal como manda o Regimento, se chegarem a esse ponto.

Quero também chamar a atenção para o facto de que não há discussão. Esse período está definitivamente encerrado. Há apenas a possibilidade de declarações de voto ou a possibilidade de solicitar à Mesa esclarecimentos sobre o processo referente à votação. É o que está regimentalmente previsto.

Assim sendo, vamos começar a nossa votação, exactamente, pelo Plano a Médio Prazo.

Agradeço às pessoas que não são deputados que saiam da sala.

Vamos passar à votação, na generalidade, da Proposta de Resolução sobre o Plano de Médio Prazo 1997/2000.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com a Proposta de Resolução sobre o Plano a Médio Prazo 1997/2000, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputado que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução sobre o Plano a Médio Prazo 1997/2000 foi rejeitada com 24 votos contra do PSD, 3 votos contra do PP, tendo recebido 24 votos favoráveis do PS e 1 voto favorável do PCP.

Presidente: Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS votou favoravelmente o Plano a Médio Prazo 1997/2000, por considerar que se trata de um documento que consubstancia os objectivos programáticos do Programa do Governo.

Para além disso, estamos conscientes que este documento constitui um importante quadro de referência indispensável à confiança dos agentes económicos e à estabilidade do mercado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão(PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos que seria fundamental para a economia desta Região e para o próprio desenvolvimento a nível infraestrutural que, a partir deste momento, o Governo pudesse ter uma programação dos próximos anos.

Por isso, e tendo em atenção, exactamente, a necessidade desse documento importante, votámos favoravelmente a proposta do Plano a Médio Prazo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma declaração de voto.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular, tal como tinha anunciado na intervenção final do debate, votou contra o Plano de Médio Prazo com base nos fundamentos que desde Fevereiro tem vindo a apresentar ao Povo dos Açores e a este Parlamento.

O nosso entendimento é de que a aprovação deste diploma, isso sim, poderia constituir junto dos parceiros sociais e de todos aqueles que podiam estar interessados no mesmo, como documento meramente indicativo, como ainda há pouco aqui foi referido, poderia ser um elemento que viesse introduzir falsas expectativas ou expectativas irreais.

Por conseguinte, e até que não esteja criado um quadro financeiro de suporte, minimamente realista, é nosso entendimento de que a Região beneficia do facto de não ter um documento sem fundamento, como seria o caso.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Como o PSD, quem impôs esta importante derrota ao Governo Regional dos Açores foram também os parceiros sociais, ...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Não apoiado! Nem pensar!

O Orador: ... os sindicatos, os empresários, no fundo a sociedade civil açoriana, através dos pareceres que enviou, formalmente, a esta Assembleia e através do diálogo que o PSD manteve, deu um não rotundo a este Plano de Médio Prazo, apresentado pelo Governo do Partido Socialista.

Mais importante do que ter um Plano de Médio Prazo é ter um bom Plano de Médio Prazo e este não correspondia aos anseios dos açorianos. Por isso o nosso voto contra.

Mas, como é importante para o Governo e para os açorianos haver um Plano de Médio Prazo, o PSD apresentará uma Proposta de Resolução, de acordo com a qual cabe ao Governo Regional apresentar um novo Plano de Médio Prazo, o mais tardar quando apresentar o Plano para 1998.

Votámos em consciência. Votámos ao lado do povo. Prestámos um bom serviço.

O Governo que corrija o seu rumo e terá condições para governar, diferentes daquelas com as quais agora se confronta.

O PSD não aceitará, nesta como em nenhuma matéria, a chantagem política do Governo, perante esta Assembleia. É a Assembleia que fiscaliza o Governo. É o Governo que deve conquistar a estabilidade governativa. Não o conseguiu. Tem mais uma oportunidade.

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar à votação do segundo documento que temos em apreciação, ou seja, o Plano da Região Autónoma dos Açores para 1997. Vamos votá-lo também na generalidade, na especialidade e em votação final global. Vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com a Proposta do Plano da Região Autónoma dos Açores para 1997, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentarem.

Secretário (Guilherme Pinto): O Plano da Região Autónoma dos Açores, para o ano de 1997, foi aprovado na generalidade com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Quem é que foi derrotado agora?!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Partido Popular votou favoravelmente, nesta primeira votação na generalidade, para permitir que o documento possa ser discutido na especialidade, na qual pretendemos introduzir um conjunto de alterações que esperamos venham a melhorar esse próprio documento. Isto vem, aliás, na linha daquilo que já tinha declarado anteriormente.

Gostaríamos aqui de registar que faz muito pouco sentido, a partir do momento que se vota contra nesta primeira votação, apresentar propostas de alteração, a não ser que seja indicativo de má fé.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Aproveita agora o líder do Partido Popular e Deputado José António Monjardino para fazer as críticas que se calhar deveria fazê-las a si próprio, sobre o acordo que tentou fazer com o Partido Socialista para viabilizar o Plano a Médio Prazo.

Não é má fé. Nós votámos contra a estratégia do PS para 1997, mas achamos que podemos dar exemplos de como é possível governar melhor...

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Jorge Valadão (PSD): O PS no ano passado também apresentou propostas de alteração e votou contra!

O Orador: ... e vamos dá-los com propostas de alteração. Pelo menos não tentamos viabilizar aquilo que não acreditamos, ao contrário do Partido Popular.

O Partido Social Democrata tem uma posição construtiva e demonstrou-o no debate. Agora a partir do momento em que o Governo governa contra o PSD, quer marginalizar o PSD e tem uma estratégia que não é a nossa, nós votámos contra na generalidade e na especialidade vamos votar em consciência...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Em consciência e com irresponsabilidade! Que figura triste!

O Orador: ... de acordo com as virtudes de cada proposta em concreto.

Ficou explicado e já devia ter sido entendido, mas fica mais uma vez a justificação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para uma declaração de voto.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS votou favoravelmente este documento porque está de acordo com ele, como foi amplamente referido, ao longo do debate, por esta bancada. Registamos a incongruência do PSD...

Deputado Jorge Valadão (PSD): Igual à do passado do PS!

O Orador: ... perante esta vitória do Governo do Partido Socialista. Incongruência que resulta também naquilo que está a acontecer ao PSD, que é a marginalização e o isolacionismo na sociedade portuguesa e nesta Assembleia.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós, e de acordo com as declarações que fizemos durante o debate destes documentos, votámos favoravelmente atendendo a aspectos positivos deste Plano, mas também porque consideramos fundamental a sua existência.

Este entendimento é também no pressuposto de existirem propostas que apresentámos e que possam ser votadas e, estamos convencidos, com possibilidades de serem aprovadas.

Para nós é fundamental a aprovação das nossas propostas, porque são de pormenor e porque também, em nosso entender, as propostas sobre estes documentos não podiam desfigurar o sentido e a vontade dos seus autores.

Presidente: Vamos passar às votação na especialidade.

Quero chamar a atenção para o facto de que vamos fazer esta votação com base em duas regras básicas que resultam, por um lado de disposições regimentais e por outro daquilo que ficou acordado em conferência de líderes.

Essas disposições são as seguintes:

Vamos votar, começando pelos programas que têm propostas de alteração, mas seguindo a sequência dos programas, ou seja, começamos pelo Programa 1, 2 e 3 e assim sucessivamente até ao fim da votação na especialidade.

Ficou entendido também, e de acordo com uma disposição do Regimento, que a votação seria feita pela ordem da entrada, exceptuando apenas aqueles casos em que haja coincidência total em propostas que tenham entrado em tempos diferentes.

Ficou também acordado que se dessas regras resultar a necessidade de uma interpretação posterior da vontade da Assembleia, essa vontade será possivelmente objecto de declarações de voto e ficará sujeita a interpretação da Comissão que fará a redacção final desses documentos, ou seja, a Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Vamos então, passar à votação.

Para o Programa 1 temos uma proposta de alteração do Partido Popular, que é a que entrou em primeiro lugar, para o Projecto 1.1 sobre as infraestruturas agrícolas e que propõe um aumento da dotação de 260 mil contos para abastecimento de água, caminhos agrícolas e electrificação agrícola.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, apresentada pelo PP, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de registar aqui esta alteração importante ao Plano, que vem ao encontro das legítimas aspirações dos lavradores da Ilha de S. Miguel, círculo que me elegeu.

Fizemos esta proposta no sentido de transformar este documento mais explícito, relativamente ao esforço que era necessário fazer em relação às infraestruturas de apoio à actividade agrícola e, por conseguinte, às pessoas que dão o seu melhor e que contribuem para a riqueza desta Região.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD absteve-se na votação da presente proposta, porque esta não traduz o compromisso aqui anunciado pelo Partido Popular para com os agricultores micalenses.

Os então anunciados 260 mil contos para os caminhos agrícolas de S. Miguel, são afinal 200 mil contos para as nove ilhas e os restantes 60 mil contos para abastecimento de água e electrificação agrícola de toda a Região.

O PSD entendeu propor então a afectação de 10 mil contos ao abastecimento de água a Santa Maria e de 290 mil contos para os caminhos agrícolas de S. Miguel, porque considera, aí sim, esta verba fundamental para a execução destas vias em todos os

perímetros de ordenamento agrário da ilha, adequando a resolução deste problema à sua dimensão.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votámos favoravelmente esta proposta de alteração, porque responde às posições do Governo e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no sentido de reforçar os projectos referentes a caminhos agrícolas, abastecimento de água e energia à lavoura. Por outro lado, corresponde igualmente às preocupações que nos foram colocadas pela Associação Agrícola de S. Miguel na reunião de trabalho que tivemos na passada semana.

Julgamos assim, termos prestado um contributo essencial na melhoria das estruturas de apoio à agricultura micaelense.

Presidente: Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nós consideramos que é importante este reforço das verbas do programa da agricultura e daí, no nosso voto favorável.

Presidente: Ainda dentro do Programa 1, vamos passar à votação da proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para o Projecto 1.2 - Sanidade Animal e Vegetal, e que consiste na redução da verba de 48 mil contos e que passará a estar afecta ao Programa 17.

Os Srs. Deputados que concordam que esta proposta de alteração, apresentada pelo PS, para o Projecto 1.2, fazem o favor de se manterem como se encontram.

O Sr. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O PSD tinha razão. O Governo apresentou uma justificação falsa para a origem da verbas do IRICTA.

O PSD votou contra o primeiro exemplo de uma proposta de alteração do PS que apenas cinge corrigir um erro já assumido.

As reduções são ridículas. Não passam de retoques enganosos. Grande parte das verbas para investigação está ainda dispersa pelos vários programas.

Continuamos sem saber para onde vai, na verdade, o dinheiro do IRICTA.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Para onde é que há-de ir?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apresentámos e votámos favoravelmente esta proposta, porque ao longo dos debates dos documentos sempre afirmámos que iríamos apresentar uma desafectação de verbas que se encontravam previstas no Programa 17 - Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica - e que exigiam obrigatoriamente, na nossa opinião, uma reformulação da distribuição das verbas.

Noutros Programas ainda existem verbas, porque há pagamentos que têm que ser feitos de imediato e por isso mesmo estão nesses programas.

Como viram na nossa proposta de desagregação do PMP, todas elas foram retiradas para os anos seguintes.

Presidente: Vamos passar à votação das proposta de alteração apresentada, para este programa, pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A proposta de alteração, no caso em concreto, incide sobre o Projecto 1.1 - Infraestruturas Agrícolas, e consiste no aumento duma verba de 300 mil contos, 290 dos quais para caminhos agrícolas em S. Miguel e 10 mil contos para abastecimento de água em Santa Maria.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 24 votos contra do PS e 3 do PP, tendo recebido 24 votos favoráveis do PSD e 1 do PCP.

Presidente: Parecendo não haver declarações de voto, vamos passar à votação da proposta de alteração, para este Programa, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, e que se refere ao Projecto 1.4, com a qual pretende um aumento de 50 mil contos destinados a apoiar produtores de leite espoliados do pagamento de fornecimentos a empresas em crise.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, apresentada pelo PCP, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos favoráveis do PS e 1 do PCP, 24 abstenções do PSD e 3 votos contra do PP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida para uma declaração de voto.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Apenas para dizer que o Grupo Parlamentar do PSD absteve-se na votação da presente proposta, embora entenda compreensível o objectivo da proposta de alteração, porque considera os 50 mil contos insuficientes para satisfazerem as necessidades da Região, nesta matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

A nossa postura nesta proposta, e foi conscientemente que o fizemos, resume-se num dito popular: "antes pouco do que nada".

Efectivamente aceitamos, com esta aprovação, ter-se conseguido um pouco, o que não compreendemos é aqueles que passam a vida a falar sobre a necessidade de, efectivamente, resolver os problemas das empresas em crise, e aqui votam contra a resolução de alguns problemas de algumas empresas.

Nós demos um contributo para a resolução do problema de algumas empresas privadas em crise. Esperemos que o Governo cumpra aquilo que acabou aqui de ser aprovado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para uma declaração de voto.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O PS ao votar favoravelmente esta proposta, tem em mente os lavradores que neste momento passam grandes dificuldades, porque estão já há meses e meses sem receber qualquer importância do leite e o leite para um agricultor é o seu salário ao fim do mês.

Foi com este pressuposto que nós votámos favoravelmente esta proposta e lamentamos não podermos ir mais longe.

Presidente: Vamos passar à votação do Programa 2 e vamos fazê-lo tendo em conta, em primeiro lugar, uma proposta de alteração, apresentada pelo PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão, segundo creio, para interpelar a Mesa.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Para fazer uma interpelação à Mesa

Presidente: Faça o favor.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, é para chamar a atenção de que nós já votámos as diversas alterações a alguns projectos do Programa 1 e, antes de passarmos para o Programa 2, teríamos que votar o Programa 1 na parte não alterada.

Presidente: Tem toda a razão Sr. Deputado. Desculpem este lapso.

Vamos então votar agora o Programa 1 na parte em que ele não foi alterado, ou seja, de acordo com a proposta provinda do Governo.

Os Srs. Deputado que concordam com esta parte do Programa 1 não sujeita a alteração, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 1, na parte não alterada, foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Não havendo declarações de voto, vamos passar à votação do Programa 2, tendo em conta a proposta de alteração apresentada pelo PCP para o Projecto 2.1,

em que é incluída uma nova acção designada por: "Início da construção do Matadouro das Flores".

Os Srs. Deputados que concordam com esta alteração proposta pelo PCP, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS e 1 do PCP, 3 votos contra do PP e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós pensamos ter sido positivo a aprovação desta proposta, para ficar perfeitamente claro que o matadouro das Flores tem que se iniciar em 1997.

Dissemos ali, daquela tribuna, numa intervenção, que o Governo, que ali está tem obrigação de respeitar determinadas verbas utilizadas pelo Governo anterior.

Há uma verba muito importante em relação ao matadouro da Flores que já foi gasta, mais concretamente no seu projecto. Foi uma verba que foi comprometida pelo Governo anterior.

Por isso mesmo, penso que, pela necessidade da obra e também pelo respeito à coisa pública, é fundamental que esta obra, de facto, se inicie, uma vez que já foi gasto dinheiro e aquele Governo tem de respeitar os compromissos do Governo anterior.

Presidente: Vamos passar à votação do Programa 2, na parte não alterada por nenhuma proposta.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 2, na parte respeitante ao projectos e acções que não são alteradas por nenhuma proposta, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam fazem o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 2, na parte não alterada, foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 3 - Diversificação da Base Económica.

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa, para o qual não há propostas de alteração, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra fazem o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 3 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos passar à votação do Programa 4 - Desenvolvimento Florestal.

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa 4, tal como consta da proposta apresentada pelo Governo, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam fazem o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 4 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos passar à votação do Programa 5, para o qual existe várias propostas de alteração dos diversos partidos.

Começamos pelas propostas apresentadas pelo Partido Popular para os Projectos 5.1 e 5.2. Para o Projecto 5.1 o PP propõe uma redução de 47 mil contos e para o Projecto 5.2 propõe um aumento de 47 mil contos destinados à adaptação do Saco do Porto de Ponta Delgada.

Sr. Deputado Jorge Valadão pretende usar da palavra para?

Deputado Jorge Valadão (PSD): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Relativamente a essa proposta de alteração ao Programa 5, julgo que ficou acordado na conferência de líderes que a votação das propostas de alteração do PP e do PSD, relativamente ao Projecto 5.1, e uma vez que são idênticas, seriam feitas em conjunto. Era só para chamar a atenção.

Presidente: Repetindo a observação feita pelo Sr. Deputado, em relação ao Projecto 5.1 há uma proposta idêntica apresentada pelo PSD e por ser idêntica será votada em conjunto.

Vamos votar as propostas de alteração do PP aos Projectos 5.1 e 5.2, tendo em conta que simultaneamente se vota a proposta do PSD relativa ao Projecto 5.1, uma vez que é idêntica.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para interpelar a Mesa.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Eu queria pedir que se votasse cada projecto por si, porque são projectos diferentes e temos posição diferente relativamente a cada um dos projectos.

Presidente: Assim sendo, vamos votar o Projecto 5.1 de acordo com as duas propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com estas propostas de alteração ao Projecto 5.1, apresentadas pelo PP e pelo PSD, fazem o favor de se manterem como se encontram.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração foram aprovadas com 24 votos a favor do PS, 24 do PSD e 3 do PP, e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Propõe-se a redução de verbas no Projecto 5.1 e nós, pela nossa parte, não estamos de acordo que se reduza concretamente este projecto em relação ao ano em curso e daí termos votado contra. Para nós é fundamental garantir a inspecção, a investigação e a experimentação nestas áreas e pensamos que, com a retirada desta verba, isso pode estar em causa.

Presidente: Passamos agora à votação do Projecto 5.2, de acordo com a proposta de alteração do PP.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao Projecto 5.2, foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votámos favoravelmente estas duas propostas de alteração porque já haviam merecido o nosso acordo e correspondem à posição do PS e do Governo, ao encontrar uma solução adequada para uma área de pescas no Saco do Porto de Ponta Delgada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa para uma declaração de voto.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

A posição do meu partido sobre esta matéria já ficou suficientemente clara pela disposição anterior. Só queria chamar a atenção da Câmara para o facto do Partido Socialista ter acabado de aprovar uma proposta que diz respeito ao arranjo do Saco do Porto de Ponta Delgada que, curiosamente, não coincide com a proposta aqui feita pelo Sr. Secretário Regional da Economia durante a sua exposição.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O Partido Popular vê com prazer esta proposta aprovada, porque representa um avanço importante para a melhoria das condições de trabalho dos pescadores da Ilha de S. Miguel, nomeadamente através do arranque do projecto, há muito almejado, para a melhoria de trabalho dessa classe económica e que muita riqueza traz a esta Região.

Presidente: Ainda dentro do Programa 5 temos uma proposta de alteração do PP que diz respeito ao Projecto 5.2 - Estruturas portuárias, que prevê um aumento da verba de 100 mil contos, tendo em vista o rápido arranque das obras do novo Porto de Rabo de Peixe.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração fazem o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O reforço de 100 mil contos visa o rápido arranque nas obras do novo Porto de Rabo de Peixe, correspondendo também a uma aspiração e solicitação dos pescadores daquela que é a maior freguesia piscatória dos Açores.

Entende assim o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que é imperioso e necessário iniciar-se e concluir-se, o mais rápido possível, as obras do porto, por forma a que os pescadores de Rabo de Peixe vejam, finalmente, ao fim de 20 anos de autonomia, satisfeita uma velha aspiração.

Presidente: Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento e a promoção social da população de Rabo de Peixe depende essencialmente do investimento que se fizer no sector das pescas.

São estas as razões que levaram a que o anterior governo do PSD tivesse já adjudicado o Porto de Rabo de Peixe e a que Câmara Municipal da Ribeira Grande esteja determinada a criar uma escola de pescas naquela freguesia.

Esta proposta de alteração vem agora repor o verdadeiro projecto de desenvolvimento para Rabo de Peixe. Por isso, o PSD, consciente e responsabilmente, votou a favor da proposta de alteração ao Programa 5.

Presidente: Vamos continuar com a votação com uma proposta de alteração do PSD para o Projecto 5.2 que visa a afectação de 30 mil contos da dotação não desagregada ao Porto de Pescas da Praia da Graciosa.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração fazem o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração, ainda para este Projecto 5.2, provinda da Representação Parlamentar do PCP que propõe uma nova acção para este projecto, ou seja, proceder ao estudo e elaboração do projecto de um novo entreposto frigorífico para apoio às pescas no porto das Lajes das Flores.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS e 1 do PCP, 3 votos contra do PP e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Consideramos que é fundamental, como já o dissemos também na tribuna, que se avance no entreposto frigorífico nas Ilha das Flores, dadas as condições sociais e financeiras daquela ilha e deste sector. Por isso entendemos ter sido positiva a aprovação desta proposta.

Presidente: Com esta votação fica aprovado o Programa 5, uma vez que ele só tem 2 projectos que foram objecto de alteração e que nós já aprovámos.

Portanto, este Programa ficou aprovado, salvo melhor interpretação de juristas mais avalizados e sobretudo mais creditados.

(Risos da Câmara)

Tem a palavra, para uma interpelação à Mesa, o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, julgo que era necessário fazermos a votação do Programa 5, nas partes que não foram objecto de alteração.

Presidente: Talvez seja mais razoável.

Assim sendo, vamos votar o Programa 5 - Estruturas de Apoio à Actividade da Pesca que não foram objecto de nenhuma alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta original do Governo fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos passar à votação do Programa 6, para o qual há uma proposta de alteração do PSD, para o Projecto 6.1, que propõe um acréscimo de 100 mil contos para a frota de pesca.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração do PSD fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 24 votos contra do PS e 3 do PP, tendo recebido 24 votos a favor do PSD e 1 do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PSD acaba de propor uma alteração que visava reforçar os incentivos à reconversão da frota de pesca.

O Programa 6 está insuficientemente dotado para um sector fundamental, onde dispomos de recursos próprios e que até há bem poucos anos foi considerado, pelo PS, como o sector prioritário a desenvolver.

Considera o PSD que o número de novas embarcações da pesca artesanal a construir fica muito aquém daquilo que deveria ser para uma eficaz reconversão da frota de pesca.

Finalmente o PSD não pode concordar que se pretenda renovar diminuindo, ou seja, à custa da renovação se diminua as embarcações. É o que se passa com as embarcações de maior tonelagem, que tem maior autonomia para a pesca em zonas mais longínquas da costa e justamente este Programa e este Plano prevê um maior número de abates do que novas construções.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nós votámos favoravelmente esta proposta, aliás, em coerência com intervenções que fizemos ao longo do debate, porque pensamos ser fundamental maiores apoios à reconversão da nossa pesca artesanal.

Dado que esta proposta de alteração vinha nesse sentido, daí o nosso voto favorável.

Presidente: Vamos passar à votação do Programa 6 na sua versão original.

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa na sua redacção original fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 6 na parte não alterada, foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Continuando com a nossa votação, passamos ao Programa 7 - Desenvolvimento do Turismo, para o qual temos várias propostas de alteração.

Começamos pela proposta de alteração do PP que prevê uma alteração para o Projecto 7.2, propondo uma intervenção na Estalagem da Serreta com vista a uma reabilitação mínima de infraestruturas, em ordem à sua entrega à iniciativa privada, propondo uma verba de 15.000 contos.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, apresentada pelo Partido Popular, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 24 do PSD e 3 do PP, e 1 voto de abstenção do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Abstivemo-nos nesta proposta porque ela deixa-nos algumas dúvidas. Temos algumas dúvidas, pelo facto de se utilizar os dinheiros públicos para depois, em nosso entender impreciso, entregar esta estalagem de acordo com a proposta. Daí a nossa abstenção.

Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O nosso acordo a esta proposta de alteração está consonante com as posições do Governo e do Partido Socialista sobre as privatizações e alienações das participações da Região.

Entendemos que é necessário preparar, com toda a segurança, estes processos de alienação, para a iniciativa privada, das participações da nossa Região. Nós entendemos que, onde se lê "entrega", se deve ler "alienação".

Deputado Paulo Valadão (PCP): Qual é a alienação e qual é a entrega?!

Presidente: Esta é uma questão para a Comissão de redacção ter em conta.

Não havendo mais declarações de voto, vamos continuar com a nossa votação, ainda dentro do Programa 7, sobre uma proposta de alteração apresentada pela Representação Parlamentar do PCP, para o Projecto 7.2, que prevê obras na Siturflor - Conclusão das obras desta infraestrutura.

Os Srs. Deputados que concordam com esta alteração proposta pela Representação Parlamentar do PCP, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS e 1 do PCP, 3 votos contra do PP e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós pensamos ser importante que as obras na Siturflor se concluam este ano e isso, em nosso entender, não estava explícito no Plano.

Aliás, estamos convencidos que muitas pessoas não compreenderão como é que há alguém que possa estar em desacordo que, efectivamente, se conclua a Siturflor, na Ilha das Flores.

É, de facto, uma situação que fica no ar e um convite para que saibamos porque é que se pode estar contra esta realidade que já devia ter terminado. Pensamos que é muito importante que termine este ano.

Presidente: Vamos passar à votação do Programa 7, sobre os projectos e acções que não foram objecto de propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com os projectos e acções do Programa 7 que não foram objecto de alteração, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 7 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Não havendo declarações de voto, vamos passar à votação do Programa 8, começando por uma proposta de alteração do PSD para o Projecto 8.1, que prevê um aumento de 300.000 contos ao Sistema de Apoio do Investimento Privado.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração para o Projecto 8.1, apresentada pelo PSD, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 24 votos contra do PS e 3 do PP, 1 abstenção do PCP e 24 votos a favor do PSD.

Presidente: Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós abstivemo-nos na votação desta proposta, dado que temos algumas dúvidas em relação ao reforço de verba que aqui era proposta.

Presidente: Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Nós não concordamos que o turismo seja considerado um sector complementar na economia açoriana. O Governo já provou, por palavras e por actos, que não

compreendeu que este sector pode absorver muito do desemprego existente e aquele que se for gerando por força da evolução da economia açoriana.

Este Governo tem tido, no seu curto tempo de vida, uma prática desencorajadora da iniciativa privada nas áreas da oferta em alojamento, animação e promoção. Por isso, propusemos um substancial reforço das verbas para os incentivos à iniciativa privada, uma vez que as nossas convicções, relativas a este sector, são diferentes da deste Governo.

Depois desta votação, as verbas para este Programa evidenciam-se no meio milhão de contos.

Agora, para quem enche a boca, a cada dia que passa, com a iniciativa privada e com a necessidade de apoios à iniciativa privada também na área do turismo, esta votação do PP foi evidente.

Presidente: Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O que parece evidente é a contradição absoluta em que o Partido Social Democrata se encontra em todo este processo de votação do Plano para 1997.

O Partido Popular referiu nas suas intervenções e apresentou logo no segundo dia de debates um bloco de propostas de alteração ao Plano e Orçamento para 1997.

Fê-lo numa forma internamente coerente e equilibrada com um conjunto de reduções ao nível das despesas de funcionamento, libertando um conjunto de verbas consideradas necessárias ao nível de alguns investimentos previstos no Plano e deste conjunto aplicou, coerentemente, na sua óptica, em novos projectos.

Portanto, temos e tínhamos perfeita consciência de que não seria razoável, pela nossa parte, contribuirmos para uma pulverização de propostas avulso que não têm nenhum objectivo global, mas visam apenas ter alguma participação no meio deste processo. É isso que tem acontecido a algumas das propostas que aqui têm aparecido e em relação às quais entendemos que não devemos dar qualquer suporte.

O mesmo se passa em relação a algumas propostas avulsas aqui apresentadas pelo representante da bancada do Partido Comunista e para as quais tem tido o apoio na sua viabilização do Governo e do Partido Socialista. Isso é responsabilidade, neste

caso, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista mas, na nossa perspectiva, devem merecer o voto do Partido Popular, exactamente para não sermos corresponsáveis num produto que possa ter alguma descaracterização.

Somos responsáveis pelo bloco amplo de propostas fundamentadamente por nós apresentado.

Esta declaração serve, Sr. Presidente, não só para a matéria que acabámos de votar - como já todos repararam -, mas também serve para enquadrar o que tem sido a postura do Partido Popular em todo este conjunto de votações e, por conseguinte, retira aqui alguns equívocos que ficaram traduzidos nalgumas declarações de voto anteriormente produzidas por outros representantes partidários.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 8 na sua versão original.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 8, na sua versão original, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 8 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos passar à votação do Programa 9 sobre o Desenvolvimento Industrial, para o qual existem duas propostas de alteração, sendo uma do PS e outra do PSD.

Passamos, em primeiro lugar, a votar a proposta de alteração do PS ao Projecto 9.1 que consiste na redução de acções no domínio tecnológico que passam a estar integradas no Programa 17 e uma alteração para o Projecto 9.2 sobre a redução das verbas em 15 mil contos, referentes à acção e desenvolvimento de processos, que integram o Programa 17 - Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica.

Os Srs. Deputados que concordam com estas propostas de alteração apresentadas pelo PS, para o Programa 9, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração foram aprovadas com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aqui está outro Programa onde, efectivamente, fizemos uma desagregação de verbas, porque consideramos que elas estavam incluídas no Programa 17 que trata do desenvolvimento da actividade científica e tecnológica e, como sempre afirmámos, não deviam estar neste Programa, mas sim no Programa 17.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta de alteração apresentada pelo PSD, que consiste na inclusão de um novo projecto, o Projecto 9.4 - Apoio ao INOVA, dotado com 23.221 contos.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração apresentada pelo PSD, fazem o favor de manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 24 votos contra do PS e 3 do PP, tendo obtido 24 votos a favor do PSD e 1 do PCP.

Presidente: Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Humberto Melo.

Deputado Humberto Melo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PSD propôs a criação de um projecto específico de apoio ao INOVA por considerar este instituto um instrumento privilegiado na área da inovação e da tecnologia, como suporte ao desenvolvimento industrial.

O INOVA agrega, para além da própria Região, a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, a Universidade, como parceiro científico, e o INET que é a maior e mais prestigiada instituição nacional no domínio da tecnologia industrial. É hoje, aliás, uma entidade credível e com provas dadas.

Seria mais proveitoso para os Açores, na óptica do PSD, prosseguir no caminho de potenciar e valorizar o INOVA, dotando-o de meios adequados, em vez de criar novos serviços de carácter público, que à partida acarretam novas despesas e que, em nosso entender, seriam desnecessárias.

Presidente: Vamos passar à votação do Programa 9, de acordo com a sua redacção original.

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa 9, na sua redacção original, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 9 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos passar à votação do Programa 10 - Desenvolvimento do Comércio e Exportação, para o qual não há propostas de alteração.

Assim sendo, votamos o Programa 10 na proposta inicial do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 10, tal como consta da redacção inicial, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 10 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 11, para o qual existem duas propostas de alteração, sendo uma do PP e outra do PSD.

Começamos pela proposta de alteração apresentada pelo PP que consiste num reforço financeiro de 200.000 contos para o Projecto 11.1 - Apoio financeiro ao investimento privado.

Os Srs. Deputados que concordam com esta alteração proposta pelo PP, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração do PSD para o Projecto 11.1 - Apoio financeiro ao investimento privado, que prevê um aumento de 400.000 contos.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração apresentada pelo PSD, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 24 votos contra do PS e 3 do PP, tendo recebido 24 votos a favor do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta Assembleia acabou de aprovar uma proposta de alteração avulsa e acabou de rejeitar uma outra proposta de alteração também avulsa, segundo a filosofia já aqui expandida nesta Casa. São tão avulsas como a do Programa 8, de há uns momentos atrás. Mas, as propostas avulsas do PSD são feitas com coerência.

Não foi o PSD que andou a dizer que as despesas correntes eram exageradíssimas e depois faz cortes tímidos nas despesas correntes. Não foi o PSD que, em tudo o que era sítio, andou a falar mal do IRICTA e depois mantém o IRICTA como Programa e com verbas a ele adstritas.

Portanto, as nossas propostas são avulsas, mas coerentes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma declaração de voto.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com o devido respeito, essa proposta do PSD nem devia ter sido votada e digo-o agora porque, e compreendo o ritmo que nós estamos, se esta Assembleia tinha acabado de votar uma proposta do Partido Popular em que se reforçava a verba de apoio ao SIRALA em 200.000 contos, não faz nenhuma lógica aprovar uma proposta que é uma imitação da proposta do Partido Popular, mas uma imitação de má qualidade...

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

... como são todas as imitações. Aliás, qualquer observador médio...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Percebe isso?!

O Orador: ...percebe que, para além do papel, pouco claro, que o Partido Social Democrata vem aqui fazer, o que fez de mais claro foi imitar o que o Partido Popular apresentou há 72 ou 94 horas atrás.

Convenhamos que, para quem quis dar exemplos ao povo dos Açores, de como era possível governar melhor, os melhores exemplos que deu foram aqueles que o PP já apresentou desde Sexta-Feira de manhã. Isso dá-nos muita tranquilidade.

É interessante chamar aqui, para tentar encontrar alguma incoerência no Partido Popular, a questão do IRICTA e o facto do PP ter feito críticas e manter o IRICTA. O Partido Popular não manteve IRICTA nenhum e, que eu saiba, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores não manteve também nenhum IRICTA. Aprovou um Programa sobre ciência e tecnologia. O IRICTA, todos nós já sabemos e o Sr. Presidente do Governo já o anunciou, eventualmente virá um dia a esta Casa e nessa altura apurar-se-á a vontade deste Parlamento.

Temos que ter algum rigor naquilo que afirmamos.

Quanto aos cortes, como veremos a seguir no Orçamento, as propostas do Partido Popular são coerentes, porque ao nível de despesas que propõe, fez corresponder o nível de cortes e veremos adiante que o PP cortou o máximo que, pelos vistos, era possível cortar. Propõe que se faça crescer zero em tudo aquilo que são despesas correntes e não têm componente salarial. Era o máximo que se podia fazer.

Por conseguinte, estamos tranquilamente apoiando o nosso pacote de propostas que, no caso em apreço, é complementar ao pacote de propostas do Partido Socialista e é preciso dizer claramente que, e temos que o reconhecer aqui, houve uma preocupação de não repetir nenhuma das propostas que o Partido Popular apresentou aqui Sexta-Feira de manhã.

(Risos do PSD)

Isso perturba muita gente, mas há formas de trabalhar.

Nós registamos a atenção que o Partido Socialista teve, e isso tem que ser dito, em não fazer nenhuma proposta igual àquelas que o Partido Popular tinha publicamente anunciado e eu não acredito que o Partido Socialista não pudesse ter ideias próprias e divergentes, relativamente a esta matéria que aqui votamos.

Agora, o que é triste é o papel que o Partido Social Democrata, depois destes vinte anos de papel histórico na Região Autónoma dos Açores, está a fazer.

Presidente: Vamos continuar com as nossas votações, votando o Programa 11 - Sistemas Complementares de Incentivos, de acordo com a sua redacção original.

Os Srs. Deputados que concordam com a redacção original do Programa 11, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 11 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 12, para o qual existem duas propostas de alteração, respectivamente do Partido Popular e do Partido Social Democrata.

Vamos começar pela proposta apresenta pelo Partido Popular que prevê uma alteração para o Projecto 12.2 - Reabilitação de Estradas Regionais, com uma dotação aumentada de 200.000 contos para reabilitação e pavimentação da Estrada Regional 6-2ª, S. Carlos/S. Bartolomeu e para a repavimentação de troços danificados da Estrada Transversal das Flores, Matosa/Ramal da Fajã Grande/Lajes.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada pelo Partido Popular, foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Embora, em nosso entender, esta proposta tenha apenas uns pormenores de pouco significado, na medida em procura precisar o destino de 30.000 contos para a Terceira e 20.000 contos para as Flores, nós votámos favoravelmente.

E, nós dizemos isto porque em relação aos 250.000 contos não desagregados, não acreditamos que isto existisse só por existir.

Mesmo assim, e tendo em atenção a pouca importância desta proposta, entendemos que valia a pena votar favoravelmente, como vamos votar também favoravelmente a

proposta que vem a seguir do PSD em relação a esta matéria e que também, em nosso entender, precisa de algumas verbas para as diversas ilhas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O nosso voto correspondeu à concretização do Programa do Governo, embora se deva dizer que o parque de máquinas é fundamental em momentos de crise, como se provou no caso da Povoação e no caso das Flores, e também porque, nessa área, se recorreu a empresas privadas e é necessário pagar-lhes os serviços prestados, que são pagos com verbas deste Programa.

Por isso, votámos favoravelmente esta proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino para uma declaração de voto.

Deputados José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Neste Programa estão incluídas várias movimentações de verbas, inclusivamente a redução do investimento do parque de máquinas.

É entendimento do Partido Popular, e já vem de longa data que, partindo do princípio que a maioria dessas verbas estavam destinadas às ilhas maiores, nomeadamente S. Miguel e Terceira, em que existem, de facto, empreiteiros e entidades privadas com esse tipo de equipamentos, seria uma das formas de ajudar mais essas empresas recorrendo aos seus serviços e não aumentando o já gigantesco parque de máquinas que, infelizmente, no passado existiu e que não se pode extinguir, mas podemos pedir - e o PS concordou - o temperar o crescimento do mesmo.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta de alteração apresentada pelo PSD, que consiste numa alteração ao Projecto 12.2 - Reabilitação de estradas regionais, propondo uma redução de 200.000 contos da dotação não desagregada do Projecto 12.2 - Reabilitação de estradas regionais, acção "Equipamento para Parque de Máquinas" e afectar 400.000 contos da dotação não desagregada do Projecto 12.2 - Reabilitação de estradas regionais à reabilitação de estradas nas ilhas de Santa Maria,

20.000 contos; S. Miguel mais 230.000 contos, Terceira mais 50.000 contos; Graciosa 50.000 contos e Flores 50.000.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, apresentada pelo PSD, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 24 votos contra do PS e 3 do PP, tendo recebido 24 votos favoráveis do PSD e 1 do PCP.

Presidente: Passamos à votação do Programa 12 na sua redacção original, ou seja, vamos votar os Projectos e acções que não foram sujeitos a alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com a redacção inicial do Programa 12, que não foi sujeito a alteração, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 12 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, tendo recebido 24 votos contra do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata decidiu votar contra o Programa 12, na generalidade, pelo facto de parte substancial do conteúdo deste Programa não corresponder às reais prioridades e necessidades da Região.

Existe, de facto, um conjunto de acções que são a continuidade de empreendimentos que transitaram do executivo anterior, mas, em simultâneo, olvidaram-se as obras fundamentais já adjudicadas e propuseram-se outras em ilhas extremamente carentes, que não passam de um rol de intenções.

Na elaboração deste Programa existiu também pouco rigor, porque já existindo, por exemplo, na Ilha do Faial uma estrada periférica com cerca de 50 km, é irreal propôr-se a construção de uma variante à cidade da Horta com 30 km de comprimento.

As alterações agora aprovadas são simbólicas, porque, nesta altura do ano, não produzem qualquer efeito prático.

Presidente: Vamos passar à votação do Programa 13, para o qual existem duas propostas de alteração, respectivamente do PP e do PSD.

Começamos pela proposta de alteração do PP, que propõe uma alteração ao Projecto 13.1 - Instalações do Serviço Regional de Estatística dos Açores, instalações do SREA, que para o qual propõe uma verba de 20.000 contos a afectar da verba de 615.000 contos não desagregado.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração do Partido Popular, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Votámos favoravelmente esta proposta uma vez que a construção condigna de instalações do SREA na ilha, constitui um compromisso já assumido pelo Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, aquando da sua visita a esse serviço, o qual até originou um abaixo-assinado dos funcionários.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma declaração de voto.

Deputado Alvarino Pinheiro(PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Popular apresentou esta proposta e votou-a favoravelmente, porque se trata de um dos serviços - infelizmente o único da Região - que, com uma frequência que já é conhecida, é objecto de acções de desratização e desinfeção que tem constituído notícia regional.

O facto desta acção não fazer parte explícita do Plano para 1997, fez com que o Partido Popular apresentasse aqui a sua proposta e a tivesse votado favoravelmente.

Presidente: Vamos votar de seguida a proposta de alteração apresentada pelo PSD para o Projecto 13.1 - Edifícios Públicos, que consiste numa redução de 130.000 contos na acção Apoio a Edifícios Públicos.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada pelo PSD foi rejeitada com 24 votos contra do PS e 3 do PP, e 24 votos a favor do PSD e 1 do PCP.

Presidente: Vamos votar a parte remanescente do Programa 13 - Equipamentos Públicos, de acordo com a sua redacção original.

Os Srs. Deputados que concordam com a redacção original deste Programa, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 13 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, tendo recebido 24 votos contra do PSD.

Presidente: Passamos à votação do Programa 14, para o qual existem propostas de alteração de todos os partidos.

Começamos pelas propostas de alteração do Partido Popular que, para o Projecto 14.1, propõe um reforço de 80.000 contos para investimento em maquinaria, equipamento e oficinas de apoio no Porto da Praia da Vitória e para o Projecto 14.3 propõe um aumento da dotação de 150.000 contos para o projecto e início da obra do prolongamento do Porto da Casa em mais 18 metros.

Para estes mesmos projectos, existe uma proposta de alteração com os mesmos montantes, oriunda da bancada do PSD.

Portanto, assim sendo, votaremos simultaneamente a proposta do PP e a do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam com esta alteração apresentada simultaneamente pelo PP e pelo PSD, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração do PP e do PSD foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É com muita emoção que me levanto nesta Casa, por ver que finalmente se fez justiça aos corvinos.

Queria também realçar aqui que esta decisão do PP, referente ao prolongamento do Porto do Corvo, é uma porta muito importante que se vai abrir ao desenvolvimento da Região e do Corvo. É um sonho que realmente se vê realizado. É isso que me faz votar a favor.

(Aplausos da bancada do PP)

Presidente: Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente o Programa 14 por este passar a incluir dotações aceitáveis para investimentos fundamentais para o futuro dos Açores, como a ampliação do Porto da Casa e equipamento do Porto da Praia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Votámos favoravelmente o Projecto 14.1 porque consideramos necessária a antecipação da aquisição dos equipamentos que estavam previstos apenas para 1999. Também votámos o Projecto 14.3 por o conteúdo desta alteração corresponder à antecipação da execução de um compromisso eleitoral do Partido Socialista.

Presidente: Vamos continuar a votação do Programa 14, com a proposta de alteração apresentada pelo PS para o Projecto 14.3, referente às obras do Porto da Horta: Construção dos pavimentos dos cais comerciais e de pescas; Construção do parque de contentores; Ampliação da Marina; Dragagem e acesso à estrada do Monte de Guia e que consiste no reforço da verba no valor de 1.550.000 contos, por transferência de contas de ordem.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, fazem favor de se manterem como se encontram.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão para uma interpelação à Mesa.

Deputado Jorge Valadão (PSD): O que é que o Sr. Presidente pôs à votação?

Presidente: Pus à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista para o Projecto 14.3.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, mas na proposta de alteração do Partido Socialista, relativamente ao Projecto 14.3, há duas acções e qual delas é que o Sr. Presidente pôs à votação?

Presidente: Eu pus à votação aquela que entrou primeiro de acordo com a regra que nós seguimos. Isto pode ter causado alguma dúvida.

Portanto, retomando o processo de novo, mantém-se então a votação da proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista para o Projecto 14.3 que consiste num reforço da verba em 1.550.00 contos, destinado ao Porto da Horta, por transferência de Contas de Ordem, visto a obra do Porto da Horta ser da responsabilidade da Secretaria Regional da Economia, não implicando esta alteração o aumento da despesa global orçamental.

Portanto, como estamos entendidos sobre o objectivo desta proposta de alteração, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a alteração proposta pelo Grupo Parlamentar do PS, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada pelo Partido Socialista foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós votámos, por um lado, favoravelmente porque estamos de acordo com aquilo que tinha sido votado e por outro porque tínhamos uma proposta com o mesmo objectivo.

Portanto, pensamos que a nossa proposta, neste momento, deixou de ter razão de ser, na medida em que está aprovada uma proposta exactamente igual.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PSD votou favoravelmente esta proposta, porque há, de facto, uma alteração de natureza técnica. Era uma falha que o Plano tinha e que, logo após a apresentação pelo Sr. Secretário das Finanças e da intervenção do Sr. Secretário da Economia, levantámos a questão.

Vemos com satisfação que, de facto, há esta correcção, mas não podemos deixar de fazer aqui um pequeno registo: é que o PS sempre, ao longo destes anos, pugnou para que todas as verbas comunitárias ficassem inscritas no Plano de Médio Prazo ou nos Planos anuais e logo na primeira situação em que teve dúvidas, deixou precisamente fora do Plano. Não podemos deixar, de facto, de registar esta situação e esperamos que isso não seja a tendência para Planos futuros.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Havemos de lá chegar!

Presidente. Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como já foi dito, trata-se de uma alteração de ordem técnica. Não houve qualquer ocultação de coisa nenhuma, porque estava lá, apenas estava inscrita num sítio diferente. Trata-se, portanto, duma questão de ordem técnica, porque a obra do Porto da Horta é da responsabilidade da Secretaria Regional da Economia e não da Junta Autónoma do Porto da Horta. Foi uma mera transferência técnica.

Do nosso ponto de vista, Sr. Deputado, não há, nem haverá prática de ocultação.

Presidente: Eu chamava a atenção e particularmente do Grupo Parlamentar do PSD para uma interpretação da Mesa que pode ou não estar correcta, em relação a uma acção que estava prevista na proposta do PSD e relativa a este mesmo Projecto 14.3, que referia o aumento de 50.000 contos para a acção "Marina da Horta". Suponho que se deve considerar prejudicada pela aprovação da proposta que acabámos de votar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para interpelar a Mesa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, a nossa proposta de alteração contém uma acção que não foi votada e interpretei que o Sr. Presidente pusesse à votação separadamente as duas acções, porque me parecia que era fruto do entendimento aquando da preparação destas votações.

Presidente: O que é que o Sr. Deputado pretendia concretamente?

Deputado Francisco de Sousa (PS): Para que o Sr. Presidente pusesse à votação a acção que diz respeito ao Porto da Calheta: "Estudos e ensaios do projecto de beneficiação do Porto da Calheta", que não foi posta à votação e é preciso votá-la agora.

Presidente: Pedia-lhe um esclarecimento, Sr. Deputado.

Isso consta de que proposta do PS?

Deputado Francisco de Sousa (PS): Consta da proposta de alteração ao Projecto 14.3 que tinha duas acções: uma relativa ao Porto da Horta e outra ao Porto da Calheta.

Pensei que o Sr. Presidente quisesse fazer a votação deste modo porque talvez tivesse havido um entendimento sobre esta matéria.

Presidente: Sr. Deputado, não encontro essa alteração. É possível que a minha versão não coincida exactamente com a sua, mas não consigo encontrar referência ao Porto da Calheta na proposta de alteração ao Projecto 14.3.

Deputado Francisco de Sousa (PS): A proposta de alteração ao Projecto 14.3, exactamente acima, onde diz: "Projecto 14.4 - Estudos", existe uma linha que diz: "Porto da Calheta: estudos e ensaios do projecto de beneficiação do Porto da Calheta".

Presidente: Eu tenho aqui Porto das Velas. Deve ser lapso.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Porto das Velas é o texto inicial e o Porto da Calheta é que foi acrescentado.

Presidente: Mas, eu tenho apenas o texto que faz referência ao Porto das Velas.

Sr. Deputado a versão que eu tinha aqui não era a versão definitiva e tinha esse lapso. Assim sendo, vamos votar esta acção relacionado com o Porto da Calheta, sobre "Estudos e ensaios do projecto de beneficiação do Porto da Calheta".

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs, Membros do Governo.

Dado que a execução da obra do Porto de São Roque tem algum atraso em relação ao cronograma previsto, entendemos que é possível retirar uma verba de 20.000 contos desta obra e utilizá-la no Porto da Calheta, exactamente para os estudos e ensaios necessários.

Presidente: Ainda dentro do Projecto 14.3, vamos votar a proposta de alteração do PSD que propõe um aumento de 50.000 contos para a acção "Marinha da Horta" e um aumento de 67.000 contos para a acção "Porto da Calheta".

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 24 votos contra do PS e 3 do PP, tendo recebido 24 votos a favor do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Não havendo declarações de voto, vamos votar o Programa 14 de acordo com a sua redacção original.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Programa 14, na sua redacção original, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 14 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos passar ao Programa 15, para o qual existem propostas de alteração.

O Partido Popular apresenta uma proposta de alteração que não envolve aumento de dotações, mas apenas propõe uma nova acção ao Projecto 15.1 de ampliação do parque de estacionamento da Aerogare Civil das Lajes.

Os Srs. Deputados que concordam com esta alteração apresentada pelo PP, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Para o Programa 15 existe uma proposta de alteração do PSD que propõe um reforço da acção "Ampliação do Aeroporto do Pico" no valor de 50.000 contos, no Projecto 15.1 - Infraestruturas e equipamentos portuários.

Os Srs. Deputados que concordam com esta alteração proposta pelo PSD fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 3 do PP, tendo recebido 24 votos a favor do PSD e 1 do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não pudemos votar a favor desta incoerência política da bancada do PSD.

V. Exas., Srs. Deputados do PSD, tiveram a oportunidade de se associarem à realização dessa grande obra que é a ampliação do Aeroporto do Pico, contida na acção do PMP: "Melhoria e operacionalidade de algumas pistas" que V. Exas. rejeitaram.

Deputado Fernando Menezes (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: As propostas de alteração que nós tínhamos ali na Mesa, para serem votadas, continham tudo isto. V. Exas. não o quiseram fazer e pretendiam agora dar um pequeno sinal de que estavam preocupados com a falta dessa estrutura tão reclamada no parecer da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores e que dava voz aos Municípios do Pico, que V. Exas, aqui deveriam ter defendido,

aprovando na generalidade o PMP 97/2000. Com essa votação favorável estariam, então sim, salvaguardadas as pseudo-preocupações que esta proposta de alteração de V. Exas. parecia consubstanciar.

Mas, acreditem que a promessa do Sr. Secretário da Economia, dada daquela tribuna, é sinal seguro e cimenta a nossa plena convicção que, com outro novo PMP, esta obra de ampliação da pista do Aeroporto do Pico, como prometemos ao eleitorado do Pico, será concretizada por este Governo, conforme também prometeu o Sr. Presidente Carlos César.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Se fomos acusados de sermos incoerentes, as razões que aduzimos para votar contra o Plano a Médio Prazo já foram suficientemente explicadas na nossa intervenção final pelo nosso líder parlamentar.

Penso que incoerência é o vosso voto contra e fico por aqui.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Vamos votar o Programa 15 - Desenvolvimento dos Transportes Aéreos, de acordo com a sua redacção inicial.

Os Srs. Deputados que concordam fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 15 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Segue-se a votação do Programa 16 que diz respeito à "Consolidação e Modernização do Sector Energético". Não havendo propostas de alteração para este Programa, vamos votá-lo tal como consta do texto original.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Programa 16, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 16 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos passar à votação do Programa 17, para o qual existem propostas de alteração do Partido Popular que propõe para o Projecto 17.1 uma redução da dotação do IRICTA em 150.000 contos.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração apresentada pelo Partido Popular, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada pelo PP foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Votámos favoravelmente, dado que não era previsível, uma vez que estamos a meio do ano, executar toda a verba inscrita, tendo em conta o ritmo da execução do Programa e, igualmente, tendo em vista o processo legislativo que ainda há-de ocorrer nesta Assembleia com vista a este Programa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular, há pouco na sua declaração de voto, preocupou-se com rigor e referiu que o Programa 17 não era o IRICTA e que o IRICTA é que tinha que vir aqui ao Plenário, para efeitos de ser ou não aprovado a criação deste instituto.

A falta de rigor do Partido Popular é dotar algo que não existe. O Programa 17 do IRICTA e a proposta de alteração do Partido Popular dizem expressamente que o Projecto é IRICTA. Que eu saiba IRICTA não existe.

O rigor ou falta dele, consta desta proposta de alteração.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Gostaria, nesta altura, de dizer o seguinte: o IRICTA está integrado, de facto, no Programa 17 - Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica.

Admito que a própria dúvida foi nos colocada relativamente ao texto, ou seja, se devia dizer IRICTA no Projecto 17.1 ou não, na medida em que o IRICTA a existir terá que ser criado por Decreto Legislativo Regional.

Mas, Sr. Deputado, na medida em que vai existir uma comissão de redacção, a interpretação que aqui se punha era a seguinte: se era ciência e tecnologia, e pode-se pôr eventualmente pelo IRICTA, ou algum instituto que se venha a criar.

Há aqui uma dúvida complexa no sentido de que se o IRICTA vier a existir, se deve ou não fazer a dotação. Agora o que nós compreendemos e interpretamos é que a explicação que foi dada, a meu pedido, pela Sra. Deputado Ana Carolina, na Comissão, foi que era a reafectação de verbas que estavam noutros Programas, ou seja, estes Programas continuam em funcionamento e estão reafectados aqui, e quando se fez a pergunta detectou-se que parecia haver uma duplicação.

O Partido Socialista teve o cuidado, e nós temos visto isso, de diminuir esses valores. Por isso faz sentido que essas verbas estejam concentradas aqui.

Quanto à nossa posição específica sobre o IRICTA, foi o que nos pareceu estar correcto na nossa proposta em que prevemos que sejam cortadas as verbas de transferência, porque não se pode transferir dinheiro para uma coisa que não existe.

Evidentemente que se tem a noção que está subjacente aqui no Projecto 17.1, os Programas que foram anulados antes, que foram diversos e que já não me lembro quantos, há um Programa que fala sobre isso e agradecia que a Comissão de redacção tivesse o cuidado de a colocar.

Também é nossa interpretação, e como se tem feito um conjunto de cortes e nós simultaneamente fazemos um corte global, que a reafectação, parte do princípio, que será feita por proposta do próprio Governo.

Portanto esta era a dúvida que eu colocaria.

Quanto ao Sr. Deputado Jorge Valadão eu percebo a questão que colocou e já tínhamos falado sobre isso antes. Ficámos na dúvida sobre isso.

Na parte do Orçamento não nos resta a menor sombra de dúvida. Só pode haver uma transferência quando existir algo. Nós interpretamos neste sentido esta situação.

No que diz respeito ao IRICTA, obviamente que nos encontraremos cá quando vier a Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Presidente: O Sr. Deputado Francisco de Sousa pede a palavra para?

Deputado Francisco de Sousa (PS): Para interpelar a Mesa.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Francisco de Sousa (PS): É no sentido de dizer que estas três acções que efectivamente aqui estão no Programa, e que dizem respeito a Investigação e Desenvolvimento, Inovação Tecnológica e Formação e Divulgação Científica e Tecnológica, têm que se manter. Não há nenhuma acção aqui escrita que diga IRICTA. Portanto não há nenhuma confusão possível. O texto que tem que ficar é este que aqui está e que ainda falta votar.

Presidente: Vamos passar à proposta de alteração apresentada pelo PSD.

O PSD propõe a eliminação do Programa 17 - Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica e apresenta como justificação a redução de 393.221 contos no Projecto 17.1 - IRICTA.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma interpelação à Mesa.

Deputado Alvarino Pinheiro(PP): Peço desculpa, mas se interpretei bem nós acabámos de aprovar a verba relativamente a este Programa.

Existe uma proposta do Partido Social Democrata para eliminar este Programa. Portanto, julgo que esta proposta está prejudicada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão para uma interpelação à Mesa.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

É só para dizer que concordo com a posição do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, uma vez que já foi aprovada aqui uma dotação é óbvio que o Programa não pode ser eliminado. Portanto, a proposta do PSD está prejudicada pela votação anterior.

Presidente: Depois desta explicação, vamos passar à votação do Programa 17, segundo o texto original.

Os Srs. Deputados que concordam com esta redacção do texto original, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 17 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quiseram aprovar uma verba que não sabem como justificar. A sua falta não prejudicaria, como vimos, a política de ciência e tecnologia. É muito dinheiro para pouco trabalho.

O IRICTA não merece nascer. Aqui estaremos para denunciar a sua inutilidade e confirmar a sua instrumentalização política.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): É um crime não o deixar nascer!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Nós estamos convictos que o IRICTA vai nascer, crescer e vai ser ainda uma bonita criança aqui nesta Casa.

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino para uma declaração de voto.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Gostaria que ficasse muito claramente identificado que o voto do PP é no sentido de se manter, embora com alguns cortes, os Programas de Apoio à Actividade Científica, mas o nosso voto não pode ser interpretado como a aprovação da criação dum instituto.

Sobre isso, guardaremos a nossa opinião para mais tarde.

Presidente: Então vamos esperar pelo baptismo da criança para atirar foguetes, que parece que é só o que falta.

(Risos da Câmara)

Passamos agora à votação do Programa 18, para o qual existem duas propostas de alteração, sendo uma do PSD e outra do PCP.

A proposta de alteração do PSD diz respeito ao reforço da verba em 50.000 contos para construção do novo edifício do DOP.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 24 votos contra do PS e 3 do PP, tendo recebido 24 votos a favor do PSD e 1 do PCP.

Presidente: Não havendo declarações de voto vamos passar à proposta de alteração apresentada pela Representação Parlamentar do PCP que propõe uma nova acção assim designada: "Adaptação da Escola Secundária EB-2,3/S Padre Maurício de Freitas, elaboração do projecto de ampliação da Escola, a fim de a adaptar à leccionação do ensino secundário."

Os Srs. Deputados que concordam com esta nova acção proposta pela Representação Parlamentar do PCP, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS e 1 do PCP, 3 votos contra do PP e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos passar à votação do Programa 18 segundo a sua redacção original.

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa 18, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 18 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Então Sr. Deputado Madruga da Costa?!

Presidente: Srs. Deputados, temos agora uma sequência de Programas, para os quais não há propostas de alteração e dizem todos respeito a Bens e Serviços Públicos. Se não vissem inconveniente eu poria à votação conjunta os seguintes Programas:

- Programa 19 - Desenvolvimento do Sistema Educativo
- Programa 20 - Juventude e emprego
- Programa 21 - Desenvolvimento de Infraestruturas de Saúde
- Programa 22 - Desenvolvimento do Sistema de Saúde
- Programa 23 - Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social
- Programa 24 - Protecção Civil

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.

Relativamente à proposta apresentada pelo Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD não vê qualquer inconveniente, desde que fique de fora o Programa 24.

Presidente: Assim sendo, vamos votar conjuntamente os Programas 19, 20, 21, 22 e 23.

Os Srs. Deputados que concordam com estes Programas segundo a redacção original proposta pelo Governo, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas de 19 a 23 foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 24 - Protecção Civil.

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa fazem o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O Programa 24 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se a votação do Programa 25, para o qual existem duas proposta de alteração sendo uma do PS e outra do PCP.

A Proposta de alteração do PS diz respeito ao Projecto 25.2 - Valorização da Qualidade Ambiental e consiste na redução da verba de 10.000 contos para a Conservação da Natureza, referente aos estudos de avaliação de recursos biológicos, que transitam para o Programa 17 - Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Alteração apresentada pelo PS, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada pelo PS foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Para este mesmo Programa 25 temos propostas de alteração apresentadas pela Representação Parlamentar do PCP para o Projectos 25.1 e 25.2, que consistem respectivamente em: "Intervenções de combate à eutrofização de Lagoas nomeadamente, das Furnas, Sete Cidade e Lomba (Flores)" e "Limpeza da Rocha dos Bordões (Flores)".

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração apresentada pela Representação Parlamentar do PCP, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada pelo PCP foi aprovada com 24 votos a favor do PS e 1 do PCP, 3 votos contra do PP e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós temos vindo a abster-nos na votação destas propostas de introdução de redacção do PCP, não é que não consideremos estas acções importantes, mas sim porque as verbas não estão reforçadas. Por outro lado isso seria incoerente com uma das razões fundamentais, pelas quais votamos contra o Plano de 97, que é o facto da insuficiência de verbas de que estão dotados os projectos e acções nos diversos Programas.

Portanto, ao acrescentar mais acções seria ainda muito pior.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 25, de acordo com o seu texto original.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 25 na sua versão original, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 25 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos passar à votação do Programa 26 para o qual existe uma proposta de alteração do PS que visa o Projecto 26.2 - Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural, com um reforço de 475.000 contos para a conclusão da obra de adaptação do Colégio dos Jesuítas.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista, foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apresentámos e votámos favoravelmente esta alteração porque, tal como informara o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais nas reuniões que teve com a Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, as grandes anomalias verificadas no Projecto do Colégio dos Jesuítas e as obras que se arrastam desde há uma década,

redundariam num prejuízo ainda muito mais grave do que centenas de milhares de contos que esta Região já gastou naquela obra sem se ver obra feita. Foram gastos em pagamentos de trabalhos a mais que não se chegaram a executar, uma grua que apodreceu e juros de mora por uma obra que deveria ter sido feita e não foi.

Nós pensamos que é imprescindível à Região pagar os compromissos que estão assumidos e por isso propusemos esta alteração.

Portanto, e tal como informou o Sr. Secretário nos trabalhos da Comissão, a não ser reforçado este Programa, estariam e possivelmente poderão estar em risco ainda, algumas das acções previstas neste Programa.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 26 de acordo com a sua versão original.

Os Srs. Deputados que concordam com esta versão do Programa 26, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 26 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Segue-se o Programa 27 - Desenvolvimento Desportivo, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Popular, que prevê um reforço de 50.000 contos da verba para o Parque Desportivo do Faial.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração apresentada pelo Partido Popular, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada pelo Partido Popular foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar o Programa 27 de acordo com o seu texto original.

Os Srs. Deputados que concordam com o texto original do Programa 27, na parte que não foi alterada, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 27 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt para uma declaração de voto.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD absteve-se na proposta de alteração, do Partido Popular, ao Programa - Desenvolvimento Desportivo, porque entende que o reforço da verba sugerida vai prejudicar outras áreas carenciadas e não altera absolutamente nada, em 1997, o andamento da projectada construção do Parque Desportivo do Faial. É fumo sem fogo.

O PSD votou contra o Programa em causa porque a sua filosofia é redutora e não contempla o esforço crescente verificado em algumas modalidades de muitas das nossas ilhas.

Presidente: Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Francisco de Sousa..

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Votámos favoravelmente o Programa com a alteração introduzida, porque consideramos que é necessário haver alguma celeridade no início do processo do Parque Desportivo da Horta, que já foi tanta vez falado nesta Casa e que nunca até hoje teve uma verba adequada e que pudesse, finalmente, dizer-se: o Faial vai ter o Parque Desportivo que merece e sobretudo os faialenses que bastante se têm debatido por esta obra nesta Casa e noutros areópagos e que merecem este final claro do Grupo Parlamentar do PS e do Governo, que a irá executar o mais célere possível.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma declaração de voto.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O nosso voto favorável à nossa proposta de alteração, contrariamente ao que foi aqui afirmado, resulta dum reforço de verba. As verbas não são consignadas e, portanto, não é retirada em prejuízo de ninguém e muito menos do sector. É um reforço, Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

Eu podia dizer, por exemplo, que foi a pensar nessa dotação que nós mais adiante faremos os cortes nas despesas do Orçamento ou de outras quaisquer.

Por conseguinte é um reforço de verbas.

Também votámos a favor quanto ao ritmo que o Projecto vai alcançar, porque, e no que diz respeito ao passado tivemos a certeza da ausência de vontade política dos governos regionais anteriores para avançarem com o Parque Desportivo da Horta, agora fica-nos a esperança, e foi por isso que propusemos o reforço da verba, para que o actual Governo Regional seja capaz de dar corpo a um projecto que na área desportiva é, de facto, importante para a Ilha do Faial.

Presidente: Vamos proceder à votação do Programa 28 - Habitação. Para o qual existe uma proposta de alteração apresentada pela Representação Parlamentar do PCP, que acrescenta uma acção às que já estão previstas no Projecto 28.2, sobre "Realojamento de famílias que habitam em habitações degradadas que não são propriedade própria".

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada pelo PCP foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 28 na sua versão original.

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa na sua versão original, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 28 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Tem a palavra ao Sr. Deputado Jaime Medeiros para uma declaração de voto.

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Governo do Partido Socialista elegeu como áreas prioritárias da sua actuação as de carácter social, onde se inclui a habitação.

Sendo as verbas inscritas no Plano de 97 inferiores em cerca de 28% relativamente às que foram disponibilizadas em 1996, estando as referidas verbas distribuídas pelas diversas ilhas de forma pouco criteriosa, com um investimento mais baixo "per

capita" nas ilhas com maiores carências habitacionais, o Grupo Parlamentar do PSD votou contra este Programa.

Presidente: Srs. Deputados, vamos continuar com a votação dos Programas e se não houvesse objecções poderíamos votar em conjunto os quatro programas seguintes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão para uma interpelação à Mesa.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD não se opõe à votação em simultâneo dos Programas 29, 30 e 31.

Presidente: Assim sendo, vamos então proceder à votação conjunta dos seguintes Programas:

- Programa 29 - Comunicação Social
- Programa 30 - Cooperação Externa
- Programa 31 - Administração Regional e Local

Os Srs. Deputados que concordam com estes Programas fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 29, 30 e 31 foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos passar à votação do Programa 32 - Planeamento, Finanças e Estatística.

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa 32 fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 32 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos passar agora ao último dos Programas do Plano para 1997, Programa 33 - Calamidades, para o qual temos várias propostas de alteração.

Vamos começar pela proposta de alteração apresentada pelo Partido Popular, que propõe para o Projecto 33.1 uma alteração da verba de 160.000 contos para Apoio ao Rendimento/Culturas Agrícolas a afectar do não desagregado.

Esta proposta, se não estou em erro, coincide com uma proposta do PS. Assim sendo, vamos votar em conjunto estas duas propostas de alteração ao Projecto 33.1.

Os Srs. Deputados que concordam com estas propostas de alteração fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração apresentadas pelo PP e pelo PS, foram aprovadas com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD absteve-se na votação destas propostas, porque entende que destinar verbas do não desagregado para apoio ao rendimento e culturas agrícolas, sem as afectar a S. Miguel, como havia sido prometido pelo Partido Popular, em nada altera a actual situação de injustiça criada pela recente portaria regional, publicada para o efeito, e cujos critérios de apoio limitam o acesso às justas compensações dos agricultores mais afectados pelas intempéries, nem contribui para recuperar os danos causados pelo atraso no pagamento das ajudas.

Registámos e estranhámos que apenas as duas propostas de alteração do Partido Popular, e destinadas ao sector agrícola, não façam referência à sua afectação à Ilha de S. Miguel, ao contrário das restantes, procurando assim iludir os próprios dirigentes da Associação Agrícola de S. Miguel que têm acompanhado os nossos trabalhos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino para uma declaração de voto.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Para que não reste dúvidas, Sr. Deputado António Almeida, e como nós também podemos fazer declarações de voto e tem que estar expresso qual o objectivo destas duas propostas, reconheço que não foi posto, mas peço à Comissão de redacção que tenha em conta que, tanto a verba de reafectação de 160.000 contos do não

desagregado, como a da outra proposta é para a ilha de S. Miguel. Era esta a nossa intenção e o nosso objectivo.

Só gostaria de registar o seguinte: nós admitimos que inclusivamente possam haver, nas nossas propostas, alguns erros. É o que resulta dum Grupo Parlamentar que tem três pessoas e que trabalharam arduamente para ter uma atitude construtiva, relativamente a todos os documentos que aqui estão.

Um Grupo Parlamentar que auto se intitula de alternativa ao Governo tinha por obrigação, no mínimo, visto que tem 24 Deputados e que tem quase um governo inteiro, em conhecimento de causa, se trabalhasse um pouco mais e não tivesse feito propostas à boleia das que o PP apresentou, se calhar o PSD para trabalhar o mesmo que nós trabalhámos e as propostas que nós apresentámos que foram 11, teriam de apresentar, no mínimo 88 propostas.

Acho absolutamente notável que o PSD tenha chegado a uma fase tão baixa da sua afirmação política, que a única coisa que lhe resta é copiar as propostas do PP.

Disse.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado pede a palavra com que finalidade?

Deputado António Almeida (PSD): Era para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado António Almeida (PSD): Já que se trata duma rectificação a esta proposta do Partido Popular, não poderia deixar passar sem fazer referência, a que chamei a atenção ao Sr. Deputado José Monjardino sobre esta matéria na passada Sexta-Feira.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta de alteração do Partido Popular para o Projecto 33.3 - Calamidades - Transportes Terrestres, que propõe uma alteração de conteúdo, correcção e repavimentação da ER entre Santa Cruz e Lajes das Flores, destruída pelos temporais de Dezembro.

Relativamente a este Projecto 33.3, existe uma proposta do PS que me parece ser semelhante à do PP. Se não for, agradecia um esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para esclarecer a Mesa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): São diferentes, Sr. Presidente, na medida em que a proposta do PP trata duma estrada que fica entre Santa Cruz e Lajes das Flores, enquanto que a proposta do PS trata da correcção e repavimentação das ER nos Concelhos de Santa Cruz e Lajes das Flores. Portanto a proposta do PP diz apenas respeito a uma única e exclusiva estrada. A nossa é mais abrangente.

Presidente: Mas, Sr. Deputado, a proposta do PS inclui ou não a proposta do PP?

O Orador: A proposta do PS inclui a do PP e vai mais além.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Segundo o método descoberto pelo PSD, são votadas em conjunto!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão para uma interpelação à Mesa.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Parece-me que tem de haver uma linha lógica de raciocínio nas votações.

Uma vez que o Sr. Deputado Francisco de Sousa é o primeiro a referir e a reconhecer que a acção proposta pelo PS vai para além da proposta do PP, na nossa perspectiva a proposta do PP tem que ser votada, uma vez que foi a que entrou em primeiro lugar.

Presidente: Uma vez que estamos todos de acordo, vamos votar a proposta de alteração do PP para o Projecto 33.3.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada pelo PP foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Votei favoravelmente esta proposta porque penso que a correcção desta estrada é importante, embora considere que ela está considerada na proposta do Partido Socialista. Como não sei qual será o desfecho da proposta do PS, votei

favoravelmente esta, embora tencione votar também favoravelmente a outra, porque ainda é mais importante do que esta.

Presidente: Vamos passar à votação das propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista.

Queria chamar a atenção para a bancada do PS, porque posso cometer algum lapso devido ao volume de propostas de alteração a vários Projectos do Programa 33.

Perguntava aos restantes Grupos Parlamentares e à Representação Parlamentar do PCP se vêem inconveniente em que se faça a votação conjunta de todas as propostas de alteração ou se querem votar Projecto a Projecto? Sugerem a votação em conjunto.

Assim sendo, vou enunciar as propostas:

- Para o Projecto 33.2 uma proposta de alteração, sobre "Reparação de portos de pesca e recuperação de rampas de varagem afectadas pelos temporais na Ilha de S. Miguel";

- Para o Projecto 33.3 uma proposta de alteração, sobre "A correcção e repavimentação das Estradas Regionais nos Concelhos de Santa Cruz e Lajes das Flores, destruídas pelos temporais de Dezembro e reconstrução e pavimentação do troço da Estrada Regional do Corvo";

- Proposta de alteração ao Projecto 33.4 sobre uma dotação de 365.000 contos para o porto da Graciosa;

- Para o Projecto 33.5 uma proposta de alteração, sobre uma redução de 192.000 contos;

- Proposta de alteração que cria um projecto novo, o Projecto 33.6 - Dotação de 55.000 contos para bonificação de juros e apoio a instituições sem fins lucrativos.

Suponho que dei conta do conteúdo do Programa 33.

Tem a palavra o Sr. Deputados Jorge Valadão para uma interpelação à Mesa.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É mais uma dúvida que temos do que um esclarecimento.

Penso que a partir do momento em que a proposta do PP, sobre o Projecto 33.3, que já foi aprovada, está prejudicada a proposta do PS relativamente a este Projecto 33.3, porque não pode haver a aprovação de dois projectos na mesma área.

Presidente: Sr. Deputado, talvez eu possa esclarecê-lo.

Se bem percebi, a proposta do PS é mais ampla do que a proposta do PP. Portanto, inclui a do PP que em vez de uma única estrada acrescenta-lhe estradas nos Concelhos de Santa Cruz e Lajes da Flores. Suponho que é esta a diferença. Parece-me, nesta interpretação, ter cabimento a votação da proposta do PS. Se tivéssemos analisado pela ordem inversa teríamos chegado à conclusão que a proposta do PP não teria cabimento, mas já está votada e não é contraditória e está apenas incluída na proposta do PS.

Se esta minha explicação serviu de alguma coisa, manteríamos a votação porque a proposta do PS é mais ampla e, portanto, abrangendo a do PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão(PSD): Sr. Presidente, a dúvida subsiste, embora admita que a interpretação que o Sr. Presidente faz esteja correcta. Mas, pela lógica de raciocínio, relativamente ao Programa 11 - Sistema de Incentivos, haviam duas propostas de alteração, uma de 200.000 contos apresentada pelo PP e outra de 400.000 contos apresentada pelo PSD, e uma vez que a do PP foi aprovada em primeiro lugar, a do PSD ficou automaticamente prejudicada. Portanto, se isso aconteceu no Programa 11, pela mesma lógica de raciocínio tem que acontecer agora.

A única dúvida que eu tenho aqui é que enquanto uma representa verbas, e isso pode ser discutível, a outra representa obras e aí a razão desta discussão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma interpelação à Mesa.

Deputado Alvarino Pinheiro(PP): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Estas matérias foram maximamente vistas na conferência de líderes e é óbvio que não fizemos nenhuma cartilha para estarmos agora aqui a citar.

Compreendo a preocupação do Sr. Deputado Jorge Valadão, só que as questões são distintas, porque no caso da dotação do SIRALA eram duas propostas que estavam em alternativa, ou seja, a do PP com a dotação de 200.000 contos e a do PSD com 400.000. Aqui, como o Sr. Presidente anunciou e na devida altura vimos, são

complementares: uma visava uma determinada estrada, a outra visa aquela e outras mais.

Eu diria que, tecnicamente, a única situação menos tradicional que acontece é que a mesma estrada é votada duas vezes. Mas, porque estamos aqui na busca da melhor solução possível para este caso, a melhor solução foi a que o Sr. Presidente adoptou. Se fosse ao contrário, ou seja, se a proposta do PS tivesse sido aprovada em primeiro lugar, aí sim, a proposta do PP estava prejudicada.

Presidente: Uma vez que estamos de acordo, vamos manter a votação da proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Os Srs. Deputados que concordam com estas propostas de alteração fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista, foram aprovadas com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma interpelação à Mesa.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nós apresentámos aqui uma proposta e não há problema nenhum em votá-la, mas queria chamar a atenção para o facto de ela já ter sido aprovada, em parte, quando se analisou o Programa 1 e na justificação da nossa proposta mantínhamos isso. Depois de verificar melhor os meus papéis, fico na dúvida se fiz a proposta em duplicado.

Portanto, não sei se terá que ser votada ou não.

Presidente: Eu tenho a impressão que ela está incluída no Programa 1. Neste caso, consideraríamos aprovada e pedia à Comissão de Redacção que tivesse em conta esta indicação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para uma declaração de voto.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, é preciso que isto fique bem claro, porque trata-se aqui de verbas e depois podem não acertar em termos orçamentais.

A pergunta que eu faço é se efectivamente a proposta do PCP ao Programa 1 contém esta redução depois no Programa 33, porque estamos a mexer em 50.000 contos e pode depois não bater certo.

Pergunto se é essa a interpretação da Mesa?

Presidente: É essa a interpretação da Mesa. Se houver dúvidas e para apurarmos a vontade da Assembleia podemos fazer a votação. Talvez seja a melhor solução. Se depois da votação resultar alguma dificuldade, do ponto de vista técnico, essa sim, será resolvida ao nível da Comissão.

Vamos então votar a proposta de alteração do PCP, se o seu autor não se opõe. Suponho que não, segundo interpretei as suas palavras.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para interpelar a Mesa.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Eu não me oponho, mas como na proposta de alteração ao Programa 1 tinha um aumento de 50.000 contos, para apoiar os produtores de leite, provenientes do Programa 33, Projecto 33.1, de facto, já lá estava. De qualquer maneira não me oponho.

Presidente: Assim sendo, vamos passar à votação desta proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta apresentada pelo PCP, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração do PCP foi aprovada com 24 votos a favor do PS e 1 do PCP, 3 votos contra do PP e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 33, segundo a versão original.

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 33 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Sobre o Plano para 1997 vamos passar à votação final global, que incide sobre o conjunto dos Programas votados com as respectivas alterações.

Os Srs. Deputados que concordam com o Plano para 1997, na forma em que fica depois das alterações introduzidas por esta Assembleia, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Plano para 1997 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

(Aplausos das bancadas do PS e do PP)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

As propostas de alteração do PSD tiveram como principal objectivo serem representativas e incidirem sobre os sectores considerados fundamentais para o crescimento económico: agricultura, pescas e apoio à iniciativa privada, tendo sempre presente a sua coerência e o equilíbrio orçamental.

Ficou provado que o PP só votou combinado com o Governo e nem fez questão de disfarçar.

O PSD votou em consciência todas as alterações, em função do seu objecto e do seu conteúdo.

Deu mais uma vez prova da sua conduta autónoma e isenta, não condicionada, que faz do PSD o partido de alternativa.

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Partido Popular teve o cuidado de, antes de todas as formações política aqui presentes, apresentar para estudo e análise os documentos que achava necessários para alteração do Plano de 1997 e as condições básicas para a sua aprovação.

Nós tornámos públicas as nossas alterações e dissemos que, a partir do momento em que elas fossem aprovadas, teríamos dispostos a aprovar o Plano e Orçamento. Fizêmo-lo em consciência e assumimos essa responsabilidade.

Na sequência disso e tendo em conta um problema muito complexo que podia resultar da aprovação cruzada de diversas propostas de alteração e com o risco que se corria, depois dos Programas aprovados, da despesa não corresponder à parte da receita, o que levantaria um problema de saldo muito complicado que eu não sei como se resolveria, o Partido Popular achou por bem que deveria votar as suas propostas em bloco.

O Partido Socialista apresentou as suas alternativas e colocou-as também em bloco, em que o défice e o crédito batiam certos, como também os nossos.

Portanto, a partir do momento em que o PS nos deu a garantia de que aprovaria todas as nossas propostas, nós assumimos também que aprovaríamos todas as propostas apresentadas por eles, dando uma garantia de coerência aos documentos.

Deve-se interpretar também, como tal, o nosso voto contra todos os outros projectos que foram aqui colocados, não pela valia dos projecto sem si, mas pela garantia dessa coerência.

Agora, se o Partido Socialista resolveu apresentar alguns projectos e aprová-los, é um problema dele e do Governo que terá depois que conciliar esses dados todos. O Partido Popular não tem essa responsabilidade.

Por último gostaria de registar o seguinte: penso que é leal a luta política e muitas vezes cada um de nós luta pelos protagonismos e pelas ideias que defende. Não tenho problema nenhum em afirmá-lo.

Registo mais uma vez que o PSD, para apresentar propostas de alteração, tenha descido tão baixo, ao ponto de copiar cerca de 70% das propostas do PP. É uma vergonha!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para uma declaração de voto.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS congratula-se com a aprovação deste Plano para 1997.

A postura do Governo e deste Grupo Parlamentar, neste debate, penso que deve aqui ser sublinhada, como também deve ser sublinhada, e não tenho qualquer receio de o dizer aqui, a postura do Partido Popular e do Partido Comunista Português, porque, efectivamente, esses partidos demonstraram, contrariamente a outros, que têm responsabilidade política, que têm uma responsabilidade muito séria em relação ao que se está a passar nos Açores. Lamento não poder dizer o mesmo do PSD, cuja conduta o vai conduzindo inexoravelmente à marginalidade e aparece, neste contexto, como um partido que está nitidamente, para usar a gíria desportista, fora de jogo. Eu só espero que o povo levante a bandeirinha, igual àquela que os fiscais de linha usam, e diga que, daqui para a frente, está, efectivamente, fora de jogo.

Os tempos são outros e a postura deste Governo é completamente diferente. O Governo tem agora um Plano, vai governar e vai cumprir. Nós estamos convencidos disso para bem dos Açores.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Acabámos de aprovar um dos vários instrumentos que o Governo tem necessidade para, efectivamente, poder executar aquilo que se comprometeu para com os açorianos.

Esta Assembleia acaba de aprovar o Plano para este ano. O Governo tem o dever de cumprir aquilo que foi aqui aprovado.

Ficamos a aguardar, na esperança de que este Plano, até Dezembro, seja executado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar agora à votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para

o ano de 1997. Vamos votá-la em primeiro lugar na generalidade, de seguida na especialidade e por fim a votação final global.

Posto isto, vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com a Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 1997, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Orçamento da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano de 1997, foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino para uma declaração de voto.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Era só para informar que o PP votou a favor deste documento, para permitir a sua admissão à discussão na especialidade, que sobre o qual temos, como é público, um conjunto de propostas de alteração a apresentar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós votámos favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, porque estamos de acordo com aquilo que foi apresentado pelo Governo.

De qualquer modo, se durante a especialidade esta proposta for adulterada, é evidente que tomaremos a posição final, de acordo com a adulteração ou não da proposta aqui em discussão.

Presidente: Vamos agora passar à votação, na especialidade, do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Começamos pelo artigo 1.º que é composto por duas alíneas, a) e b).

A alínea b) já se encontra aprovada, porque é composta pelos Mapas do Plano.

Vamos votar em primeiro lugar a alínea a), que é composta pelo Mapas I a IV e respectivos anexos aos Mapas I e II, de acordo com a propostas de alteração apresentadas pelos respectivos partidos.

Chamo a atenção para o facto da proposta de alteração ao Orçamento, apresentada pelo PSD, estar manifestamente prejudicada. Portanto, vamos ter em conta as alterações propostas pelo PP e depois as alterações propostas pelo Partido Socialista. Vamos votar em primeiro lugar as alterações propostas pelo PP e só depois as do PS. Os Srs. Deputados que concordam com o Mapa II, proposto pelo PP, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de alteração do PP foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos votar o Mapa III, de acordo com a proposta de alteração apresentada pelo PP.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar

Secretário. A proposta de alteração apresentada pelo PP foi aprovada com 24 votos a favor do PS e 3 votos do PP, e 24 abstenções do PSD e 1 do PCP.

Presidente: Vamos em seguida votar as alterações para os Mapas I, II, III e IV, propostas pelo Partido Socialista.

Vamos votar o Mapa I

Os Srs. Deputados que concordam com as alterações propostas pelo PS para o Mapa I, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As alterações propostas pelo PS, foram aprovadas com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos à votação do Mapa II, com as alterações propostas pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam com estas alterações, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As alterações propostas pelo Partido Socialista, foram aprovadas com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar de seguida o Mapa III, de acordo com as alterações apresentadas pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As alterações propostas pelo Partido Socialista, para o Mapa III, foram aprovadas com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar o Mapa IV, de acordo com as alterações propostas pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam com estas alterações, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As alterações propostas pelo Partido Socialista, para o Mapa IV, foram aprovadas com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora ao Mapa V e vamos votá-lo de acordo com as alterações apresentadas pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam com esta alteração ao Mapa V, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração ao Mapa V, apresentada pelo Partido Socialista, foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Votaremos agora os Mapas, na parte que não foi objecto de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com os Mapas I, II, III, IV e V, na parte que não sofreu alteração, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Mapas I, II, III, IV e V foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos passar agora à votação dos artigos 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º, em relação aos quais não existem propostas de alteração. Se não houver objecções eu poria à votação em conjunto estes artigos.

Os Srs. Deputados que concordam com estes artigos, na sua redacção original, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º, foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra para?

Deputado Paulo Valadão (PCP): Era para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós estamos a analisar uma Proposta de Decreto Legislativo Regional e não uma Proposta de Resolução. Portanto, penso que, embora isso não tenha sido tratado na conferência de líderes, poderá haver intervenções na especialidade em relação aos artigos alterados. Se for essa a interpretação da Mesa eu queria inscrever-me para o debate desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Presidente: Sr. Deputado, quero-lhe chamar a atenção para o facto da discussão e o debate destes três documentos, ter sido encerrado com as intervenções finais. Portanto, estamos em votação e apenas poderá haver pedidos de esclarecimento ou requerimentos à Mesa relacionados com a votação e declarações de voto. São estas as intervenções que são regimentalmente permitidas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para interpelar a Mesa.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, continuo com algumas dúvidas, mas naquilo que tiver que dizer, utilizarei o meu tempo nas declarações de voto a que tenho direito. Tenho as minhas dúvidas e alguma relutância em aceitar essa interpretação.

Presidente: Vamos prosseguir a votação, votando o artigo 7.º de acordo com a proposta de alteração apresentada pelo Partido Popular. Como os Srs. Deputados dispensam a leitura da proposta vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 7.º, na versão alterada pela Proposta do PP, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 7.º, apresentada pelo Partido Popular, foi aprovada com 24 votos a favor do PS e 3 do PP, 1 voto contra do PCP e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Vou procurar explicar as razões que me levaram a votar contra esta proposta de alteração aqui apresentada pelo Partido Popular.

As razões são várias e algumas são importantes em nosso entender. Concretamente no n.º 2, V. Exas. acabaram de votar que o Governo Regional reduzirá as Direcções de Serviço e as Divisões. Isto em termos financeiros tem um efeito absolutamente nulo.

Isto, por um lado, não reduz quaisquer receitas correntes, porque o Governo Regional vai ter que pagar os Directores de Serviço e os Chefes de Divisão até o término do prazo. Por outro, pensamos que é altamente injusto, nesta Região, que se procure diminuir o número de Direcções de Serviço e de Divisões, porque elas não estão a mais. Poderá haver outras situações em demasia, como por exemplo, duvidamos de algumas Direcções Regionais - e sempre o dissemos - mas não duvidamos da razão de ser de 99% das Direcções de Serviço e das divisões existentes.

Por outro lado, disse ainda que os Directores de Serviço e os Chefes de Divisão serão preenchidos de acordo com a lei. Meus senhores, é preciso num decreto orçamental dizer-se, aconselhar-se ou recomendar-se ao Governo para cumprir a lei?! Nós estamos contra o facto de que num decreto legislativo se recomende ao Governo que ele cumpra a lei. Penso que o Governo vai cumprir a lei, através de Decreto Legislativo Regional, e não é necessário que se façam aqui recomendações ao Governo.

Pensamos que esta fórmula, salvo melhor opinião, está errada.

Ainda, por outro lado, exigir que se publique no Jornal Oficial o cadastro actualizado das viaturas, das máquinas pesadas e equipamento, pensamos também que não estamos a dignificar em nada a Administração Pública desta Região e nós somos a

favor da sua dignificação. Por isso mesmo, estes aspectos que aqui existem, são de uma irracionalidade tremenda, para além de estarem em demasia, são absolutamente desnecessários. Daí a razão do nosso voto contra.

Presidente: Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Popular estava convencido que as razões e os fundamentos para as propostas que apresentou, atempadamente, durante o debate, eram mais do que suficientes para esta matéria estar devidamente esclarecida por tudo e por todos.

Seja como for, a declaração anterior obriga-nos a fundamentar a nossa votação.

Em primeiro lugar é que há, comprovadamente, um excessivo número de unidades orgânicas na Administração Regional. De resto, o compromisso no sentido da redução dessas Direcções de Serviço e Divisões, é um compromisso que vem na linha da própria aprovação do Programa do VII Governo Regional.

O que este Orçamento introduz, e que para nós e para a maioria dos deputados desta Assembleia, é a fixação dum limite mínimo no sentido de que a reforma da orgânica vá tão longe quanto a mudança que se pretende para os Açores, assim o exija.

Também introduzimos, e por isso votámos a favor, o princípio de que obrigatoriamente sejam instituídos os concursos públicos para o preenchimento desses cargos de chefia e a referência aqui à lei é tão só porque a mesma faculta o concurso público ou não.

É óbvio que essas coisas foram estudadas pela maioria dos Srs. Deputados e, por conseguinte, teve perfeito cabimento a aprovação que a Assembleia fez sobre esta matéria.

Por último, e um pouco para lembrar a alguns de nós, esta medida que o PP propôs, e que foi apoiada pela maioria dos deputados desta Assembleia, no sentido da publicação em Jornal Oficial do cadastro actualizado e completo dos veículos, blá, blá blá, não foi inovadora. O PP reconhece que se limitou, neste capítulo, a inspirar-se numa medida que vinha subscrita pelo PP, pelo PS e, julgo que na altura, pelo Deputado Paulo Valadão. Não o quero embaraçar com isso,...

(Risos da Câmara)

... mas estou numa declaração de voto e, embora não seja muito formal o que estou a dizer, também como estamos acabar é bom às vezes lembrar-nos do que votava há uns anos atrás e tivemos o gosto, na altura, de termos companhia do Deputado Paulo Valadão a subscrever esta medida.

Nós mantemos a mesma posição sobre estas matérias. O mesmo fez o Partido Socialista. Agora acabámos de constatar que o Partido Comunista mudou de rumo 180°.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Isso vai-se ver!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para uma declaração de voto.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do PS votou favoravelmente esta proposta, apresentada pelo PP, porque entende, e disse-o durante a campanha eleitoral, que é necessária alguma racionalização, transparência e rigor quando se trata de dinheiros públicos.

Por outro lado, a atitude do PS é também uma atitude de coerência, porque é verdade, como diz o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, que o PS há tempos atrás votou exactamente normas no mesmo sentido.

Portanto, nós Grupo Parlamentar e Governo entendemos que o que é bom e é feito para o outros também é bom e é feito para nós.

Presidente: Regressando às nossas votações, vamos continuar com a votação do artigo 8.º na proposta original.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 8.º na versão original, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 8.º foi aprovado com 24 votos a favor do PS e 3 do PP, 1 voto contra do PCP e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar de seguida as propostas de aditamento apresentadas pelo Partido Popular.

Votamos em primeiro lugar a proposta de aditamento do artigo 8.º-A sobre aposentação voluntária.

Os Srs. Deputados que estão de acordo com esta proposta de aditamento, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento do PP foi aprovada com 24 votos a favor do PS e 3 do PP, 1 voto contra do PCP e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em relação a este artigo 8.º-A, vem aqui um conjunto de propostas e discordamos com uma delas, porque pensamos que o redimensionamento da Administração Pública a ser feito por aposentação voluntária, duvidamos, por um lado, da sua eficácia e por outro parece-nos incorrecto que, ao fazer-se a aposentação de determinados funcionários, se vá para a diminuição pura e simples da Administração Pública. Isto tem consequências a longo e a médio prazo, que nos preocupam.

Pensamos também que não faz sentido introduzir num decreto orçamental mais uma recomendação ao Governo no sentido de informar esta Assembleia daquilo que se processará sobre determinada medida junto do Governo Central. Para nós isto é incorrecto.

Pensamos que o PP teria uma outra saída apresentando uma anteproposta de Lei, que seria analisada e depois seguiria os seus trâmites. Agora, ultrapassar-se tudo o que é normal, em relação àquilo que deve ser o processo legislativo, pensamos que é anómalo.

Este artigo, em nosso entender, num decreto orçamental é anómalo, e daí ao nosso voto contra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para uma declaração de voto.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu apenas queria dizer que o Partido Socialista votou favoravelmente, porque trata-se aqui duma directiva ou uma indicação para o Governo Regional...

Deputado Madruga da Costa (PSD): De um decreto!

O Orador: ... e é necessário esclarecer que estas medidas nunca serão obrigatórias. Serão medidas voluntárias apenas para os funcionários que o requeiram.

Portanto, poderia ficar aqui a ideia de que havia qualquer aposentação compulsiva, mas não se trata de nada disso. Quem quiser utilizar o mecanismo terá de o requerer.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Ao abrigo de que lei é que o funcionário vai requerer, Sr. Deputado?!

O Orador: Por outro lado, trata-se de indicar ao Governo que proponha junto da Administração Central a criação dessas medidas, porque, como sabem, nós não temos competência nesta Assembleia para legislar sobre esta matéria.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro(PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós votámos a nossa proposta, como todas as outras, porque elas visam efectivamente o grande objectivo de racionalizar a nossa administração, de a tornar mais leve, mais económica, mais operacional, mais consentânea com a dimensão da nossa economia e mais adequada à dimensão social e humana das nossas ilhas.

O que estamos aqui a fazer é a tentar construir, por um lado, com todos aqueles que se preocupam, a situação financeira, gravosa, de rotura e de desequilíbrio incontrolável em que o PSD nos deixou esta Região depois de vinte anos duma administração, que teve aspectos positivos, mas que foi à custa de alguma hipoteca do futuro da nossa autonomia e da nossa gente.

Por outro lado, estamos aqui confrontados com um Governo que tem um instrumento de transição, que é o orçamento e que não o pode adequar...

Presidente do Governo Regional (Cardos César): Mas está a fazer um governo de transição também!

O Orador: ...aos objectivos do Programa do Governo que foi aqui aprovado, nesta Casa, também por nós, cumprindo aquilo que tínhamos assumido perante o nosso eleitorado e o povo dos Açores e, por conseguinte, para viabilizarmos este Orçamento, como o estamos a fazer. Isso foi feito em conjunto, com a aprovação do Partido Socialista e em sintonia com o Programa do Governo, criando condições para que a administração sofra uma reforma.

Nós não imaginamos como é que esses, que estão desse lado, vão conseguir esses objectivos. É com despedimentos?! O Partido Popular não admite que haja despedimentos na função pública. Não admite que haja alguém que fique com salários por pagar.

Deputado Victor Cruz (PSD): Mas há leis para isso!

O Orador: Agora, o que nós sabemos é que a autonomia dos Açores não pode continuar a manter o crescimento de encargos com pessoal como tem tido até agora, porque senão entra no caminho da falência que, praticamente, o PSD nos deixou à porta.

Por conseguinte, estamos através deste orçamento a dar e a criar algumas condições que são alguns instrumentos para a reforma,...

Deputado Paulo Valadão (PCP): É a demagogia!

O Orador: É demagogia, mas hás-de ouvir, meu amigo!

(Risos da Câmara)

...e são condições para que a Administração Regional possa actuar em sintonia com o Orçamento Regional.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Mas não pode!

O Orador: Portanto, Sr. Presidente, há, por um lado, aqueles que querem modernizar e fazer a reforma e, por outro, as pessoas do passado, quer os que pensam à maneira de há 50 anos atrás, quer os que pensaram durante os últimos 20 anos.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta de aditamento do artigo 8.º-B sobre privatizações.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de aditamento, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Sr. Deputado que discordam faça o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada com 24 votos a favor do PS e 3 do PP, 1 voto contra do PCP e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A nossa posição relativamente a esta proposta é semelhante àquela que foi em relação às anteriores.

Portanto, o PP propôs uma recomendação ao Governo e foi aprovada por esta Assembleia.

Em relação à forma estamos conversados. Em relação à matéria é, efectivamente, uma matéria que de modo nenhum o próprio Governo poderá implementar, porque essa baseia-se em legislação nacional que tem que ser cumprida.

Portanto, é pura e simplesmente mais uma recomendação num decreto orçamental. Eu penso que existem outras razões para além da forma, mas mesmo que não existisse, só a forma era suficiente para esta proposta ser rejeitada.

Presidente. Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata iria apresentar uma declaração de voto sobre a sua posição relativamente a estes artigos que são aditados, por proposta do Partido Popular, porque entendemos que, tal como aqui já referiu o Sr. Deputado Paulo Valadão, não é lógico nem tem cabimento num diploma, com a solenidade que deve ter um orçamento, haver recomendações ao Governo.

Portanto, aquilo que se propõe nestes artigos é uma mera recomendação ao Governo dum determinado tipo de acção. Para isso poderia ser através duma proposta de resolução e não fazer constar estes artigos num documento tão solene como o Orçamento. Embora podendo estar de acordo quanto ao conteúdo, não o estamos quanto à forma, e daí o nosso voto de abstenção.

Presidente: Vamos continuar a votação, passando à proposta de aditamento do artigo 8.º-C sobre Energia e Transportes.

Os Srs. Deputados que concordam com este aditamento proposto pelo Partido Popular, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Sr. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada com 24 votos a favor do PS e 3 do PP, 1 voto contra do PCP e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Agora o PP propôs, e a maioria da Assembleia aprovou, mais uma recomendação. Esta já nem é ao Governo, mas sim a uma comissão especializada desta Assembleia.

(Risos da bancada do PSD)

Meus senhores, em nosso entender, isto é o cúmulo do que se podia fazer num decreto orçamental, porque eu penso que este conjunto de propostas que o PP faz aprovar aqui, são, de facto, uma aprovação envenenada do decreto que estamos a aprovar.

(Risos do Deputado Alvarino Pinheiro)

Portanto, consideramos que descer a este nível num decreto orçamental é vir pôr em causa todo o ordenamento jurídico que esta Assembleia deveria respeitar.

Infelizmente não o foi. Temos que lamentar e afirmámo-lo com o nosso voto contra.

Presidente: Vamos prosseguir com a nossa votação e vamos votar as disposições finais do decreto do Orçamento contidas nos artigos 9.º e 10.º.

Senão houver objecções eu poria à votação os dois artigos em simultâneo. Uma vez que não há objecções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com estes dois artigos fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 9.º e 10.º foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 3 do PP e 1 do PCP, e 24 abstenções do PSD.

Presidente: Temos de seguida a votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com o decreto do Orçamento, tal como ele foi aprovado em votação na especialidade, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Orçamento da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 1997, foi aprovado com 24 votos da favor do PS e 3 do PP, 24 votos contra do PSD e 1 do PCP.

(Aplausos das bancadas do PS, PP e Governo)

Presidente: Tem a palavra para uma declaração de voto a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD apresentou uma proposta de alteração orçamental que visava a redução das despesas correntes, por considerar que aquelas despesas, especialmente a dotação provisional se encontrava subdotada, imprimindo às despesas com pessoal um crescimento potencial da ordem dos 14,5%.

A redução proposta pelo PSD de 650.000 contos na dotação provisional não inviabilizaria qualquer eventual aumento de despesas com pessoal, permitindo mesmo um crescimento até aos 13,2%, muito acima dos 9,4% registados no ano passado.

Por outro lado, as reduções propostas nas dotações da Assembleia Regional e na Presidência do Governo, decorre do facto da sua verba, inicialmente inscrita, conduzir a acréscimos superiores aos verificados também no ano passado. Tem também um carácter exemplar e pedagógico por parte dos representantes máximos dos Órgãos de Governo próprio.

Lamentamos não ter sido possível reorientar os recursos financeiros, em nosso entender, em excesso nas despesas correntes para investimento reprodutivo.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que acabámos de votar, mereceu na especialidade o voto desfavorável do Grupo Parlamentar do PSD, em relação ao seu artigo 1.º, em virtude da nossa proposta não ter tido vencimento.

No que se refere aos restantes artigos, a nossa abstenção decorre do facto de serem uma cópia fiel das anteriores propostas do PSD. Afinal há mais quem copie.

Não podemos, contudo, deixar de salientar a incoerência do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que em anos anteriores votou sistematicamente contra propostas que, na forma e na substância, não diferem das que agora foram apresentadas à votação e votadas favoravelmente pelo Partido Socialista, Partido Popular e Partido Comunista Português.

Poderia ter aproveitado a oportunidade para propor alterações idênticas às que foram propostas ao longo dos anos relativas à redução de pessoal dos gabinetes dos Membros do Governo, ao congelamento dos vencimentos dos cargos públicos, à utilização de tarifas em classe económica e tantas outras, que ao longo dos anos foi propondo.

Agora que o PS é Governo, teria tido uma excelente oportunidade de as pôr em prática.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Já conhecemos o Governo, já conhecemos directores regionais!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Chegámos ao final desta maratona com a aprovação do Orçamento para 1997.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista expressou com o seu voto a solidariedade política que merece o Governo. Expressou também confiança no rigor e na perspectiva correcta com que, do nosso ponto de vista, os dinheiros públicos vão ser utilizados.

Este Orçamento tem o cuidado de assegurar os compromissos assumidos e também de garantir alguns aspectos que podem sofrer alteração, nomeadamente salários de alguns profissionais que, tanto quanto se sabe, estão a ser negociados, neste momento, em Lisboa pelos sindicatos. Este Orçamento tem a preocupação ao dotar uma verba provisional que será utilizada, se for necessário, para esses vencimentos. Portanto, há esta preocupação de assegurar pagamento de salários.

O Povo dos Açores votou maioritariamente no PS, mas o resultado nesta Câmara é aquele que se sabe e por isso impunha-se que existisse uma atitude diferente para fazer passar este Orçamento, que é um instrumento fundamental de governação.

Foi com esse espírito de alguma humildade, de aceitação de propostas dos outros, de diálogo, que é uma coisa que muita gente não gosta, mas que é uma prática nossa, que viemos para este debate e, naturalmente, para se chegar a bom termo é necessário que haja algumas adequações dos vários lados. Isto é claro para toda a gente. Umas são mais fáceis de aceitar, outras são mais difíceis, mas isto é assim mesmo nas situações vulgares da nossa vida.

O que me apraz salientar é o espírito de responsabilidade política com que viemos para aqui, para assegurar a passagem de um orçamento que permita a este Governo governar para bem dos Açores e dos açorianos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

É por isto que nós não aceitamos que nos falem de incoerências, porque a nossa coerência é aquela que temos ao serviço do nosso povo e para bem do nosso povo.

O Orçamento está aprovado. O Governo vai executá-lo. O PS está satisfeito com isso e o nosso Grupo Parlamentar, como eu comecei por dizer na minha intervenção de hoje, orgulha-se de ser solidário com este Governo e com esta equipa.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Chegámos ao fim duma maratona. Amanhã é um dia novo.

O Partido Popular assumiu um compromisso perante os açorianos que tentaria, com os recursos que tem, fazer uma oposição construtiva. O nosso trabalho não começou hoje e não se esgota aqui. Nós temos vindo a desenvolvê-lo ao longo dos plenários, através de diversíssimas iniciativas que temos vindo a tomar, dentro daquilo que é possível, dentro dum Grupo Parlamentar com a nossa dimensão.

Achamos que a autonomia sairá reforçada a partir do momento em que os Grupos Parlamentares vierem para aqui com a apresentação das suas propostas e das suas ideias próprias e pô-las à votação, para que este Parlamento saia fortemente beneficiado. Foi isto o que aconteceu durante este último debate. E, nós inclusivamente, chegámos ao ponto de fazer algo, muitas vezes considerado, em termos políticos, como sendo algo inadvertido.

Portanto, nós abrimos o jogo na Sexta-Feira, antes do fim de semana, para que todos pudessem ver o trabalho que tínhamos feito. É aquele trabalho que fizemos. Orgulhamo-nos dele e sentimos, nas posições que tomámos e naquilo que pusemos dentro deste trabalho, que reflecte as posições que o Partido Popular podia tomar nesta altura.

De facto, não são documentos bons. Não são documentos óptimos. São os documentos possíveis para um ano que está minado por aquilo que foi uma política de terra queimada, anteriormente assumida.

A Região encontra-se numa situação de crise e temos que dar os instrumentos necessários para que o Governo possa lidar com eles. É com este sentido de responsabilidade que o PP tomou as atitudes que devia tomar.

Também é evidente que o PP não podia, nesta altura, pelas razões já atrás aduzidas e muitas outras, dar uma cobertura integral a estes documentos sem ter uma noção muito clara de tudo o que estaria em jogo.

As alterações que se vão verificar durante este ano, e começando pela Lei das Finanças Regionais e outros dossiers, nomeadamente a discussão do futuro Quadro Comunitário de Apoio e a renegociação do actual, são por si só justificativas dum carácter excepcional do tipo de posições que nós tomámos e continuaremos a tomar, porque continuaremos a trabalhar arduamente em todos estes dossiers e a defender as nossas posições, preocupados em traduzir, aqui no Parlamento, as posições do Partido Popular e não reagir em função das posições dos outros ou em função de se tem mais ou menos protagonismo lá fora. Portanto, não vamos andar a copiar o trabalho dos outros.

Presidente: Está no fim do seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Agradeço Sr. Presidente, mas já estava à espera disso e era para demonstrar que levámos até ao limite aquilo que podíamos fazer, inclusivamente a esgotar o nosso próprio tempo. Não podemos fazer mais nada.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Conforme dissemos na intervenção final que as nossas posições nas votações finais globais, sobre estas matérias, tenderiam do modo como decorressem as votações parcelares e de especialidade.

Efectivamente, neste documento que acabámos de analisar, foram introduzidas alterações que, em nosso entender, são anómalas e ridículas. É a classificação que podemos atribuir.

Vir num decreto orçamental recomendar ao Governo e à Comissão Permanente desta Assembleia que faça isto ou aquilo é, em nosso entender, muito anómalo e absolutamente ridículo. Não posso ter outra classificação.

Portanto, o Partido Popular, através das propostas de alteração que conseguiu introduzir neste decreto orçamental, relativamente ao ordenamento jurídico, que deveríamos respeitar, em nosso entender, prestou um péssimo serviço a esta Região.

Efectivamente, nós consideramos que se poderia ter aprovado um decreto orçamental limpo, com alterações e capaz de dignificar esta Assembleia e, em nosso entender, este decreto orçamental não dignificou nem esta Assembleia, nem quem aprovou estas propostas, porque, perante atitudes destas e aprovações nestas condições, consideramos que é o ordenamento jurídico regional que está em causa.

Portanto, nós consideramos que não é só a dignificação desta Assembleia que está em causa, mas também o próprio órgão que vai executar este decreto orçamental é atingido. E, talvez seja atingido quem seja capaz de promulgar deste Decreto Legislativo Regional. Isso é outro problema.

Sr. Deputados, aquilo que se colocou está contra tudo o que é normal.

Sr. Presidente do Governo, V. Exa. não rirá de certeza se amanhã este decreto regressar a esta Casa. Nós não nos admiraríamos nada se isso viesse a acontecer, exactamente pelo modo e pelas condições como foi aprovado, com o desrespeito total, porque é um decreto orçamental e pela noção do que devem ser propostas de recomendação ao Governo Regional. Façam-se propostas de recomendação ao Governo. Pensamos que esse é que é o caminho a seguir e cá estaremos para as apreciar e votar. Agora, vir-se num decreto orçamental, por exemplo, dizer que o Governo Regional interceda no sentido dos funcionários se poderem aposentar, isto, em nosso entender, é ridículo, porque nós não temos capacidade de legislar tão pouco em relação à aposentação dos funcionários públicos. Quem tem capacidade para isso é o Governo e a Assembleia da República. É os partidos que queiram intervir nesse capítulo e têm o processo da anteposta de Lei e podem fazê-lo através desta Assembleia. Agora, o que não podem fazer é intervir sobre esta matéria em Decreto Legislativo Regional. Isto é elementar.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Para nós também é ridículo recomendar ao Governo Regional que contacte o Governo da República no sentido de se fazer uma nova lei de aposentação da função pública. Isto, em nosso entender, não tem pés para andar e é uma aberração.

É lamentável que tenhamos que verificar que aquilo que aqui foi aprovado foi uma perda de tempo. Se isso acontecer é lamentável. Nós, pela nossa parte, não demos o nosso contributo. O Partido Comunista Português foi coerente, claro, preciso e conciso.

Perante estas alterações aqui introduzidas só nos restava votar contra. Foi isso que fizemos.

Presidente: Srs. Deputados, sobre os documentos e sobre a sessão, a Mesa tem duas palavras a dizer:

A primeira é para incumbir a Comissão de Economia, Finanças e Plano, da redacção final, no prazo regimental, destes dois documentos aprovados.

A segunda é para se associar explicitamente e de viva voz à forma e ao nível político e parlamentar que se conseguiu manter, nesta Assembleia, na discussão, em circunstâncias novas e pelo facto destas circunstâncias serem novas, não terem impedido que houvesse um debate esclarecedor, aprofundado e pormenorizado, com todas as características dum debate parlamentar. Portanto, todos esses aspectos foram efectivamente salvaguardados e a Mesa associa-se e quer deixar isso aqui expresso.

A Mesa quer também agradecer este momento que viveu, digamos, por procuração, porque efectivamente foram esses momentos que os Srs. Deputados nos proporcionaram e, além disso, agradecer a benevolência com que possíveis incorrecções existentes na Mesa, que inevitavelmente teriam que ocorrer numa votação como esta.

Ela não foi tão brilhante como os Srs. Deputados desejariam, mas o que interessa, para o caso da Mesa, é que tenha conseguido levar a bom termo esta tarefa.

Desejava também chamar a atenção dos Srs. Deputados para o seguinte:

Nós sempre tivemos uma actividade política relevante e uma actividade parlamentar de relevância e desta vez creio que terá chegado aos açorianos, o que é importantíssimo para esta Assembleia.

Para além disto temos um complemento cultural, com a actuação, no nosso átrio de entrada, do Orfeão dos Antigos Orfeonistas da Universidade de Coimbra que tem um alto valor cultural e interpretativo.

Eu sei que é pedir um esforço mais, mas gostaria que os Srs. Deputados não desiludissem com a sua ausência, o interesse que os Orfeonistas puseram em actuar na Assembleia Regional, porque eles entendem que é um local que eles gostariam de registar no seu repertório de locais em que actuaram.

Portanto, agradeçia, não direi o esforço, mas o empenho dos Srs. Deputados em mais uma hora, porque a actuação não demorará mais que uma hora, numa actividade cultural que também prestigia esta Assembleia.

Para amanhã o Plenário começará pelas 10,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, apresentado pelo PSD sobre uma Proposta de Resolução, relativa à entrega da Proposta do Plano a Médio Prazo;
- anteproposta de Lei que autoriza o endividamento da Região;
- O Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/97;
- O Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/97;
- O Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/97;
- O Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/97;
- Declaração de oportunidade ou não da Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores;
- Designação da Comissão para o estudo da Revisão do Estatuto.

Estes dois últimos documentos, são mais dois pontos da nossa ordem de trabalhos para amanhã. Não é tão vantajada como a de hoje e quem conseguiu ultrapassar o "Cabo das Tormentas" de hoje, amanhã não terá nenhuma dificuldade na resolução do trabalho que nos espera.

Muito boa noite e muito obrigado a todos. Até já.

(Os trabalhos terminaram às 22,55 horas)

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** - Francisco Sousa, Luís Resendes, Rui Pedro Ávila, Vasco Cordeiro; **PSD** - Joaquim Ponte)*

P'la Redactora, José Rodrigues da Costa